



Universidade Federal do Amazonas  
Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia -  
PPGBIOTEC

**Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos  
das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenézer e  
Mucajá em Maués/AM**

**DÉBORA CRISTINA BANDEIRA RODRIGUES**

Manaus  
2009

Universidade Federal do Amazonas  
Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia -  
PPGBIOTEC

DÉBORA CRISTINA BANDEIRA RODRIGUES

**Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos  
das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenézer e  
Mucajá em Maués/AM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional em Biotecnologia – PPGBIOTEC da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Biotecnologia. Área de concentração: Gestão da Inovação em Biotecnologia.

Orientadora: Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Manaus  
2009

## **Catálogo Biblioteca Central da Universidade Federal do Amazonas**

R696a Rodrigues, Débora Cristina Bandeira.

Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades de Ebenézer e Mucajá em Maués-AM / Débora Cristina Bandeira Rodrigues.-- Manaus: UFAM, 2009.

147 f. : il.; 30 cm.

Orientadora : Profa. Dra. Maria do Perpetuo Socorron Rodrigues Chaves .

Tese (Gestão da Inovação em Biotecnologia) Universidade Federal do Amazonas.

1. Malária -Indígenas. 2. Saúde Pública. I. Título

CDU 633.8(043.2)

CDD 633.88

# DEDICATÓRIA

---

*Dedico este trabalho ao meu esposo Joel, presente de Deus para minha vida, e as nossas bênçãos Jael e Davi, frutos do nosso amor.*

# AGRADECIMENTOS

---

***E***ste é um momento relevante de (re)lembrar a trajetória no Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia - PPGBIOTEC da UFAM, (re)memorar todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão de mais esta etapa no processo de formação profissional com êxito.

Agradeço em primeiro lugar a Deus Pai de infinita graça e misericórdia, que tem me sustentado em todos os momentos da minha vida e possibilitado chegar a lugares que não imaginava. A Ele sejam dadas honra e glória pela conclusão deste trabalho;

Aos meus pais, por terem me ensinado que o conhecimento é algo que ninguém pode nos tirar, bem como pelo apoio em todos os momentos para que eu pudesse continuar estudando, sou grata a Deus por suas vidas e por serem meus pais;

Aos irmãos Carlos Sidney e Hellen Cristiane, pela ajuda com os sobrinhos ☺ e orações feitas em meu favor, vocês são uma benção;

À minha orientadora e amiga Profa. Dra. Maria do P. Socorro R. Chaves, pela valiosa orientação, paciência e muitos momentos compartilhados no processo de construção e produção do conhecimento científico;

Às amigas e pesquisadoras do Grupo Inter-Ação, sou grata a Deus por suas vidas e contribuições neste trabalho. Foram construções de amizades e relações que vão para além do companheirismo acadêmico-profissional, marcando de modo especial este momento da minha vida.

Aos irmãos intercessores da Igreja Batista do Japiim, sou grata pelos momentos de oração e compartilhar do processo de produção da tese.

Agradeço a todo corpo docente do PPGBIOTEC/UFAM pelas valiosas contribuições apoio, incentivo e, sobretudo, pelos conhecimentos científicos compartilhados de forma tão competente.

Aos membros das comunidades de Mucajá e Ebenézer pelos valiosos conhecimentos compartilhados que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho;

Às amigas e irmãs em Cristo Anelise Random, Talita de Melo Lira e Marly dos Santos Lima pelas orações e pelo apoio concreto no desenvolvimento da pesquisa de campo e em todos os momentos. Vocês são uma benção de Deus na minha vida;

Às amigas profissionais, Francileide Bindá e Adriana Encarnação pelas palavras de apoio, incentivo e disponibilidade em ajudar com a casa e as crianças, vocês são ótimas ☺;

# EPIGRAFE

---

“Conheço as tuas obras (eis que tenho posto diante de ti uma porta aberta, que ninguém pode fechar), que tens pouca força, entretanto guardaste a minha palavra e não negaste o meu nome.” (Ap 3,8).

## RESUMO

A questão da propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais associados ao manejo dos recursos naturais vem sendo debatida, sobretudo a partir dos avanços das pesquisas nas áreas biotecnológicas. O acelerado processo de desenvolvimento da Ciência e Tecnologia na contemporaneidade proporcionou avanço de descobertas de biomateriais; um fator relevante nesse processo é a percepção da existência de uma relação direta entre biotecnologia, biodiversidade e conhecimentos tradicionais. Mediante este debate, emerge a necessidade de criação de mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais associados. O estudo teve como objetivo principal: *identificar os conhecimentos tradicionais adotados no manejo de plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas de Mucajá e Ebenézer em Maués/AM*, a fim de subsidiar no processo de discussão e proposição de mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais. Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram pautados na modalidade da pesquisa-ação, que possibilitou o estabelecimento de interlocução entre o saber técnico-científico e o popular-tradicional, com efetiva participação dos comunitários no estudo. A pesquisa possibilitou conhecer as condições de vida nas comunidades investigadas em suas dimensões sócio-cultural, de manejo de plantas medicinais e de organização comunitária para uso dos recursos locais, possibilitando a elaboração de um mapeamento da realidade das comunidades ribeirinhas. O estudo abrangeu duas comunidades ribeirinhas Mucajá e Ebenézer, contou com a participação de 42 informantes. Dentre as técnicas de coleta de dados foram utilizados formulários, entrevista semiestruturadas e técnicas de abordagem grupal. O resultado do estudo possibilitou a percepção da perspectiva histórica de construção dos saberes que regem e orientam as práticas sócio-culturais dos ribeirinhos no manejo das plantas medicinais, ressaltando que nem os conhecimentos, práticas e nem os recursos são estáticos, mas encontram-se em constante processo de construção e mudanças. Os ribeirinhos destas comunidades denotam, em suas práticas, uma profunda adaptação ao meio ambiente, com administração dos recursos naturais a partir dos conhecimentos e práticas tradicionais. A gestão dos recursos naturais orienta-se por idealizações e valores marcados por representações simbólicas. Através das práticas singulares de organização sócio-cultural no manejo de plantas medicinais, estes ribeirinhos têm construído e estabelecido mecanismos de proteção dos conhecimentos tradicionais apropriados e adaptados à realidade local, com base no seu *modus vivendi*. Este modo tem assegurado a existência e permanência dos conhecimentos e práticas por várias gerações, sendo que a base desse sistema de proteção tradicional encontra-se pautado na *tradição oral*, sob o estabelecimento das formas de *aprendizado* e *difusão* de saberes; *cultivo* e *uso* das plantas medicinais; *sistema de trocas* de saberes (intercâmbio) e recursos naturais. A formulação de mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais deve considerar: a relevância das mulheres na difusão e manejo de plantas medicinais; as práticas coletivas e cooperativas dos grupos domésticos no âmbito das comunidades em caráter de ajuda mútua; a vigência de elementos místicos e simbólicos – “sagrado”, “fé” e o “dom”; diversificadas formas de uso e gestão dos ambientes e territórios; caráter dialético dos conhecimentos e práticas; relações de vizinhança, parentesco e compadrio; estabelecimento de regras e normas internas de manejo dos espaços e recursos.

**Palavras-chave:** Conhecimentos tradicionais; Mecanismos de proteção; Manejo de plantas medicinais.

## ABSTRACT

The subject of the intellectual property of the traditional knowledge associated to the handling of the natural resources has been discussed, above all, starting from the progress of the research in the biotechnological areas. The accelerated process of development of contemporary Science and Technology provided great advancements in the discovery of biomaterials; an important factor in that process is the perception of the existence of a direct relationship among biotechnology, biodiversity and traditional knowledge. From this debate, the need for the creation of mechanisms for protection of the associated traditional knowledge emerges. The study had as its main objective: to identify the traditional knowledge adopted in the handling of medicinal plants in the riverine communities of Mucajá and Ebenezer in Maués/AM, in order to subsidize in the discussion process and proposition of protection mechanisms to the traditional knowledge. The methodological procedures of the research were ruled in the modality of the research-action, making possible the establishment of a dialogue between the technical-scientific knowledge and the traditional-people, with effective participation of the community in the study. The research made possible the knowledge of the life conditions in the communities investigated in their social-cultural dimensions, in their way of handling medicinal plants and of their community organization for the use of local resources, making possible the elaboration of a map of the riverine communities' reality. The study embraced two riverine communities, Mucajá and Ebenézer, and received the participation of 42 informants. Among the collection of techniques for data collection, semi-structured interview and group dynamics techniques were used. The results of the study made possible the understanding of the historical perspective of construction of the knowledge that governs and guides the socio-cultural practices of the riverine people in the handling of the medicinal plants, pointing out that neither knowledge, nor practices or resources are static, but they are in a constant construction process and change. The riverines of these communities denote in their practices a deep adaptation to the environment, with the administration of the natural resources starting from the knowledge and traditional practices. The administration of the natural resources is guided by idealizations and values marked by symbolic representations. Through the singular practices of socio-cultural organization in the handling of medicinal plants, these riverine people have been building and establishing mechanisms of protection of the appropriate traditional knowledge and adapting the local reality, with the foundation in their *modus vivendi*, this way has been assuring the existence and permanence of the knowledge and practices for several generations, and the foundation for that system of traditional protection is ruled by oral tradition, under the establishment of the forms of learning and diffusion their knowledge; cultivation and use of the medicinal plants; their system of knowledge exchange (interchange) and natural resources. The formulation of protection mechanisms for the traditional knowledge should consider: the women's relevance in the diffusion and handling of medicinal plants; the collective practices and cooperatives of the domestic groups in the communities' as mutual help; the validity of mystical and symbolic elements - sacred "faith " and the "giftedness"; the diversified use of forms and administration of the places and territories; the dialectic character of the knowledge and practices; neighborhood relationships, blood lineage and camaraderie; establishment of rules and internal norms of the handling of the spaces and resources.

**key Words:** Traditional knowledge; Protection mechanisms; the handling of medicinal plants.

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

---

- Figura 01 Organograma da Política de Direito Autoral (Coordenação-Geral de Direito Autoral; Secretaria de Políticas Culturais; Ministério da Cultura do Governo Federal).
- Figura 02 Esquemas dos Marcos Legais do Meio Ambiente no Brasil
- Figura 03 Mapa do Estado do Amazonas.
- Figura 04 Mapa do Município de Maués em destaque a Floresta Estadual de Maués
- Figura 05 Mapa de satélite da Floresta Estadual de Maués.
- Figura 06 Vista frontal da comunidade Santo Antônio de Mucajá.
- Figura 07 Acrocomia aculeata (Árvore do Mucajá)
- Figura 08 Representação do nome da comunidade pelos moradores de Mucajá
- Figura 09 Casa de Taipa coberta de Palha
- Figura 10 Casa de madeira coberta de palha
- Figura 11 Produção da farinha pela família.
- Figura 12 Vista frontal da Comunidade de Ebenezer.
- Figura 13 Casa de palha - comunidade Ebenezer
- Figura 14 Vila de casas da comunidade Ebenezer
- Figura 15 Peças de Artesanatos confeccionadas pelos comunitários membros da Associação de Artesãos “Arte Cabocla”.
- Figura 16 Casa de Farinha Comunidade Ebenezer
- Figura 17 Processo de preparo do guaraná para consumo doméstico.
- Figura 18 Esquema dos elementos sócio-culturais constitutivos das formas de aprendizado e difusão.
- Figura 19 Horta de plantas medicinais da comunidade de Ebenézer
- Figura 20 Mudas de plantas medicinais para comercialização em Ebenezer
- Figura 21 Comunitário mostrando mudas de plantas no roçado prontas para plantio.
- Figura 22 Jirau plantas medicinais
- Figura 23 Árvore Jatobá – *Hymenaea*.
- Figura 24 Comunitários retirando cascas e/ou plantas para fazer chá.
- Figura 25 Esquema dos elementos sócio-culturais constitutivos das formas de cultivo e uso.
- Figura 26 Esquema analítico dos fundamentos de proteção dos Conhecimentos Tradicionais.
- Quadro 01 Distribuição populacional Município de Maués (população residente de 10 ou mais anos de idade).
- Quadro 02 Distribuição Populacional Floresta Estadual de Maués
- Tabela 01 Tipo de material das casas da comunidade Mucajá
- Tabela 02 Origem dos informantes da comunidade Mucajá
- Tabela 03 Local de vivência dos informantes da comunidade Mucajá
- Tabela 04 Ocupação dos informantes comunidade Ebenezer
- Tabela 05 Modalidade das Atividades Coletivas em Ebenézer
- Tabela 06 Forma de cultivo das plantas medicinais
- Gráfico 01 Faixa etária dos informantes de Mucajá
- Gráfico 02 Ocupação dos informantes da comunidade Mucajá

# LISTA DE SIGLAS E BREVIATURAS

---

GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
AMBEV	<i>American Beverage Company American Beverage Company</i> (AMBEV)
ASCALBA	Associação Comunitária Agrícola da Liberdade
ASCASAM	Associação Comunitária Agrícola Santo Antônio do Mucajá
C&T	Ciência e Tecnologia
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CGDA	Coordenação Geral de Direitos Autorais
CIP	Classificação Internacional de Patentes
CNCP	Conselho Nacional de Combate à Pirataria
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil
CNPT	Conselho Nacional de Populações Tradicionais
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CUP	Convenção da União de Paris
CT	Conhecimentos Tradicionais
DIC	Direito Intelectual Coletivo
DO	Diretiva Operacional
ECO	Convenção da Diversidade Biológica
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEP	Gerência de Estudos e Pesquisas
GIPI	Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONGs	Organizações Não Governamentais
MP	Medida Provisória
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
ONU	Organização das Nações Unidas
PD&I	Pesquisa Desenvolvimento e Inovação
PI	Propriedade Industrial
PNC	Plano Nacional de Cultura
PPGBIOTEC	Programa de Pós Graduação em Biotecnologia
RADAMBRASIL	
SDS	Secretária de Desenvolvimento Sustentável
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPC	Secretaria de Políticas Culturais
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCP	Tratado de Cooperação sobre Patentes
TI & C	Tecnologias da Informação e Comunicação
TI	Terras Indígenas
TRIPS	<i>Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights</i> (Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual relacionadas ao Comércio)
UC	Unidade de Conservação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
REALGENE	Rede Genômica da Amazônia

# SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – BIODIVERSIDADE E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS: MARCO TEÓRICO.....	20
1.1. Biodiversidade e recursos naturais no debate contemporâneo.....	20
1.2. Conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade.....	23
1.3. Gestão dos recursos naturais e práticas sócio-culturais de populações tradicionais.....	32
CAPÍTULO II – MARCOS LEGAIS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL: CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS EM DEBATE.....	36
2.1. Principais marcos legais internacionais de propriedade intelectual.....	37
2.2. Mecanismos de Proteção dos Conhecimentos Tradicionais.....	43
2.3. Propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais no Brasil: principais marcos legais.....	48
CAPÍTULO III – CONHECIMENTOS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: DAS PRÁTICAS SÓCIO-CULTURAIS NA REGIÃO AMAZÔNICA AO CONTEXTO DAS COMUNIDADES DE MAUÉS/AM.....	56
3.1. Populações tradicionais na região Amazônia: marco sócio-histórico.....	57
3.2. Estado do Amazonas: espaço físico-social.....	61
3.3. Município de Maués: contexto sócio-histórico e cultural.....	63
3.4. Dinâmica sócio-cultural e histórica das comunidades de abrangência do estudo.....	72
CAPÍTULO IV – MAPEAMENTO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NO MANEJO DE PLANTAS MEDICINAIS NAS COMUNIDADES DE MUCAJÁ E EBENÉZER.....	90
4.1. Práticas sócio-culturais no manejo de plantas medicinais.....	91
4.1.1. <i>Aprendizado e Difusão</i> dos conhecimentos.....	92
4.1.2. <i>Cultivo e Uso</i> das plantas medicinais.....	104
4.1.3. Sistema de <i>Trocas</i> de saberes (intercâmbio) e recursos naturais.....	125
CAPÍTULO V - SUBSÍDIOS PARA CONSTRUÇÃO DE MECANISMOS DE PROTEÇÃO AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA.....	130
REFERÊNCIAS .....	138
APÊNDICES.....	
ANEXOS.....	

# INTRODUÇÃO

---

No cenário das transformações ambientais globais, ganha relevância social e acadêmica a preocupação com as formas de manejo que podem incidir em práticas de conservação e preservação dos recursos naturais do planeta. Nesta discussão, vários autores (DIEGUES, 1996, 2000, 2001; SIMONIAN, 2005, CHAVES, 2001, 2005) afirmam que os conhecimentos das populações tradicionais no manejo dos recursos naturais, com técnicas adaptadas ao meio em que vivem, contituem-se como elemento de fundamental importância para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Para Diegues (2001, p. 12) em muitas situações “esses saberes são resultado de uma coevolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu um equilíbrio entre ambos”.

O reconhecimento destes saberes como sendo de grande relevância na conservação e uso sustentável da biodiversidade biológica revela que a biodiversidade não se restringe apenas a fatores biológicos, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies e de ecossistemas, mas também é resultado de práticas, muitas vezes milenares das populações tradicionais que domesticaram espécies, mantendo e aumentando a diversidade local (GODARD, 2002).

Inserido neste contexto das questões sócio-ambientais em nível global, ganham visibilidade os debates em torno da necessidade de construção de mecanismos viáveis de proteção dos conhecimentos das populações tradicionais, os quais têm ocupado significativo espaço nas agendas no âmbito internacional, nacional e local, nos principais fóruns de debate das questões sócio-ambientais, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

As discussões desenvolvidas em torno desta temática apresentam certa centralidade na busca de mecanismos de proteção para os conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade, principalmente nos moldes do sistema legal, convencional, de propriedade intelectual. Em alguns fóruns, no entanto, os debates apontam para necessidade da criação de sistemas *sui generis* de proteção de direito intelectual coletivo que sejam apropriados ao modo particular de como as populações tradicionais produzem e reproduzem o conhecimento, que garantam direitos de proteção e repartição de benefícios aos detentores destes saberes.

Desse modo, cresce, na contemporaneidade o debate em torno da questão da propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais no manejo dos recursos naturais. A

visibilidade desta temática pode ser atribuída, principalmente, aos avanços das pesquisas nas diversas áreas das ciências sociais; naturais; biológicas e biotecnológicas, entre outras.

Um fator relevante neste cenário é o acelerado processo de desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T) no final do século XX e início do século XXI, que tem proporcionado um grande número de descobertas de novos biomateriais, conduzindo à percepção da existência de uma relação direta entre biotecnologia, biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados. Dessa forma, as bases da biotecnologia, entendida como “um conjunto de técnicas que utilizam organismos vivos, ou partes destes, para produzir ou modificar produtos, melhorar geneticamente plantas ou animais, ou, ainda, desenvolver microorganismos para fins específicos” (SANTOS *et all.*, 2003, p.6), podem ser identificadas na: a) biodiversidade em seu nível genético; b) e do conhecimento tradicional associado.

Diante destes avanços da C&T, não apenas o incremento e o desenvolvimento de novas bases tecnológicas agregam valor à biodiversidade, mas também a informação e o conhecimento se constituem como componentes fundamentais neste processo, uma vez que a matéria-prima da biotecnologia é a *etnobiodiversidade* – a qual é composta pelas informações genéticas dos recursos biológicos e os conhecimentos tradicionais que fazem parte da diversidade cultural das populações tradicionais (NOGUEIRA, 2007). Neste sentido, a biodiversidade passa a ser vista como um capital natural de realização futura, principalmente para as grandes empresas de fármacos e derivados, tendo em vista o potencial econômico das informações genéticas a serem transformados em processos e produtos de alto valor agregado. Neste caso, não se pode deixar de considerar, que o desenvolvimento da biotecnologia moderna está imersa em uma trama de relações e conflitos políticos, sociais, étnicos, éticos e ambientais relacionados aos resultados de seu desenvolvimento científico-tecnológico (NOGUEIRA, 2007).

O Brasil, país rico em biodiversidade e sociodiversidade, conta com uma vasta diversidade de povos e sociedades com estilos de vida tradicionais, e inseriu-se com maior vigor no debate do acesso ao conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios, a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida popularmente de Rio 92. A partir desta, pode-se perceber certa preocupação com a garantia de existência e manutenção dos direitos coletivos dos povos indígenas e tradicionais habitantes das áreas mais ricas em biodiversidade, tendo em vista a identificação do manejo sustentável dos recursos naturais desenvolvidos por estas populações.

A referida Conferência, considerada por muitos autores (ALBAGLI, 2005; DIEGUES, 2001; RIBEIRO, 2001, entre outros) como marco na discussão ambiental internacional, discutiu e afirmou a consolidação do consenso mundial no que se refere à estreita relação entre a conservação da diversidade biológica e a necessária ação dos Estados, na implementação de mecanismos que possam garantir a soberania sobre os recursos genéticos de origem e localizados nos territórios nacionais. Importa destacar que, dos países presentes na Conferência, poucos assinaram o documento resultante da Convenção, expressando que a problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem alheia a interesses econômicos e sociais, mas está sujeita à correlação de forças existentes nas negociações políticas (LEFF, 2001).

O Brasil, com outros 175 países, assinou a Convenção de Diversidade Biológica - CDB, a qual apresenta, como um de seus princípios, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional, relacionados à biodiversidade e aos recursos genéticos. Contudo, este reconhecimento em si e por si não garante o cumprimento e efetivação do que está posto na CDB, uma vez que os interesses entre os diferentes setores e atores (empresas, órgãos governamentais, ONGs e instituições de pesquisa) são contraditórios. Assim, é urgente pensar como se pode garantir de forma efetiva a proteção e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração de componente do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado.

No que tange ao contexto regional, a Amazônia tem sido tema de discussão em variados espaços, referindo-se à utilização dos recursos naturais, dando enfoque à biodiversidade existente na região e à preocupação com a utilização destes de forma sustentável. No entanto, como afirma Chaves (2004), essas preocupações com a Amazônia, historicamente se efetivaram a partir de lógicas opostas aos interesses e demandas das populações que vivem na região.

Diante deste cenário, no intuito de contribuir com as discussões e com a produção de subsídios para elaboração de mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade, desenvolveu-se o “Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenézer e Mucajá em Maués/AM”, que teve como objetivo geral: identificar os conhecimentos tradicionais adotados no manejo de plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas de Mucajá e Ebenezer em Maués/AM, para subsidiar a construção de mecanismos de proteção de propriedade intelectual.

O referido estudo foi realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia (PPGBIOTEC) da Universidade Federal do Amazonas, na linha de pesquisa de Gestão da Inovação em Biotecnologia<sup>1</sup> que apresenta como principal objetivo “Analisar os aspectos sócio-econômicos, culturais e filosóficos dos impactos do desenvolvimento da biotecnologia na Amazônia” (ASTOLFI FILHO *apud* NOGUEIRA, 2007). A pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e com o suporte do Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais da Amazônia – Grupo Inter-Ação/UFAM, faz parte do Diretório 5.0 do CNPq.

Criado em Janeiro de 2001, o Grupo Inter-Ação está vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM<sup>2</sup> e tem atuado no desenvolvimento de estudos sobre a dinâmica sócio-ambiental e organizacional das populações da Amazônia, o que vêm propiciando a obtenção de conhecimentos técnico-operativo e científico da realidade e das ações desenvolvidas com comunidades, sejam elas urbanas ou rurais, visando a criação de subsídios para a formulação de políticas públicas na região. Tendo como principal premissa o conhecer para atuar, a contínua construção do agir e a valorização da capacidade criadora e recriadora dos agentes sociais envolvidos.

Importa ressaltar que a pesquisa de tese está vinculada ao Projeto de “Estudo das Formas de Manejo dos Recursos Naturais e do Acesso às Políticas Públicas pelas Populações Ribeirinhas de Maués/AM”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Edital 50), desenvolvido pelo *Grupo Inter-Ação* no período de 2007-2008, nas comunidades ribeirinhas do referido Município. É importante destacar, ainda, que o referido grupo dispõe de um banco de dados sobre o *locus* da pesquisa.

Na pesquisa de tese, foi possível identificar o conhecimento das condições de vida nas comunidades investigadas em suas dimensões sócio-cultural, de manejo de plantas medicinais e de organização comunitária para uso dos recursos locais, bem como a perspectiva histórica de construção dos saberes que regem e orientam as práticas dos ribeirinhos no manejo das plantas medicinais, ressaltando que os conhecimentos, práticas e os recursos não são estáticos, mas encontram-se em constante processo de construção e mudanças. Nas comunidades investigadas, as práticas particulares de organização sócio-cultural no manejo de plantas medicinais têm proporcionado a construção e estabelecimento de mecanismos de proteção dos

---

<sup>1</sup>Esta linha de pesquisa visa a Produção e Proteção do Conhecimento visando Inovação – PD&I, e que envolve princípios e diretrizes decorrentes da: gestão da proteção da propriedade intelectual; gestão do conhecimento e tecnologia; gestão da biodiversidade (regras de acesso – CDB) (SPARTACO ASTOLFI FILHO *apud* NOGUEIRA, 2007).

<sup>2</sup> O grupo é coordenado pela Prof. Dra. Maria do P. Socorro Rodrigues Chaves

conhecimentos tradicionais apropriados e adaptados à realidade local, com base no seu *modus vivendi*, este modo, de acordo com a pesquisa, tem assegurado a existência e permanência dos conhecimentos e práticas por várias gerações, sendo que a base desse sistema de proteção tradicional encontra-se pautado na *tradição oral*.

A fim de tornar didática a exposição deste trabalho, foram estabelecidas divisões operacionais para melhor compreensão.

- Caminhos da Investigação

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do referido estudo está pautada no método dialético de investigação da realidade, entendido na perspectiva da dialética histórico-estrutural que articula às condições objetivas materiais e subjetivas. Este método de análise busca transcender o indivíduo e captar as relações existentes no sistema. A postura individual se apresenta como resultado das relações (re)produzidas em determinado contexto sócio-histórico. (DEMO, 1995; 1987; GIL, 1994; HAGUETTE, 1995). Desse modo, entende-se que a apreensão das particularidades dos dados investigados tornou-se inteligível a partir da análise da dialética sócio-histórico e cultural do contexto nos quais estas populações encontram-se inseridas.

A pesquisa tomou como referência as práticas sócio-culturais no manejo de plantas medicinais pelas populações ribeirinhas do município de Maués. Assim, para efetuar um diagnóstico qualificado, em relação ao uso dos recursos, às práticas sócio-culturais e à identidade das populações ribeirinhas, foram elaborados um conjunto de técnicas que deram suporte à pesquisa. Importa ressaltar, contudo, que as análises não foram condicionadas somente às condições objetivo-materiais de renda, produção, troca e manejo dos recursos, uma vez que

[...] nem sempre os parâmetros objetivo-materiais (produção, comercialização, organização espacial) estabelecidos no fluxo da vida são capazes de abarcar todos os tipos de informações que podem ser produzidas a partir do uso e da adaptação sociocultural dos homens com base em suas orientações e saberes tradicionais (CHAVES, 2004, p. 14)

Como aporte teórico-metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, foi adotado um conjunto de princípios éticos que ordenaram à prática investigativa, desenvolvidos no âmbito do *Grupo Inter-Ação*. Deste modo, a metodologia de investigação científica utilizada centrou-se nos princípios da pesquisa-ação, a qual ocorre de forma transdisciplinar,

envolvendo diversas áreas de conhecimento técnico-científico e possibilitando a interface fecunda entre as diversas formas de apreensão da realidade social. Neste processo, o ordenamento das ações é baseado na práxis coletiva, em um intercâmbio dialético no qual o diálogo e o respeito proporcionam a troca de experiências a partir de interações sociais e éticas em um enriquecimento de todos os envolvidos no processo, buscando, ainda, a construção de um *diálogo instrutivo e pedagógico*, a valorização dos saberes e das habilidades dos agentes sociais.

Tomando por base este entendimento, todas as ações desencadeadas para realização desta pesquisa envolveram um conjunto de princípios os quais se apoiaram na: interlocução entre os saberes técnico-científicos e o popular tradicional; implementação de aprendizagem contínua; vigilância epistemológica para a garantia da sustentabilidade das ações com valorização das diferentes formas de conhecimento, com respeito às singularidades e diversidades culturais, aos hábitos e costumes das populações locais, em um processo de revalorização da cultura; estímulo e construção da cidadania.

Assim, sob uma base inovadora de investigação, foi possível contar com a participação das populações ribeirinhas na condição de protagonistas, no processo de produção dos conhecimentos apresentados neste trabalho, desenvolvidos em parceria com a pesquisadora. Esta participação foi imprescindível para o entendimento da realidade local, uma vez que os agentes sociais participantes da pesquisa passaram a atuar, ao longo do processo investigativo, como parte integrante e ativa.

Partindo desses pressupostos, foi elaborado um conjunto de técnicas implementadas no âmbito do referido estudo, as quais buscaram apreender, em que pese seus limites, o objeto em seus vários elementos teórico-práticos, em suas relações e conexões (as técnicas propostas podem ser visualizadas em apêndice).

As técnicas utilizadas possibilitaram a apreensão dos dados em sua forma qualitativa e quantitativa, entendendo que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, porque a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p.16).

No que concerne a pesquisa de campo, foram aplicados 36 (trinta e seis) formulários sócio-econômico com comunitários (homens/mulheres), na condição de representantes dos grupos domésticos, para montagem do diagnóstico local da comunidade de Mucajá. Este total corresponde a 35,3% do número de famílias residentes na comunidade. De acordo com o

agente de saúde, residem, atualmente, na comunidade 102 famílias cadastradas oficialmente junto à Secretaria de Saúde do município, perfazendo um total de 532 pessoas.

Na comunidade de Ebenezer, o líder informou que residem 06 famílias, perfazendo um total de 16 pessoas, sendo que 10 são adultos e 06 crianças. Nesta comunidade, foram aplicados formulários sócio-econômico com 06 (seis) comunitários, neste caso a pesquisa foi censitária. Sendo número total de informantes participantes da pesquisa, nas duas comunidades, 42 pessoas.

Neste trabalho, foi adotada a Amostra Não – Probabilística Intencional, que segundo Marconi & Lakatos (1990, p. 47), nesta, “o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção) de determinados elementos da população”, tendo em vista necessidade de abordagem e análise de um determinado tema.

Na modalidade qualitativa da pesquisa, objetivando mapear os conhecimentos tradicionais nas práticas sócio-culturais de manejo de plantas medicinais nas referidas comunidades, foram realizadas 03 (três) entrevistas na comunidade de Mucajá e 02 (duas) na comunidade de Ebenezer. Os critérios de seleção dos informantes para participar das entrevistas foram: pertencer ao núcleo comunitário *locus* da pesquisa; serem indicados/reconhecidos como representantes pelos seus grupos domésticos, independente de gênero; possuir acima de 15 anos de idade; e serem informantes-chave dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Inter-Ação, que atua nas áreas.

Foram realizadas, também, técnicas de abordagem grupal<sup>3</sup>, com comunitários em reuniões com pesquisadora e as técnicas do Grupo Inter-Ação. As técnicas de memória coletiva e história criativa<sup>4</sup> foram utilizadas a fim de obter informações sobre as formas de organização sócio-cultural comunitária no manejo das plantas medicinais, buscando identificar, nestes momentos, as práticas individuais e coletivas de uso e manejo dos recursos locais disponíveis nas comunidades.

---

<sup>3</sup> De acordo com Minicucci (2002), a partir do desenvolvimento de estudos e pesquisas, pode-se afirmar que a conduta humana está imbricada pelo “espírito de grupo”. Assim, as técnicas de abordagem grupal se constituem de grande relevância nos estudos sobre a natureza do grupo, as leis que regem seu desenvolvimento, bem como as relações indivíduo-grupo, grupo-grupo e grupo-instituições. Esta técnica, na pesquisa de tese, possibilitou conhecimento da realidade sócio-cultural e da dinâmica da vida coletiva das comunidades investigadas.

<sup>4</sup> A História Criativa é uma técnica utilizada pelo Grupo Inter-Ação, a qual consiste em uma das formas de dinâmica de abordagem comunitária desenvolvida a partir do relato de histórias e/ou acontecimentos reais vividos em uma outra realidade, onde a partir desta, pode-se estabelecer conexão com fatos da realidade local. A utilização desta técnica proporcionou melhor compreensão de como os comunitários contam sua própria história, os acontecimentos que envolvem e acontecem na família e na comunidade, quais suas percepções sobre os fatos ocorridos, como procedem a narração dos conhecimentos construídos historicamente pelo grupo e/ou comunidade.

- Organização do trabalho de Tese

Esta tese está estruturada em cinco capítulos: no primeiro capítulo, apresenta-se a discussão em torno dos principais marcos teóricos na discussão sobre biodiversidade, recursos naturais e conhecimentos tradicionais associados na contemporaneidade, trabalhando na perspectiva de autores como Kaingáng (2006); Ignacy (2002); Godard (2002); Diegues (1996; 2001), entre outros.

O segundo capítulo apresenta uma abordagem sobre os marcos legais de propriedade intelectual de maior relevância na contemporaneidade, abordados no âmbito global e local, bem como os mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais associados propostos neste momento histórico, com ênfase para criação de um sistema *sui generis* de proteção a estes conhecimentos. Estas temáticas serão abordadas tomando como referência alguns autores que discutem estas problemáticas, como Mayerhoff (2007); Albagli (2005); Nogueira, 2007; Malagríci, 2007; Macedo, 2000, entre outros.

O terceiro capítulo aborda os conhecimentos tradicionais e as práticas sócio-culturais vivenciadas na região Amazônica. Este capítulo objetiva caracterizar, de forma breve, a região Amazônica e o Amazonas, bem como a região - município de Maués - onde estão situadas as comunidades, foco deste estudo. Para discutir a Amazônia, alguns autores foram tomados como referência, Chaves (1997; 2001; 2004); Souza (1994); Rodrigues (2001); Roué (1997); Morán (1990), entre outros autores.

No quarto capítulo, será apresentada, a exposição do mapeamento dos conhecimentos tradicionais identificados nas práticas sócio-culturais, no manejo das plantas medicinais, nas comunidades de Mucajá e Ebenezzer. Para tornar didático o desenvolvimento da discussão e apresentação dos dados, tais práticas foram agrupadas sob três eixos: a) *aprendizado e difusão* dos conhecimentos; b) *cultivo e uso* das plantas medicinais; c) *sistema de trocas* de saberes (intercâmbio) e recursos naturais. Os autores que forneceram suporte à análise foram, Chaves (1997; 2001; 2004); Simonetti (2004); Ferreira (2006); entre outros que discutem a temática em pauta.

O capítulo cinco apresenta, com base nos resultados da pesquisa, subsídios que podem contribuir no processo de elaboração de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais na Amazônia, a partir da identificação de mecanismos tradicionais de proteção detectados na prática sócio-cultural no manejo de plantas medicinais desenvolvido pelos ribeirinhos de Mucajá e Ebenezzer.

# CAPÍTULO I

---

## BIODIVERSIDADE E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS: MARCO TEÓRICO

“No passado, as fontes de vantagem competitiva eram o trabalho e os recursos naturais, agora e no próximo século, a chave para construir a riqueza das nações é o conhecimento” (DRUCKER, 1993, p, 183).

O presente capítulo trata dos principais marcos teóricos na discussão sobre biodiversidade, recursos naturais e conhecimentos tradicionais associados na contemporaneidade. O capítulo está estruturado em três partes. Na primeira, far-se-á uma breve discussão teórico-conceitual sobre biodiversidade e recursos naturais. Na segunda parte, desenvolver-se-á uma abordagem sobre os conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade. A terceira parte aborda a questão das práticas sócio-culturais das populações tradicionais, visando elucidar os principais conceitos adotados como referencial analítico no estudo. Apresentar-se-á, ainda, uma reflexão sobre a cultura enquanto ordenadora das práticas destas populações.

### 1.1 Biodiversidade e recursos naturais no debate contemporâneo

A biodiversidade ou diversidade biológica, conforme explicitado na Convenção da Diversidade Biológica - CDB (1992), é “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.”

Dessa forma, com base nos preceitos colocados pela CDB, entende-se que a biodiversidade é o conjunto de todos os seres vivos (organismos de origem animal, vegetal, microbiana, e fúngica) representados em diferentes níveis de organização: diversidade de ecossistemas, diversidade de espécies e diversidade entre populações de uma mesma espécie.

Na perspectiva posta por Gross (*apud* KAINGÁNG, 2006, p. 266), a biodiversidade inclui os recursos biológicos e recursos genéticos. Os recursos biológicos são objetos de exploração econômica pelo homem, por meio do extrativismo de pesca e caça, extrativismo

vegetal e extração de madeira, agricultura, silvicultura, aquicultura, pecuária e uso de plantas com fins medicinais, por exemplo. Enquanto os recursos genéticos, que compõem o patrimônio genético, produzem cultivares e raças mais produtivas e resistentes, o autor destaca que esta última forma é a base para a crescente indústria da biotecnologia.

Contudo, a concepção de biodiversidade ou de diversidade biológica não pode ser entendida, única e exclusivamente do ponto de vista da biologia, em uma perspectiva isolada e sem relação com contexto social mais amplo, mas deve ser compreendida, enquanto construção dos homens, no estabelecimento de suas relações em uma perspectiva histórica e social, a partir do momento em que estes imprimem significados às coisas e ao meio onde vivem. Nesta perspectiva de análise, Furtado (*apud* SIMONIAN, 2005, p. 61) afirma que a biodiversidade deve ser pensada a partir da cultura, desse modo o conhecimento sobre a diversidade de organismos vivos e de variações genéticas está embutido nas culturas daqueles que convivem com as espécies e delas usufruem e/ou tiram seu sustento.

Seguindo a mesma linha de reflexão, Godard (2002) afirma que o conceito e a indicação do que sejam os recursos naturais não podem ser fixados de forma definitiva, uma vez que o conteúdo daquilo que se denomina recurso transforma-se, historicamente, dependendo tanto da evolução dos ambientes quanto da evolução das possibilidades técnicas, da natureza das necessidades sociais e das condições econômicas. Sob este ponto de vista, o meio ambiente e os recursos estão sujeitos a processos históricos de mudança de seu conteúdo, significado e forma.

Tomando por base esta linha de análise, considera-se que a dinâmica histórica dos recursos naturais, bem como o significado a ela atribuído em determinado contexto, exerce influência tanto sobre as formas econômicas de produção quanto sobre o desenvolvimento de certos modelos de relações sociais. É importante ressaltar que, neste caso, algumas formas sociais de produção e determinados modos de organização social sofrem influências e alterações a partir dos recursos disponíveis em determinado momento histórico. Assim, [...] A ‘descoberta’ física e conceitual de novos recursos e a invenção de novos modos de exploração tornam também possível uma transformação da organização social da produção e das relações sociais (GODARD, 2002, p.208).

De acordo com esta perspectiva, as transformações que incidem sobre a determinação do que sejam recursos naturais não se limitam ao âmbito técnico, mas atingem e interferem gerando alterações na dinâmica da vida social e cultural na sociedade em nível global.

Partindo deste entendimento, no que se refere às formas de gestão dos recursos naturais, para Godard (2002), a promoção de uma gestão integrada de recursos naturais e do

meio ambiente pode conduzir os debates, não só ao questionamento de certas modalidades técnicas de exploração, mas também estimular a busca pela construção de alternativas viáveis de transformação das condições sociais que cercam seu exercício. A simples gestão de recursos naturais pressupõe, certamente, que se possa apreender, ao mesmo tempo, fundamentos técnicos e sócio-institucionais do processo de desenvolvimento.

Com base na visão historicista, os recursos naturais são utilizados de diferentes formas, como é o caso das florestas, utilizadas em vários períodos históricos, por diferentes povos e culturas. Pálsson (*apud* DIEGUES, 1996, p. 70) afirma que é possível identificar os conhecimentos do homem sobre a natureza e as mudanças ocorridas ao longo da história, sobretudo a partir do processo de globalização do modo de produção capitalista e sua inserção em comunidades tradicionais<sup>5</sup>.

Ao tomar como referência a visão historicista de manejo dos recursos naturais, é possível afirmar que o estabelecimento da relação homem-natureza é determinada, em grande medida, pelo contexto sócio-histórico e a gestão dos recursos naturais pelas populações tradicionais, em uma lógica não capitalista, garante a (re)produção dos recursos em uma perspectiva de sustentabilidade.

Assim, na perspectiva posta por Godard (2002, p. 205), o conceito de recurso natural encontra-se situado na interface entre processos sociais e processos naturais. Neste sentido, o conceito de recurso natural “resulta do olhar lançado pelos homens sobre seu meio biofísico, um olhar orientado por suas necessidades, seus conhecimentos e seu *savoir faire* (*saber-fazer*)”.

Conforme estudos desenvolvidos por Godard (2002), do ponto de vista da economia clássica, certos recursos eram limitados e distintos de unidades de bens econômicos passíveis de troca, estes apresentavam a particularidade de não serem produzidos diretamente pelo homem, enquanto outros recursos eram considerados bens livres, completamente disponíveis,

---

<sup>5</sup> A fim de ilustrar esta compreensão, é interessante tomar como referência o exemplo da pesca na Islândia que passou por três períodos importantes e distintos na relação homem-natureza (mar). Na perspectiva posta por Pálsson (*apud* DIEGUES, 1996), no primeiro período – medieval 1.000 d.C. – a pesca era somente de subsistência, considerada uma troca com a natureza dadivosa. O peixe era visto como um dom da natureza e para capturá-lo, o pescador precisava conhecer os sinais de sua presença (aves, cor do mar). Segundo leitura dos sujeitos envolvidos na pesquisa, no mar existiam animais monstruosos, os mitos e rituais eram criados para protegerem o pescador contra os perigos da natureza. Segundo o referido autor, nestas sociedades não havia concorrência entre seus membros, pois a sociedade era homogênea. No segundo período, com a introdução da economia mercantil, o peixe se transformou em mercadoria, os pescadores competem entre si, o melhor mestre de pesca não é mais o que interpreta os sinais da natureza e conduz bem a tripulação, mas o que captura mais com vistas à obtenção do lucro. Por fim, no período mais recente, coloca-se “a necessidade de se instaurar uma verdadeira administração dos estoques pesqueiros, por sistema de quotas” (PÁLSSON *apud* DIEGUES, 1996, p. 70), por causa da grande escassez de peixe. O saber que vai reger a pesca é dos biólogos marinhos, detentores de um saber moderno, em sobreposição aos conhecimentos dos mestres de pesca.

podendo ser algo cuja disponibilidade o homem não poderia de forma alguma influenciar, como exemplo, cita-se o caso do sol.

Na economia moderna, com base no pensamento do referido autor, a caracterização dos recursos é realizada a partir de um conjunto de fatores, os quais podem ser identificados a partir do seu: a) caráter reprodutível ou não do recurso através da ação antrópica; b) caráter renovável ou não renovável a partir de processos naturais do recurso; c) caráter esgotável ou não do recurso; d) caráter reciclável ou não dos materiais. Nesta linha de análise, sob a ótica do referido autor, os recursos naturais são percebidos em uma perspectiva histórica, considerando suas transformações. Dessa forma, seria inadequado fixar definitivamente um inventário e uma avaliação dos recursos naturais do ponto de vista do valor sócio-cultural, pois estes estão relacionados aos seus respectivos períodos históricos.

Nesta mesma linha de análise, Diegues (2001) afirma que a biodiversidade não se constitui apenas em um conceito biológico, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies e de ecossistemas, mas é também o resultado de práticas, muitas vezes milenares das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e aumentando a diversidade local de ecossistemas e populações de uma mesma espécie.

Partindo deste entendimento, no debate contemporâneo há uma ampliação do conceito de biodiversidade. Neste momento histórico um outro elemento ganha destaque, a diversidade sócio-cultural, que inclui a diversidade de línguas, crenças e religiões, práticas de manejo de solo, variadas formas de expressões artísticas, tipos de alimentação e diversos outros atributos sócio-culturais, sendo estes considerados como componentes essenciais da biodiversidade, não esquecendo as recíprocas influências entre os ambientes físico e cultural. Desse modo, o conceito de biodiversidade vem passando por um processo de ampliação de seu significado, configurando-se, neste contexto, enquanto sócio-biodiversidade (DIEGUES, 2001; ROUÉ, 1997). Neste cenário, se estabelecem os debates quanto à relevância dos conhecimentos tradicionais associados e práticas das populações tradicionais no uso da biodiversidade de forma sustentável.

## 1.2 Conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade

A Ciência Moderna nasce com base nos saberes tradicionais, mas à medida que ganha hegemonia, assume um caráter predominante sobre as demais formas de conhecimento, relegando à esfera marginal o saber não técnico-científico. Segundo Wallerstein (1996), no início do século XIX, se evidencia a divisão do conhecimento em dois domínios. Neste caso,

existe o conhecimento considerado como certo (Ciência), em oposição ao conhecimento tido como imaginado ou imaginário (a não ciência).

No contexto atual, a discussão em torno dos conhecimentos tidos como não científicos ganha novos enfoques, sobretudo a partir da CDB, que apresenta certa preocupação com os interesses e benefícios das populações tradicionais<sup>6</sup>, ao mesmo tempo em que traz, em suas diretrizes, o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade e a necessidade do estabelecimento de mecanismos de proteção a estes conhecimentos, por entender que se constituem de grande relevância para manutenção da biodiversidade do planeta.

---

<sup>6</sup> Definição pode ser visualizada na caixa 1.

### Populações Tradicionais

A temática sobre populações tradicionais se constitui, no início deste século XXI, como tema complexo pela profusão de discordâncias semânticas que desperta, bem como pela diversidade e especificidade das sociedades e culturas que servem como base concreta para inspiração desse conceito. Os vários termos semânticos, debatidos neste momento histórico, giram em torno da denominação a ser dada a grupos como: povos indígenas, quilombolas e comunidades locais (caiçaras, açorianos, caipiras, babaçueiros, jangadeiros, pantaneiros, pastoreiros, quilombolas, ribeirinhos/caboclo amazônico, ribeirinhos/caboclo não amazônico (varjeiro, sertanejos/vaqueiro, pescadores artesanais, extrativistas, seringueiros, camponeses, dentre outros) (MOREIRA, 2007).

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) ao dispor sobre estes agentes sociais adotou a locução “comunidades locais e povos indígenas”; a Medida Provisória (MP) nº 2.186-16/01 refere-se à “comunidade indígena e comunidade local”. De acordo com a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (2006) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007), populações tradicionais podem ser definidas como

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (ALMEIDA *apud* SHIRAISHI, 2007 p. 14).

Neste contexto, Diegues (1998, p. 75) ressalta que no debate pela busca de uma melhor nomenclatura a estes grupos, são utilizados ainda termos como “populações tradicionais”, “sociedades tradicionais”, “comunidades tradicionais”, o que evidencia a inexistência de consenso sobre o assunto, ao mesmo tempo em que revela a existência de diferentes escolas antropológicas sobre o tema.

Na perspectiva de alguns autores (SIMONIAN, 2005; BELAS, 2005; MOREIRA, 2007), esta categoria é nova e encontra-se em processo de discussão e estruturação. Desse modo, as referidas autoras afirmam que, a categoria populações tradicionais pode ser definida como agrupamentos humanos que possuem certa dependência em relação ao ambiente natural, notadamente quanto aos recursos naturais e um acervo tecnológico e cultural adaptado a sua própria realidade. Em geral, são populações que vivem em estreita relação com o ambiente e que conseguem não apenas sobreviver dos recursos naturais disponíveis, mas desenvolver toda uma cultura, no mais das vezes, de uma complexidade ímpar e que inclui estratégias de manejo, conservação dos recursos naturais e de subsistência particulares. Estes grupos sociais, em sua grande maioria, possuem uma *história comum*; uma *identidade étnica e sócio-cultural*, construída de forma coletiva numa perspectiva histórica; e uma *ocupação ancestral de dado território*.

O termo Populações tradicionais, ainda em discussão, vem sendo utilizado em alguns fóruns, no Brasil, tendo como base a criação em 1992, pelo governo federal, do Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), conforme portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) n. 22-N, de 10 de fevereiro de 1992, bem como a Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que denomina explicitamente as “populações tradicionais” (Art. 17) ou “populações extrativistas tradicionais” (Art. 18) (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 15).

A valorização da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, neste momento histórico, na perspectiva posta por Albagli (2005, p. 18), deve ser compreendida e analisada “no contexto da passagem de um paradigma técnico-econômico intensivo em recursos naturais para um outro baseado *na crescente importância da informação e do conhecimento* (grifo da

autora) dos pontos de vista econômico, geopolítico e social”. Neste sentido, o tema em pauta assume posição estratégica nos fóruns de discussão das questões sócio-ambientais.

De acordo com pensamento da referida autora, impõe-se um novo paradigma, agora baseado no desenvolvimento de um conjunto de tecnologias genéricas intensivas em conhecimento científico. As chamadas novas tecnologias dizem respeito a uma série de aplicações de descobertas científicas que se encontram centradas no aperfeiçoamento de uma capacidade cada vez maior e melhor de tratamento da informação, assim como de sua aplicação direta no processo produtivo. Neste caso, ele pode ser: de informação simbólica, através de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TI & C); podendo ser ainda informação da matéria viva, por meio da engenharia genética, base das biotecnologias avançadas.

Diante deste cenário, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD, ocorrida em junho de 1992, no Rio de Janeiro, tendo como principal resultado a construção da Agenda XXI e a assinatura da Convenção da Diversidade Biológica - CDB, se constituíram, neste momento histórico, em um dos marcos na discussão ambiental, no que concerne a: a) conservação da biodiversidade; b) proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; c) uso sustentável dos seus componentes, e; d) repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos, ou seja, na gestão dos recursos naturais em sua totalidade, objetivando a construção de propostas viáveis de desenvolvimento sustentável para o planeta.

Neste sentido, pode-se afirmar que, a partir da realização desta Conferência, a qual ficou mais conhecida como ECO 92, se identifica uma tentativa de resgate e (re)valorização dos saberes e conhecimentos tradicionais constituídos tanto historicamente quanto socialmente pelas comunidades indígenas e não-indígenas, como: os grupos açorianos, babaqueiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, extrativistas, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros (pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praiheiros, quilombolas, sertanejos/vaqueiros, varjeiros (ribeirinhos não-amazônicos) (DIEGUES, 2001). Em seu preâmbulo sobre as partes contratantes, a CDB reconhece a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida que apontam para necessidade de identificar os conhecimentos tradicionais e repartir equitativamente os benefícios derivados de sua utilização, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes.

No âmbito internacional, resultante dos debates travados a partir da CDB, várias perspectivas de abordagem sobre conhecimentos tradicionais estão sendo discutidas e trabalhadas nos diferentes fóruns acadêmico-científico, das organizações Governamentais e Não Governamentais (ONGs), da Organização Mundial de Propriedade Intelectual<sup>7</sup> (OMPI), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Segundo a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), agência da ONU, o tema conhecimentos tradicionais ainda é novo, necessitando de definição. Neste caso, a OMPI instituiu, através de sua Assembleia Geral, realizada em Outubro de 2000, o “Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore”, para estudar a temática. De acordo com documento da WIPO (2007), o comitê está examinando a proteção dos conhecimentos tradicionais, obedecendo alguns critérios<sup>8</sup>, como: o exame de uma lista de questões acordadas [sic] em relação aos conhecimentos tradicionais; e o exame de um projeto de objetivos e princípios em relação à proteção dos conhecimentos tradicionais. Simultaneamente, está sendo desenvolvido um debate sobre as exigências de propostas alternativas para lidar com a relação entre propriedade intelectual, recursos genéticos, a interface entre o sistema de patente e recursos genéticos, e a propriedade intelectual de acesso aos recursos e repartição de benefícios.

Um ponto que merece destaque nesta discussão é a relação intrínseca entre conhecimento tradicional-biodiversidade, entendida a partir da CDB. É importante ressaltar que a biodiversidade ou diversidade biológica, em sua totalidade, não se encontra restrita a um conceito pertencente unicamente ao mundo natural<sup>9</sup>, mas se trata também de uma construção histórica, cultural e social, a partir do estabelecimento das relações sociais dos homens entre si em sociedade e com a natureza. Assim, a biodiversidade não é um mero produto da natureza em sua forma pré-existente, mas se constitui como produto da ação das sociedades e culturas humanas, em determinados períodos sócio-históricos, em particular das sociedades tradicionais não-industriais. Neste sentido, a noção de natureza não está posta em

---

<sup>7</sup> De acordo com a Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, assinada em Estocolmo em 14 de Julho de 1967, em seu Artigo 3.º a Organização tem por fins: i) Promover a proteção da propriedade intelectual em todo o mundo, pela cooperação dos Estados, em colaboração, se for caso disso, com qualquer outra organização internacional; ii) Assegurar a cooperação administrativa entre as Uniões.

<sup>8</sup> WIPO/GRTKF/IC/11/5: La protección de los conocimientos tradicionales: objetivos y principios revisados. El Comité está examinando actualmente la protección de los conocimientos tradicionales (“CC.TT.”), centrando sus actividades con este fin en dos aspectos: i) el examen de una lista de cuestiones acordadas en relación con la protección de los CC.TT.; y ii) el examen de un proyecto de “objetivos y principios revisados en relación con la protección de los conocimientos tradicionales” (“Objetivos y principios”).

<sup>9</sup> Diegues (2001).

si mesma, mas ganha significação a partir do estabelecimento da relação dos homens entre si em sociedade (CHAVES, 1997).

Tal afirmação pode ser identificada a partir da observação do cotidiano das populações tradicionais, dos conhecimentos produzidos sobre as espécies, da domesticação e uso de plantas e animais, através do manejo integrado dos recursos, os quais se apóiam nos mitos e rituais das sociedades tradicionais, enquanto que nas sociedades contemporâneas, as mesmas plantas e animais são percebidos como mercadoria que detém um valor de uso e um valor de troca. Conforme o exposto na CDB, em seu artigo 2º, as plantas e animais são identificados como ‘recursos biológicos’, ou seja, “recursos genéticos, organismos ou parte deles, populações ou qualquer outro componente biótico de ecossistemas, de real *ou potencial utilidade ou valor para a humanidade*” (Grifo nosso).

De acordo com a CDB, conhecimento tradicional

[...] refere-se ao conhecimento, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais ao redor do mundo. Desenvolvidas com a experiência obtida através dos séculos e adaptada para a cultura local e o meio ambiente, conhecimento tradicional é transmitido oralmente de geração para geração.

Diante deste cenário, importa salientar que as várias definições aplicadas aos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade não apresentam consenso, mas podem-se identificar similaridades, isto é, pontos de convergência em alguns conceitos encontrados por se tratar de um tema novo e em processo de construção. Dessa forma, alguns autores (ALBAGLI, 2005; DIEGUES, 2001; SIMONIAN, 2005) afirmam que este debate encontra-se em fase embrionária.

Neste contexto, um dos pontos-chave da CDB foi o reconhecimento e respeito aos conhecimentos e práticas tradicionais, apresentando, ainda, a recomendação de que, os benefícios derivados do uso desses conhecimentos, sejam também distribuídos entre as comunidades que os detêm. Conforme preâmbulo e, no art. 8ºJ, o texto da Convenção afirma que se deve

[...] respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; *e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas* [...] (Grifo nosso).

Desse modo, ao considerar esta questão, Diegues (2001, p.04) afirma que “é fundamental realizar o inventário dos conhecimentos, usos e práticas das sociedades tradicionais indígenas e não-indígenas, pois sem dúvida, são depositárias de parte considerável do saber sobre a diversidade biológica hoje reconhecida”. É importante ressaltar, contudo, que a Etnobiologia<sup>10</sup> ainda está construindo seu método e sua teoria a respeito da maneira como os povos classificam os seres vivos, seu ambiente físico e cultural. Essa linha de abordagem pressupõe que cada povo, nação, cultura, etnia possui seus próprios sistemas de perceber e organizar a vida, os acontecimentos e comportamentos em sociedade.

Conforme a nova definição de *povos nativos (indigenous)* constante na Diretiva Operacional (DO) 4.20 de 1991 do Banco Mundial<sup>11</sup>, os povos que vivem em áreas geográficas com particularidades e especificidades, possuem, em graus diferenciados, as seguintes características: a) intensa ligação com territórios ancestrais; b) uma autoidentificação e identificação por terceiros como grupos culturais distintos; c) forte presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; d) possuem sistema de produção voltado, sobretudo para subsistência (DIEGUES, 1996).

De acordo com Little (*apud* CHAVES, 2008), o conceito de povos tradicionais formulado pela Convenção 169 da OIT, a partir dos debates sobre autonomia territorial e sobre os direitos dos povos nos quais se incluem os indígenas, os quilombolas, os caboclos, os caiçaras, os jangadeiros, os pescadores artesanais, entre outros tipos como tradicionais, direcionou os debates e as lutas dos povos tradicionais, reunindo tais segmentos em uma categoria, isto é, para que pudessem compreender e avançar nas lutas por seus interesses, os quais giram em torno da questão da territorialidade, com atenção às questões dos modos de gestão do território, da diversidade ambiental brasileira e da dinâmica cultural dos povos que se estabeleceram em dados territórios a partir de um modo de vida caracterizado por suas particularidades sócio-culturais.

A Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é um documento que reforça e ampara os direitos dos povos indígenas e tradicionais em sua totalidade, ao mesmo tempo em que traz a definição adequada para os mesmos ao estabelecer que suas disposições se aplicam:

---

<sup>10</sup> Sendo um campo relativamente novo da ciência, a “Etnobiologia é, essencialmente, o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito do mundo natural, das espécies. É o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes, enfatizando as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo.” (POSEY, 1987).

<sup>11</sup> Esta Diretiva Operacional 4.20 de 1991 trata dos povos indígenas, contudo alguns elementos abordados para caracterizar estes povos podem ser identificados também entre as populações tradicionais não indígenas.

a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;

b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais, e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas ou parte delas (Artigo 1º da Convenção 169 - OIT, 1989).

Este artigo assegura que os povos tribais podem estar regidos “*total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições*”, considerando-os enquanto povos que “*conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas*”. Tal definição reforça o critério étnico ao admitir que os direitos dos povos tradicionais são assegurados mesmo aos que conservam parcialmente seus costumes e tradições, podendo ser usufruídos independente de estarem localizados em Terras Indígenas (TI) ou não-indígenas.

Tomando por base este entendimento, várias concepções emergem na contemporaneidade com a tentativa de definir, classificar e caracterizar os conhecimentos tradicionais e as populações detentoras de tais conhecimentos. São conceitos que revelam uma gama diversificada de entendimento dos diversos ramos da ciência.

Na perspectiva posta pelos estudiosos os quais desenvolvem pesquisas e discutem conhecimentos tradicionais (BELAS, 2005; DIEGUES, 1996; KAINGÁNG, 2006; SIMONIAN, 2005), estes podem ser entendidos como conjunto de saberes, inovações e criações que fazem parte do universo cultural, ou seja, do patrimônio cultural de um povo indígena, ou de uma sociedade tradicional.

Desse modo, observam-se na contemporaneidade que as perspectivas de abordagem em torno dos conhecimentos tradicionais, associados ao uso da biodiversidade e das práticas sócio-culturais das populações tradicionais, nas duas últimas décadas, passam a ser reconhecidas como formas relevantes no processo de uso e manejo (ver Box 2) sustentável dos recursos naturais, sendo referendadas por diversos estudos e pesquisas as quais apontam para o fato de que os modelos de uso dos recursos naturais de baixa intensidade, desenvolvidos pelas populações tradicionais, frequentemente, resultam em um mínimo de degradação ambiental em um máximo de conservação (BROWN, K. & BROWN, G. *apud* DIEGUES, 2001), e que, portanto, precisam ser tanto apreendidos quanto preservados.

**Manejo dos recursos naturais pelas populações tradicionais**

A manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais estão relacionados intimamente com os conhecimentos e as práticas das populações tradicionais. A relevância das práticas das comunidades tradicionais, no que tange a utilização sustentável dos componentes da diversidade biológica na contemporaneidade, passou a ser reconhecida no âmbito internacional, nacional e mesmo local, sobretudo a partir da Convenção da Diversidade Biológica - CDB (1992) que afirma em seu artigo 10 que “cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso: c) *Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais* compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável” (DIEGUES, 2001).

Para Chaves (2001), na Amazônia as populações tradicionais estabelecem o manejo dos recursos locais, desenvolvendo a gestão dos recursos naturais da fauna e flora, numa perspectiva coletiva e participativa, orientados por saberes que enraízam suas bases em práticas comunicativas e cooperativas. Este manejo é realizado a partir do conjunto de atividades produtivas desenvolvidas pelas populações amazônicas, dentre as quais destacam-se: o extrativismo vegetal (cipós, óleos, palha e madeira para habitação) e animal, com destaque para pesca. Sendo estas as mais tradicionais práticas realizadas pelas populações que vivem na interlândia amazônica, seja nas terras de várzea ou terra firme, como também nas áreas de entorno das sedes dos municípios. Sendo que o desenvolvimento destas atividades, no contexto das comunidades tradicionais, encontra-se pautada pelo respeito à dinâmica peculiar destas populações, não se instituindo somente em função das relações de produção para atender as demandas mercadológicas, mas são relações, sobretudo, de respeito ao meio ambiente e de manutenção da subsistência de seus grupos.

É importante salientar que as práticas das populações tradicionais são permeadas pelo simbólico, em que o manejo dos recursos também deriva de tais orientações. No ambiente da economia tradicional, o componente cultural possui determinantes importantes e eficazes marcados pelos signos que os homens/mulheres constroem sob a base de suas representações cognitivas, que servem como mapas de orientação para as ações. Tais representações instituem mecanismos pelos quais os homens, no estabelecimento de suas relações, reinventam seus mundos, reforçam ou transformam seus valores.

Estudos (CHAVES, 2001; DIEGUES, 2001) desenvolvidos na região Amazônica afirmam que as práticas de manejo desenvolvidas pelas populações tradicionais encontram-se pautadas em um saber diferenciado do saber técnico-científico. Desse modo, não são apenas as modalidades técnicas de gestão da biodiversidade que importam, mas certas formas sociais que orientam a gestão e implantação técnica, também devem ser consideradas neste processo. Assim, nestas formas de gestão é possível perceber um ordenamento no uso dos recursos, o que historicamente tem garantido a sustentabilidade dos recursos manejados por estas sociedades.

É importante ressaltar que esses modelos de manejo dos recursos naturais desenvolvidos por estas populações estão relacionados à sua territorialidade, as quais criam raízes, estabelecendo uma relação de intimidade com a natureza de forma diferenciada, acumulando, desse modo, uma sabedoria construída a partir da relação com o meio ambiente ao longo de gerações. Trata-se de uma sabedoria que se firma em outro olhar, em uma perspectiva cultural e civilizatória de respeito ao ambiente.

De acordo com o debate estabelecido, é importante considerar, ainda, a perspectiva histórica de construção do conhecimento tradicional no manejo dos recursos naturais, considerando neste debate que os conhecimentos e os recursos não são estáticos, mas entende-se que, ambos, sofreram e sofrem transformações no fluxo dinâmico da história.

Na leitura de Diegues (2001), o saber tradicional se constitui de maneira diferenciada, neste caso, para o referido autor, não são apenas as modalidades técnicas de gestão da biodiversidade que importam e devem ser consideradas, mas certas formas históricas e sociais que orientam a gestão e implantação técnica.

Nesta perspectiva de abordagem, pode-se afirmar que o ato de discutir e construir uma concepção de conhecimento tradicional, necessariamente, passa pela integração do etnoconhecimento, do fazer e das técnicas patrimoniais, das populações tradicionais nas tomadas de decisão, buscando identificar as formas organizativas que permitam certa exploração do ambiente sem a degradação dos recursos naturais.

Com base nestes pressupostos, considerando que as populações tradicionais, de modo particular, abrangem um complexo sistema de conhecimentos e práticas sócio-culturais, os quais constituem processos locais de relação entre sociedade e natureza, destaca-se a necessidade da identificação e compreensão dos sistemas tradicionais nas formas de gestão dos recursos locais, uma vez que as técnicas desenvolvidas e utilizadas têm contribuído não apenas para a subsistência das comunidades tradicionais, sua reprodução sócio-cultural e física, mas também para a manutenção da diversidade biológica das áreas que ocupam.

### 1.3 Gestão dos recursos naturais e práticas sócio-culturais de populações tradicionais

As diversas formas de gestão dos recursos naturais associadas às práticas sócio-culturais, desenvolvidas pelas populações tradicionais de forma sustentável são temáticas que ganham visibilidade no tocante às questões ambientais no cenário atual, nos mais diversos espaços e fóruns, sociais e acadêmicos.

Em determinadas sociedades e culturas, segundo Diegues (1996 p. 61), as práticas de ajuda mútua, os trabalhos intragrúpicos, constituem-se em práticas importantes no cotidiano das populações tradicionais. Nestas sociedades, diversos estudos apontam para a existência de uma simbiose homem – natureza, “tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico”.

Para Morin (2002), o desenvolvimento das atividades intragrúpicos é permeado pela “consciência coletiva” desses grupos sociais, isto é, por um saber coletivo acumulado em memória social, apropriado por intermédio da cultura. Desse modo, o referido autor afirma que as relações homem-natureza encontram-se mediadas pela cultura, por experiências acumuladas pelos povos ao longo das gerações e pelos valores sociais e políticos construídos

em uma perspectiva sócio-histórica. De acordo com esta premissa, a gestão comunitária dos recursos locais por essas populações carrega fortes traços culturais.

Nesta mesma linha de análise, Geertz (1989) afirma que no ambiente da economia tradicional pode-se identificar o forte componente cultural que se faz presente e a partir do qual os homens constroem suas representações cognitivas, seus mapas os quais orientam suas ações. Tais representações se constituem como meios pelos quais os homens, no estabelecimento de suas relações, reinventam seus mundos, reforçam ou transformam os mundos de seus antepassados, ao mesmo tempo em que (re)constroem novas significações e interpretações.

Para o referido autor, o homem e seus comportamentos podem ser entendidos como simbólicos. Desse modo, os códigos peculiares e específicos, que regem as ações de determinados grupos e/ou comunidades, as interpretações e leituras da natureza desenvolvidas pelas populações tradicionais, podem não ser decifráveis por outros grupos ou pela própria sociedade em geral, daí a necessidade da busca do significado, da explicação ou da compreensão, de determinadas expressões sociais, a princípio enigmáticas em sua superfície. Na perspectiva posta por alguns autores (CHAUI, 1982; THIOLENT, 2004), nas comunidades tradicionais estes códigos podem ser identificados e/ou decifrados a partir da cultura a qual pode ser entendida como conjunto de práticas, idéias e sentimentos que exprimam as relações simbólicas dos homens com a realidade, sendo que esta pode ser natural, humana e/ou sagrada. São as representações, valorizações efetivas, dos hábitos, das regras sociais e dos códigos simbólicos construídos no seio de determinada cultura que concedem significados às relações sociedade - natureza.

A Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, em seus preâmbulos, preconiza que

A cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças; a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber (SHIRAISHI, 2007 p.122).

Na perspectiva posta por Geertz (1989), a cultura não deve ser vista somente como o conjunto de comportamentos de uma sociedade (tradições, hábitos, usos, entre outros), mas sim como um conjunto de mecanismos de controle, como planos, regras, estabelecimentos das leis, instruções, para se nortear a práxis dos agentes sociais, considerando-a como condição

essencial à existência das sociedades. Desta maneira, para o referido autor, é preciso descer aos detalhes com o intuito de apreender corretamente o caráter essencial das várias formas de organização cultural e tipos de sociedades, assim como de cada indivíduo dentro de cada cultura. O autor ressalta, ainda, que é através das formas simbólicas representadas pela cultura que o ser social é capaz de se comunicar, perpetuar-se e desenvolver seus conhecimentos e habilidades, bem como suas diversas atividades em relação à vida cotidiana a qual se traduz como um produto cultural, pois a cultura como sistema simbólico é transmitida de geração a geração, e, fundamentalmente, os saberes, habilidades e formas de relação das sociedades se constituem como importante ferramenta de comunicação, não só entre indivíduos de uma mesma geração, mas entre várias gerações.

Partindo desta ótica de abordagem, a gestão dos recursos naturais desenvolvidas pelas populações tradicionais é construída e se desenvolve a partir das representações simbólicas, místicas e de uma forma de organização social particular. A maneira própria de representar, interpretar e agir sobre o meio natural pode ser visualizado, embora muitas vezes não compreendidas do ponto de vista da lógica formal. Para Godelier (*apud* DIEGUES, 1996, p.78), as relações entre estas sociedades e seu ambiente podem ser visualizadas a partir do domínio dos mitos e representações que constroem em torno do seu ambiente: “o homem, em seu processo adaptativo, desde o início, elabora representações e interpretações da natureza”

Estudos desenvolvidos por Balée (*apud* DIEGUES 2001) sobre as práticas das populações tradicionais revelam o tipo de relação que estas sociedades estabelecem com o meio, tendo como base os símbolos, mitos e as representações sociais. A partir destes estudos, os autores afirmam que as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos primitivos contribuíram para preservação e identificação, nos dias atuais, de grande número de espécies úteis, as quais foram protegidas no passado. Neste caso, a abundância atual pode estar relacionada às formas de uso e manejo dos recursos naturais de prevalente sustentabilidade, ainda que algumas dessas práticas se apresentem danosas ao meio ambiente<sup>12</sup>. De acordo com Diegues (2001), estudos desenvolvidos por ecólogos nos trópicos revelam que grande parte da vegetação primária de muitas zonas reconhecidas como virgens apresentam vestígios de perturbação humana e a cada dia, segundo estes pesquisadores, se torna mais difícil encontrar áreas virgens. O que implica entender que as populações as quais habitaram esses ambientes desenvolveram formas de manejo adaptadas e sustentável dos recursos locais, a partir do desenvolvimento de práticas conservacionistas.

---

<sup>12</sup> É importante ressaltar que, estas práticas não se comparam às práticas desenvolvidas pelas sociedades capitalistas industriais, uma vez que o nível de degradação ambiental causado por estas é bastante diferenciado.

A relevância destas práticas na utilização sustentável dos componentes da diversidade biológica na contemporaneidade pode ser identificada no âmbito internacional, nacional e mesmo local, sobretudo a partir da CDB quando afirma em seu artigo 10 que “cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso: c) *Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável*” (Grifo nosso).

Diante deste cenário, coloca-se em pauta, sobretudo a partir da vigência da CDB, a discussão em torno da necessidade, neste momento histórico, de pensar formas, mecanismos de proteção para os conhecimentos considerados tradicionais os quais derivam das práticas e modos particulares de viver das populações que vivem em áreas ricas em biodiversidade, com estilo de vida e cultura diferenciadas dos predominantes nas sociedades urbanas industriais. Essa categoria será trabalhada no capítulo II.

# CAPÍTULO II

---

## MARCOS LEGAIS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL: CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS EM DEBATE

Progressivamente, abre-se espaço, em nível internacional, para o reconhecimento de direitos das comunidades nativas e tradicionais sobre seus conhecimentos e práticas, bem como para o debate sobre os meios de conceder-lhes estatuto jurídico apropriado (ALBAGLI, 2005, p. 21).

O tema da propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade emerge no contexto contemporâneo, a partir da Convenção sobre Diversidade Biológica assinada no contexto da Rio 92<sup>13</sup>, que segundo Barbosa (2003), traz uma nova consideração ao sistema jurídico, de proteção dos conhecimentos tradicionais de fundo cultural – e não tecnológico, como patrimônio de caráter intelectual, assim como a pretensão do controle de cada Estado sobre seu próprio patrimônio genético. A visibilidade alcançada pelo tema está relacionada, em grande parte, à perda de controle pelos países ricos em biodiversidade dos recursos naturais e do patrimônio biológico. Esses fatores, acrescidos da inexistência de um quadro legal que assegure o direito de propriedade intelectual sobre os recursos da biodiversidade dos países em desenvolvimento, parecem justificar, no atual exercício de modificação do sistema de propriedade intelectual, a discussão sobre a criação de um sistema *sui generis* para proteção dos conhecimentos tradicionais associados aos países ricos em biodiversidade.

Neste contexto, o presente capítulo objetiva discutir os principais marcos legais de propriedade intelectual, bem como os mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais associados vigentes em uma abordagem panorâmica sobre os principais argumentos debatidos no contexto internacional e nacional, sobre propriedade intelectual. Na segunda parte do capítulo, realizar-se-á uma abordagem sobre os mecanismos de proteção dos conhecimentos tradicionais, os limites e possibilidades apontados para criação de um sistema *sui generis* de proteção a estes conhecimentos. E por fim, a terceira parte apresenta os

---

13 A CDB foi assinada em 5 de junho de 1992, aprovada em 3 de fevereiro de 1994 pelo Congresso, ratificada em 28 de fevereiro de 1994 e posta em vigor em 29 de maio do mesmo ano.

principais marcos regulatórios e dilemas que envolvem esta questão no meio jurídico brasileiro.

## 2.1. Principais Marcos Legais Internacionais de Propriedade Intelectual

O marco histórico de maior relevância na discussão sobre Propriedade Intelectual, na análise de alguns autores (MACEDO, 2000; MALAGRICI, 2007; NOGUEIRA, 2007), é a Convenção da União de Paris (CUP) que aconteceu em 1883, a qual estabeleceu uma união para a proteção da propriedade industrial. Este sistema de proteção, em seu sentido mais amplo, inclui as patentes<sup>14</sup>, modelos de utilidade, desenhos industriais, nomes comerciais, marcas, indicação da origem e repressão à competição desleal. Esta Convenção estabeleceu como princípios básicos para os sistemas de patentes dos países signatários, o Tratamento Nacional, a Prioridade Unionista, a Independência dos Direitos e Tratamento Nacional. Em 1886, aconteceu a Convenção de Berna que estabeleceu regras gerais sobre direitos autorais. No Brasil, a CUP entrou em vigor em 24 de março de 1975<sup>15</sup>.

Segundo Mayerhoff (2007), a partir da CUP e da Convenção de Berna, um outro marco na discussão de propriedade intelectual aconteceu na primeira metade do século XX, com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) realizado em 1947, o qual contou com a participação de 23 países, cujo objetivo era conciliar as políticas aduaneiras dos Estados Signatários. Estes países desejavam impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas que ocorriam desde a década de 30.

Todavia, após a Convenção da União de Paris (CUP), algumas revisões foram feitas. Conforme Malagrici (2007), foi a partir da revisão realizada em 1967 que se estabeleceu a Convenção para a criação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI (*WIPO - World Intellectual Property Organization*)<sup>16</sup>, que passou a vigorar a partir de 1970, com o objetivo principal de promover a proteção da Propriedade Intelectual no mundo, através da cooperação dos Estados membros e pela administração dos vários tratados e acordos multilaterais ligados aos aspectos jurídicos e administrativos da Propriedade Intelectual.

---

<sup>14</sup> A patente, conforme alguns autores (MACEDO *et al.*, 2000; PIMENTEL, 2005), pode ser conceituada como um título de propriedade temporária, concedida pelo Estado, que contém importantes informações tecnológicas.

<sup>15</sup> A partir da assinatura do Decreto N. 75.572 de 8 de abril de 1975.

<sup>16</sup> Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI/WIPO). A OMPI é uma organização internacional com sede em Genebra, Suíça. É uma das 16 Agências especializadas do sistema de organizações das Nações Unidas (MACEDO *et al.*, 2000, 2003; MALAGRICI, 2007).

Nomeadamente, a OMPI administra o Tratado de Cooperação sobre Patentes<sup>17</sup> (PCT) e os pedidos de patentes feitos ao abrigo deste Tratado (Patentes WO, ou da via internacional). Em 1974, a OMPI passa a ser uma das agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), com 182 países membros.

Como resultado do desenvolvimento dos debates em torno da propriedade intelectual, e da necessidade de regulamentações internacionais que estabelecessem regras gerais para a criação de leis nacionais em cada país membro da WIPO, no contexto das negociações multilaterais do comércio da 8ª Rodada do Uruguai do GATT, foi criada a Organização Mundial do Comércio (*World Trade Organization* – WTO) que estabeleceu em um de seus anexos, o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* – TRIPS), o qual foi assinado por um conjunto de países, inclusive o Brasil.

O acordo TRIPS entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995, é um dos acordos mais recentes de regulamentação da propriedade intelectual, seu principal objetivo é estabelecer diretrizes as quais regulem o comércio internacional, ao mesmo tempo em que pretende promover uma proteção mais eficaz e adequada dos direitos de propriedade intelectual, sem desconsiderar, neste cenário, os interesses políticos e econômicos em jogo. O Acordo estabelece um patamar mínimo de proteção aos direitos de propriedade intelectual, com orientação para que este seja incorporado na forma jurídica apropriada em cada país signatário, ao mesmo tempo em que coloca novas regras e disciplinas relativas ao comércio internacional e aos direitos de propriedade intelectual (MAYERHOFF, 2007; NOGUEIRA, 2007).

O estabelecimento e a criação dos acordos, a partir das convenções e tratados multilaterais internacionais, segundo Vigevani (1997), constituem a busca de construção de regras internacionais que orientem a elaboração de procedimentos para a resolução de alguns problemas reconhecidos como de interesse geral, sem desconsiderar as relações assimétricas de poder estabelecidas neste contexto histórico.

Para Vigevani (1997), um dos temas de interesse geral que está nas rodadas de negociações internacionais entre governantes é a problemática ambiental. Importa ressaltar, contudo, que as questões e debates sobre o meio ambiente não são novas, no entanto as

---

<sup>17</sup>A fim de regular os pedidos de patentes, foi instituída em 24 de março de 1971, na cidade de Estrasburgo, França, a Classificação Internacional de Patentes (CIP), cujo principal objetivo, segundo Macedo (2000), é estabelecer “normas para uniformizar o arquivamento e facilitar a recuperação do conhecimento tecnológico humano” (p. 157). A última edição da CIP entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2006. (MACEDO, 2000; <http://www.wipo.int/classifications/ipc>, 2007).

mudanças ocorridas em meados do século XX e início do século XXI, com acelerado processo de desenvolvimento científico e tecnológico, trazem à tona novas questões e perspectivas de abordagens para a referida problemática. Neste estudo, destacam-se as problemáticas referentes à propriedade intelectual relacionadas às questões ambientais.

Diante deste contexto, Albagli (2005) afirma que o crescimento da apropriação privada de informações e conhecimentos sobre a biodiversidade, em nível genético e dos saberes tradicionais associados, tem intensificado os debates sobre a (re)formulação, criação e implementação dos tratados e convenções internacionais no que concerne a propriedade intelectual, ao mesmo tempo em que aceleram as discussões para elaborações e implementações de instrumentos legais cada vez mais rigorosos de proteção à propriedade intelectual em âmbito nacional. Esta proteção se apresenta em duas dimensões; a primeira diz respeito aos conhecimentos produzidos e/ou adquiridos pelas grandes empresas, sobretudo de fármacos, bioquímicos, entre outros. A segunda dimensão, mais recente, trata da apropriação de conhecimentos, técnicas, modos de vida e cultura de populações tradicionais, por parte de agentes externos ou grandes empresas para obtenção de informações sobre as formas e modos de uso da biodiversidade, que possam, no futuro, gerar novos produtos e processos ao capital<sup>18</sup>.

Neste sentido, o debate em torno da propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade, conforme Albagli (2005) revela uma mudança significativa nas formas de visualização e apropriação dos recursos da natureza. A princípio, o uso da terminologia recursos naturais era adotado como simples matéria-prima para as sociedades industrializadas na construção de suas bases materiais. Neste início de século XXI, se constituem em fontes essenciais para as experimentações científicas avançadas, as quais resultam na confecção de produtos de alta sofisticação e de valor elevado no mercado mundial. Assim, o avanço do conhecimento científico-tecnológico, nas últimas duas décadas, possibilitou a manipulação da vida em seu nível genético, ao mesmo tempo em que avança nas biotecnologias, o que vem ampliando e potencializando as formas de uso e aplicação da diversidade biogenética. Desse modo, percebe-se um crescente interesse por parte de grandes empresas, sobretudo da área de fármacos, na biodiversidade, agora visualizada como capital natural de realização futura de grande escala. Nesta perspectiva, o

---

<sup>18</sup> De acordo com Henry (2008) a medicina utiliza 120 substâncias extraídas de 90 plantas para fabricar grande parte dos medicamentos conhecidos, e dessas 120 substâncias, 74% apresentam uma correlação positiva entre o uso terapêutico moderno e uso tradicional.

valor não é dado tanto à vida em si, mas à informação nela contida e possível de ser extraída e trabalhada para fins comerciais.

Desse modo, a informação, o conhecimento e a inovação constituem-se como pontos centrais de uma nova forma de configuração de desenvolvimento. Estabelecendo-se, ainda, como questão estratégica do ponto de vista do capital e do Estado.

Neste contexto, alguns autores (ALBAGLI, 2005; BARBOSA, 2002) afirmam que os conhecimentos de comunidades locais, povos indígenas e populações tradicionais começam a despertar um crescente interesse nas indústrias que atuam em áreas associadas às biotecnologias<sup>19</sup>, uma vez que estas podem servir de atalho no trabalho de bioprospecção. Do ponto de vista econômico, esses conhecimentos apresentam três pontos relevantes que merecem destaque: a descoberta de novas espécies; a indicação de ativos químicos ou biológicos relevantes; e as técnicas de preservação e administração do meio ambiente pelas populações tradicionais.

Seguindo esta linha de análise, Albagli (2005) afirma que um dos produtos de maior rentabilidade para o mercado, proveniente dos conhecimentos tradicionais, são os produtos fármacos derivados de plantas medicinais utilizadas por populações tradicionais, as quais movimentam, hoje, bilhões de dólares anuais, contudo é insignificante a parcela dos lucros obtidos com estes produtos que retorna às comunidades. Neste momento histórico, em particular, pode-se observar um número cada vez maior de solicitação de patentes por parte das indústrias, de produtos derivados desses materiais genéticos, levando ao impedimento do seu uso pela sociedade em geral, bem como pelas comunidades originárias dos produtos.

Desse modo, no cenário atual, os conhecimentos e informações assumem caráter de grande relevância para produção de novos materiais e tecnologias, as discussões em torno dos direitos de propriedade intelectual relacionadas às questões ambientais ganham centralidade em âmbito internacional e nacional, uma vez que este mecanismo de proteção, segundo Santos (1997), busca resguardar o conhecimento tecno-científico moderno, ao mesmo tempo em que aponta para possibilidade de conversão das inovações tecnológicas e biotecnológicas

---

<sup>19</sup> Numa perspectiva histórica, a palavra biotecnologia foi utilizada pela primeira vez em 1919 d.C. por um engenheiro agrícola da Hungria. As primeiras aplicações biotecnológicas pelo ser humano podem ser datadas de 1800 a.C., com o uso de leveduras, o organismo vivo para fermentar vinhos e pães, gerando desde então produtos consumidos pelos povos (ALVES, 2004; NOGUEIRA, 2007). O conceito de biotecnologia abrange diferentes níveis de sua aplicação, desde técnicas tradicionais de manipulações de organismos vivos até as mais atuais técnicas de engenharia genética. De modo bastante simples, entende-se por biotecnologia o uso de organismos vivos (ou suas células e moléculas) para produção racionalizada de substâncias, gerando produtos comercializáveis. Biotecnologia consiste, ainda, na aplicação em grande escala ou transferência para indústria dos avanços científicos e tecnológicos resultantes de pesquisas em ciências biológicas.

em fonte de lucros. Seguindo esta linha de análise, para o referido autor, os países industrializados almejam a universalização desses direitos tanto em nível internacional (via TRIPS, OMC, CDB, Banco Mundial e outras instâncias multilaterais), quanto em nível nacional (via adoção do regime de patentes e de leis de cultivares pelo maior número possível de países).

A propriedade intelectual, na perspectiva de alguns autores (NOGUEIRA, 2007; SANTOS, 2003), abrange duas grandes áreas: *Copyright* ou *Direito Autoral*, as quais tratam das obras literárias e artísticas, programas de computador, domínios na Internet e cultura imaterial, e a *Propriedade Industrial* (PI), que diz em respeito a patentes, marcas, desenho industrial, indicações geográficas e proteção de cultivares.

No que concerne ao direito autoral, de acordo com Malagrìci (2007), no direito normativo, este se subdivide em duas categorias principais de direitos: os direitos patrimoniais e os direitos morais<sup>20</sup>.

Neste trabalho, será enfatizado apenas o direito de propriedade autoral, que segundo Macedo (2000, p16), pode ser descrito como “trabalho literário ou artístico, ou seja, são criações originais nos campos da literatura e da arte”. Esses trabalhos podem ser expressos de variadas formas, como os símbolos, músicas, pinturas, objetos tridimensionais ou podem ser feitas combinações entre eles. Segundo a referida autora, praticamente todas as leis nacionais de direito autoral conferem proteção para estes tipos de trabalho: trabalhos literários, como novelas, poemas, histórias, entre outros trabalhos escritos; trabalhos científicos, artigos técnicos, manuais; trabalhos musicais, clássicos ou populares, canções, óperas, entre outros; trabalhos coreográficos; trabalhos artísticos bidimensionais ou tridimensionais; trabalhos fotográficos; trabalhos audiovisuais.

Na perspectiva posta por (SOUZA, 2008), no direito autoral o criador de *obra intelectual* tem o direito de gozar dos produtos resultantes da reprodução, da execução ou da representação de suas criações. O referido autor concebe a *obra intelectual* como criação do espírito, expressa por quaisquer meio ou fixada em qualquer suporte, tangível ou intangível. No Brasil, as obras literárias, artísticas e científicas são reguladas pela Lei nº 9610/98. Regulamentada pela política da CGDA/ SPC. (Ver Figura 01)

---

<sup>20</sup> Entende-se por direito patrimonial o direito sobre reprodução, teledifusão, interpretação e execução, adaptação, tradução, distribuição, e como direito moral o direito do autor de se opor a qualquer modificação em sua obra, que possa atentar contra a sua honra ou reputação.

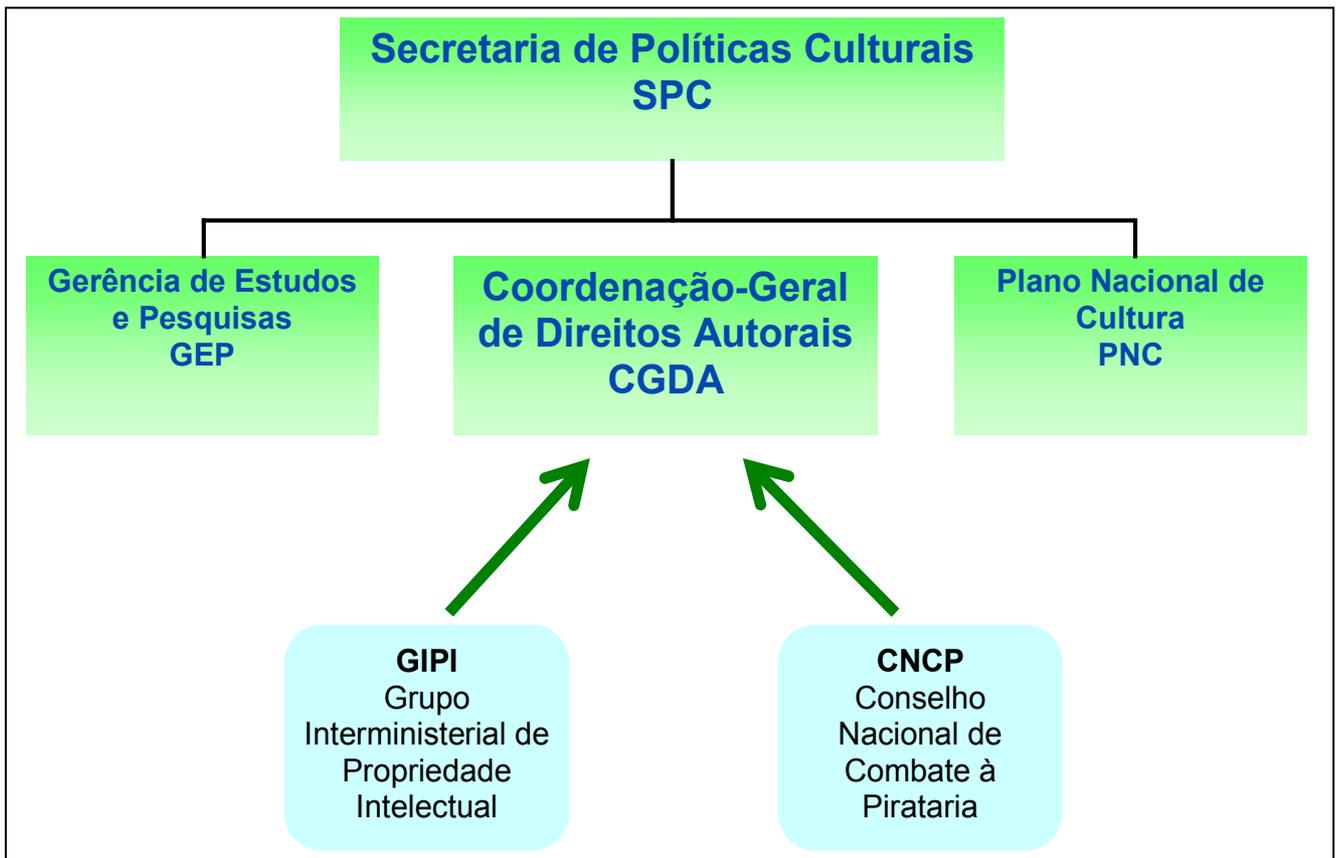


Figura 01: Organograma da Política de Direito Autoral (Coordenação-Geral de Direito Autoral; Secretaria de Políticas Culturais; Ministério da Cultura do Governo Federal).  
 FONTE: FEPI/AM, 2008.

Importa salientar que esta forma de proteção se restringe a um único autor, de acordo com o TRIPS. No caso dos conhecimentos tradicionais associados, o direito de propriedade é coletivo, a comunidade é detentora do conhecimento, neste caso a propriedade deve ser pensada na perspectiva da coletividade.

Na leitura de Malagrici (2007), esta divisão tradicional de proteção à propriedade intelectual não explicita as formas *sui generis* de proteções atualmente requeridas e adotadas, resultante do progresso científico e tecnológico. O referido autor cita como exemplo as formas de proteção de cultivares que protegem as criações vegetais, e, a de proteção de desenhos de *layout* de circuitos integrados que compreendem o desenho final das camadas os quais compõem os circuitos. Diante deste cenário, novas formas de proteção estão sendo requeridas para as questões relacionadas ao meio ambiente, mas, especificamente, dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade.

## 2.2 Mecanismos de Proteção dos conhecimentos tradicionais

O avanço da biotecnologia moderna<sup>21</sup> aliada à discussão da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, abre paulatinamente espaço para o reconhecimento dos direitos das comunidades locais tradicionais sobre seus conhecimentos e práticas, bem como sobre os meios e mecanismos de conceder-lhes estatuto jurídico apropriado.

Contudo, é a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) - ocorrida no Rio de Janeiro, em junho de 1992 -, que as propostas em torno da construção de mecanismos de proteção dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade, passam a ser discutidas pelos Estados, buscando garantir a soberania sobre os recursos genéticos de origem e localizados nos territórios nacionais. De acordo com artigo 8j da CDB cada parte signatária deve *em conformidade com sua legislação nacional*, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais (Grifo nosso).

Consoante a este artigo da CDB, está a Declaração Universal dos Direitos do Homem<sup>22</sup>, que em seu art. 27 coloca o dever de proteção das criações tradicionais. Neste contexto, conforme Albagli (2005, p. 22), três considerações perpassam a discussão no que diz respeito a proteção dos conhecimentos tradicionais. A primeira refere-se à importância de se resguardarem os conhecimentos e as práticas das comunidades locais, frente ao papel que elas assumem, historicamente, na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica e genética; a segunda está relacionada à crescente valorização dos conhecimentos tradicionais, diante da constatação de sua relevância na indicação da localização e dos possíveis usos e aplicações comerciais dos recursos biogenéticos, fazendo com que o acesso a esses recursos esteja cada vez mais vinculado ao seu componente intangível, (ou seja, o conhecimento tradicional associado); e a terceira condição trata do compromisso moral de assegurar que estas populações usufruam dos ganhos e benefícios advindos dos usos dos seus conhecimentos e participem das decisões relativas a esse uso.

---

<sup>21</sup> Segundo Chaves (*et all.* 2008), o desenvolvimento da biotecnologia moderna promoveu um avanço da fronteira científico-tecnológica. A pesquisa no âmbito das ciências da vida possibilitou mediante a engenharia genética a manipulação da vida ao nível genético, o que potencializou um amplo horizonte de usos e aplicações das informações genéticas, ampliando o interesse de importantes segmentos econômicos e industriais. Na perspectiva de vários autores (ALBAGLI, 2005; NOGUEIRA, 2007; RIFKIM, 1999), a partir da década de 90 a biotecnologia moderna passa a ser visualizada enquanto grande promessa da ciência para novas descobertas, sendo estas nas áreas farmacêuticas, agrícola, alimentar e de cosméticos.

<sup>22</sup> O referido estatuto preconiza que todos têm o direito à proteção dos interesses morais e materiais resultantes de qualquer obra científica, literária ou artística de que sejam autores.

Entende-se neste processo que, segundo Belas (2005), os conhecimentos tradicionais devem ser visualizados e entendidos como criação intelectual das comunidades e não como herança comum da humanidade, ao mesmo tempo em que se deve outorgar, a estas populações, o poder de decisão, controle e usufruto de sua apropriação e utilização. No entanto, o que se encontra na pauta dos debates é a forma de se fazer e garantir tais direitos. Neste cenário, muitas dúvidas e controvérsias surgem, tendo em vista o caráter absolutamente novo da questão. No contexto da discussão sobre a construção e/ou identificação de formas de proteção dos conhecimentos tradicionais associados, emergem diversas proposições.

Entre as proposições apresentadas, destaca-se a de Albagli (2005), ao afirmar que estes conhecimentos devem ser considerados como parte do sistema de inovação tecnológica formalmente estabelecido, para desse modo obter reconhecimento no regime de proteção à propriedade intelectual vigente nos dias atuais. Contudo, coloca-se a preocupação quanto a definição de um sistema de proteção aos conhecimentos e práticas tradicionais, e considerando seu caráter eminentemente coletivo, não se imprima o caráter monopolista e individualista que caracteriza os padrões atuais de proteção à propriedade intelectual, comodificando (ou seja, reduzindo-os a mera mercadoria) os conhecimentos e os recursos biogenéticos mantidos e desenvolvidos por essas culturas, e privatizando-os com fins estritamente comerciais.

Neste sistema de comodificação dos recursos genéticos, uma das preocupações levantadas por Belas (2005) é do possível impacto negativo nos sistemas tradicionais de intercâmbio local de espécies nativas e cultivares, bem como sobre os padrões culturalmente estabelecidos nas práticas das comunidades tradicionais com relação ao uso e manejo da biodiversidade. Este sistema pode levar a uma competição entre as comunidades as quais compartilham riquezas biogenéticas comuns, podendo ainda provocar um incentivo à superexploração comercial de regiões ricas em recursos genéticos e biológicos pelos detentores de tecnologias avançadas.

Segundo Albagli (2005), vários grupos se colocam na discussão. Neste caso, existem aqueles defensores que, ao invés de defenderem que sejam estabelecidos mecanismos de proteção dos conhecimentos tradicionais nos moldes vigentes de propriedade intelectual, sugerem a restrição aos direitos de propriedade intelectual sobre invenções derivadas ou apoiadas em conhecimentos tradicionais. Existem, ainda, os que defendem a obtenção do consentimento prévio informado das populações tradicionais a fim de fazer uso das informações derivadas de suas práticas e conhecimentos, todavia, sem considerar as possibilidades de ganho às mesmas pela cessão de seus domínios intelectuais.

Nesta discussão, a referida autora defende a criação de sistemas *sui generis* de proteção de direitos de propriedade intelectual que sejam apropriados ao modo particular de como esses grupos sociais produzem e reproduzem o conhecimento, sendo possível, nesta realidade, tomar como base suas formas singulares de organização sócio-cultural e político-organizativa, identificando nesta organização os mecanismos de proteção construídos em uma perspectiva sócio-histórica de forma coletiva por estas populações. Neste campo de debate, a fim de se discutir de forma mais aprofundada a questão, foram criados termos como os de “direito intelectual coletivo”, “direito coletivo de propriedade intelectual”, “direito aos recursos tradicionais” e ainda “direito à integridade cultural e intelectual” (ALBAGLI, 2005, p. 23).

De acordo com Santos (1997), após estudos e análises desenvolvidas por pesquisadores sobre a CDB e sua articulação com o Acordo TRIPS, que apontavam para criação de um sistema de patentes ou um regime *sui generis* para a proteção dos recursos biológicos, concluíram que a adoção dos direitos intelectuais coletivos, e não de propriedade intelectual como está sendo discutido, era compatível com o quadro legal internacional vigente.

Assim, conforme o referido autor, a noção de Direito Intelectual Coletivo (DIC) foi elaborada, pós Rio 92, e contou com envolvimento de pesquisadores, representantes dos governos, pensadores, estudiosos do direito, entre outros, de vários países como a Etiópia, Índia, Malásia e outros países ricos em biodiversidade. Estes procuravam defender, ao mesmo tempo, a soberania dos países sobre os recursos biológicos e a proteção dos conhecimentos tradicionais contra a biopirataria. Para Santos (1997), o ponto de partida para a discussão sobre DIC é o reconhecimento das diferenças entre as culturas. Com efeito, só é possível pensar nestes direitos se os Estados e as sociedades nacionais reconhecerem, juridicamente, o caráter único das populações tradicionais.

O objetivo principal da nova proposta de um direito intelectual coletivo, para as populações detentoras de conhecimentos tradicionais, neste momento, é proteger os conhecimentos e inovações que não podem ser protegidos pelo sistema convencional de propriedade intelectual, os quais se encontram intimamente ligados à biodiversidade, neste caso o direito intelectual coletivo foi pensado para preencher essa lacuna.

Para Albagli (2005), uma problemática identificada, a partir desta discussão, é quanto a quem caberia a titularidade desses direitos – se, às comunidades ou a seus representantes, se, às organizações governamentais ou às representações de outro tipo. É importante destacar que

parte desses saberes tradicionais é tácito<sup>23</sup>, isto é, estes residem e desenvolvem-se em crenças, juízos de valores e práticas culturais comunitárias; é proveniente do aprender fazendo, usando e interagindo. Um exemplo citado pela autora, que revela a complexidade das questões as quais envolvem esta temática é o caso da agricultura, uma vez que boa parte dos conhecimentos foi construído ou é partilhado por grupos sociais territorialmente dispersos, não podendo identificar a particularidade de determinado grupo. Contudo, a referida autora ressalta que mesmo tendo como referência um conceito genérico de conhecimento, as bases do conhecimento são diferenciadas e específicas para cada tipo de sociedade, e, mesmo inserido em uma determinada sociedade ou comunidade, podem ser identificadas especificidades, singularidades no processo de construção e (re)produção do conhecimento.

Seguindo esta linha de análise, Barbosa (2002) afirma que na questão de proteger a produção intelectual das populações tradicionais e outras modalidades de criações tradicionais encontram-se alguns óbices importantes no sistema convencional do direito, como:

- a) a autoria plural, seja tribal ou comunitária, em oposição ao autor determinado e individual da propriedade intelectual clássica;
- b) a inexistência de *novidade* – conforme definida nas leis de patentes ou de variedades de plantas;
- c) a antigüidade da obra para o caso de criações estéticas – o que importaria em esgotamento de quaisquer direitos pertinentes;
- d) a titularidade incerta – coletiva, comunitária, ou exercida através de agências governamentais.

Diante da discussão apresentada, pode-se afirmar que não basta a criação de instrumentos legais generalizantes de proteção aos conhecimentos tradicionais nos marcos legais convencionais, mas faz-se necessária a criação de estratégias de ações mais amplas e complexas que envolvam, ao mesmo tempo, a teia de questões culturais, políticas, econômicas e sociais (ALBAGLI, 2005, p.23). Neste sentido, reconhecer as sociedades/populações tradicionais como dotadas de distinções requer uma nova visão do

---

<sup>23</sup> No caso do conhecimento tácito, este se encontra estritamente associado a contextos geográficos específicos; ele provém da experimentação, sendo desenvolvido e transmitido por meio de interações locais. Sua principal característica se encontra na dinâmica do próprio conhecimento, não se constitui em acervo estático, “sendo *definido* menos por sua antiguidade e mais *pelo processo social pelo qual é desenvolvido*, compartilhado e utilizado.” (ALBAGLI, 2005, p. 23). Pode-se afirmar, conforme Albagli (2005), que nestas bases encontram-se a riqueza e o valor deste conhecimento, pelo seu processo de (re)produção, permeado de valores sócio-culturais intangíveis, que estão intimamente relacionados ao tempo histórico, mas também com o território. No contexto tradicional estes processos são construídos e aperfeiçoados de forma coletiva por várias gerações. Em uma perspectiva mais ampla, trata-se de um patrimônio cultural, no qual podem-se identificar conhecimentos, habilidades, crenças, arte, moral, leis, hábitos e costumes, construídos historicamente/tempo, socialmente e no espaço/território.

direito, Estado e da sociedade, neste caso, há demanda por uma modificação radical das percepções, discussões e ações. Em outras palavras, é necessário estabelecimento de uma relação de alteridade, na feliz expressão de Antônio Pinheiro (*apud* MOREIRA, 2007 p. 20).

Há que se ter alteridade para aceitar que são sociedades diferentes, constituídas por sujeitos que pousam outro olhar, sobre o significado e relacionamento com o mundo, dispare dos nossos por conta de uma lógica e interação diferenciada com o espaço e o meio que o circunscreve assim devem ser aceitos e respeitados, sem que se use este diferencial como diminuidor de sua qualidade, ou argumento para expropriação de seus direitos.

Na perspectiva da referida autora, deve ser garantido um contexto de afirmação de direitos e composição de um debate em torno de um arcabouço jurídico próprio que dialogue com as especificidades e pluralismo das sociedades tradicionais, considerando, neste cenário, a existência de um “sistema jurídico tradicional” construído no contexto destas sociedades. Desse modo, o debate sobre a proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade precisa ser feito sob um enfoque multicultural de aceitação, respeito, reconhecimento e valorização destes saberes e práticas.

Neste sentido, entende-se a necessidade de se discutir formas de proteção aos conhecimentos tradicionais associados, considerando as singularidades e as formas próprias de organização da vida e da produção das populações ribeirinhas da Amazônia as quais se constituem objeto de estudo da presente tese.

Tendo por base os pressupostos apresentados, considerando, sobretudo a partir da CDB, a soberania dos Estados no estabelecimento de leis que regulem as formas de acesso aos conhecimentos tradicionais e recursos naturais existentes em seu território, o Brasil se insere neste cenário discutindo e propondo leis que regulamentem as questões relacionadas à biodiversidade em âmbito geral, bem como dos direitos de propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais associados.

### 2.3 Propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais no Brasil: principais marcos legais

A discussão em torno da propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais no Brasil tem seu marco regulatório na Convenção da Diversidade Biológica - CDB<sup>24</sup>, considerado um dos mais importantes tratados multilaterais internacionais sobre o meio ambiente, para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica do planeta. Esta Convenção apresenta três grandes objetivos: a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes; e a repartição justa equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos.

Para Kaingáng (2006), a CDB avançou em relação às conferências e acordos multilaterais já realizados, ao inserir em um instrumento legal internacional uma abordagem inclusiva da proteção da biodiversidade associada às práticas, conhecimentos, saberes e inovações da sociodiversidade, abrindo espaço para que os detentores desses conhecimentos pudessem se posicionar em uma temática específica, embora de interesse global: a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica.

Na perspectiva posta por Moreira (2007), a CDB, ao elaborar um texto inclusivo e de reconhecimento de relações estreitas entre a biodiversidade e o modo de vida de comunidades tradicionais, referendando a teoria da ecologia social, reconhece a importância de zelar pelo relacionamento entre populações humanas e a biodiversidade e admite que a “paisagem é fruto de uma história comum e interligada: a história humana e natural”, de tal forma que a biodiversidade é “uma construção cultural e social” (DIEGUES, 2000, p. 08). No entanto, é preciso estar atento ao caráter “ambivalente” da CDB, nas palavras de Aubertin e Boisvert (*apud* MOREIRA, 2007, p. 17), a necessidade de analisar com certa objetividade o contexto da convenção, uma vez que, ao mesmo tempo em que se propõe a valorizar as práticas de conservação desempenhadas pelos povos tradicionais, ratifica o sistema de propriedade intelectual convencional ao criar mecanismos para sua expansão.

Por outro lado, a Convenção da Diversidade Biológica, no contexto da afirmação desses direitos, possui um importante papel de dar corpo jurídico a um determinado feixe de direitos concernentes aos saberes, inovações, práticas e técnicas desenvolvidas pelos povos

---

<sup>24</sup> Um dos pontos de destaque da CDB diz respeito ao princípio de soberania nacional sobre a exploração dos recursos em sua totalidade (biológicos, genéticos e conhecimentos tradicionais) e concede aos governos nacionais a faculdade de regular o acesso aos recursos genéticos submetidos a uma lei nacional e o seu acesso condicionado a um consentimento prévio da Parte Contratante (Artigos 3 e 15). A CDB é considerada também como um dos principais instrumentos de proteção ambiental da atualidade (CDB, 2007).

tradicionais em sua interação com a natureza (MOREIRA, 2007). Conforme Artigo 8, da CDB, cada parte contratante deve, na medida do possível, e conforme o caso

*[...] respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica (Grifo nosso) e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição eqüitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas (CDB, 1992).*

A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB é uma lei internacional e se constitui, hoje, como uma das principais formas de proteção dos conhecimentos tradicionais associados. Sobre conhecimentos tradicionais, a Convenção estabelece em seu preâmbulo que existe

*[...] estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir eqüitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes.*

Considerando o preâmbulo acima, em seu artigo 1º a CDB apresenta sua finalidade maior, qual seja “a *conservação* da diversidade biológica, a *utilização sustentável* de seus componentes e a *repartição justa e eqüitativa* dos benefícios da utilização dos recursos genéticos, [...], *levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias*<sup>25</sup>, [...]”. Desse modo, é possível perceber, a partir da CDB, que a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pela utilização dos recursos genéticos da biodiversidade, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos, é um dos elementos cruciais previstos nessa Convenção.

Contudo, para sua implementação, a CDB deve ser regulamentada por meio da criação de uma lei que estabeleça uma forma de como a Convenção será implementada em cada país.

No cenário nacional, identifica-se como decorrência direta da CDB a elaboração de proposta e criação de um arcabouço normativo que permite às sociedades tradicionais o exercício de direitos vinculados aos seus conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade. Para referida autora, as normas de maior destaque acerca da proteção dos direitos culturais dos povos tradicionais resultantes da CDB são as que se referem ao acesso e ao uso dos conhecimentos tradicionais associados à criação do Sistema Nacional de Unidades de

---

<sup>25</sup> Grifo autor.

Conservação (SNUC); à Política Nacional de Biodiversidade e ao Licenciamento Ambiental (MOREIRA, 2007).

No âmbito nacional, a CDB é ratificada em 1994, e os direitos dos povos tradicionais sobre seus conhecimentos encontram como principal suporte a Constituição Federal Brasileira de 1988, mas de modo mais imediato a questão do acesso e uso dos conhecimentos tradicionais associados foi abordada em nível infraconstitucional pela MP nº 2.186-16/01, na qual a União instituiu as normas brasileiras de proteção aos objetos jurídicos mencionados na CBD, que dispõe sobre o acesso ao conhecimento tradicional associado à repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização. A medida provisória regulamenta o artigo 225<sup>26</sup> da Constituição Federal, em seu § 1º, inciso II e § 4º[1]. Especificamente, quanto aos conhecimentos tradicionais, a norma ordinária assim define em seu Art. 7º §II - conhecimento tradicional associado: *informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético.*

É importante destacar que existem projetos de lei para substituir essa Medida Provisória, e que a última revisão da referida medida provisória ocorreu em julho de 2007, como pode ser visualizado no Figura 02, sobre os marcos legais na área de meio ambiente no Brasil.

---

<sup>26</sup> Constituição Federal. Artigo 225. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético; § 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato Grossense e a Zona Costeira são patrimônios nacionais, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais” (BRASIL *apud* KAINGÁNG, 2006; <http://www.planalto.gov.br>).

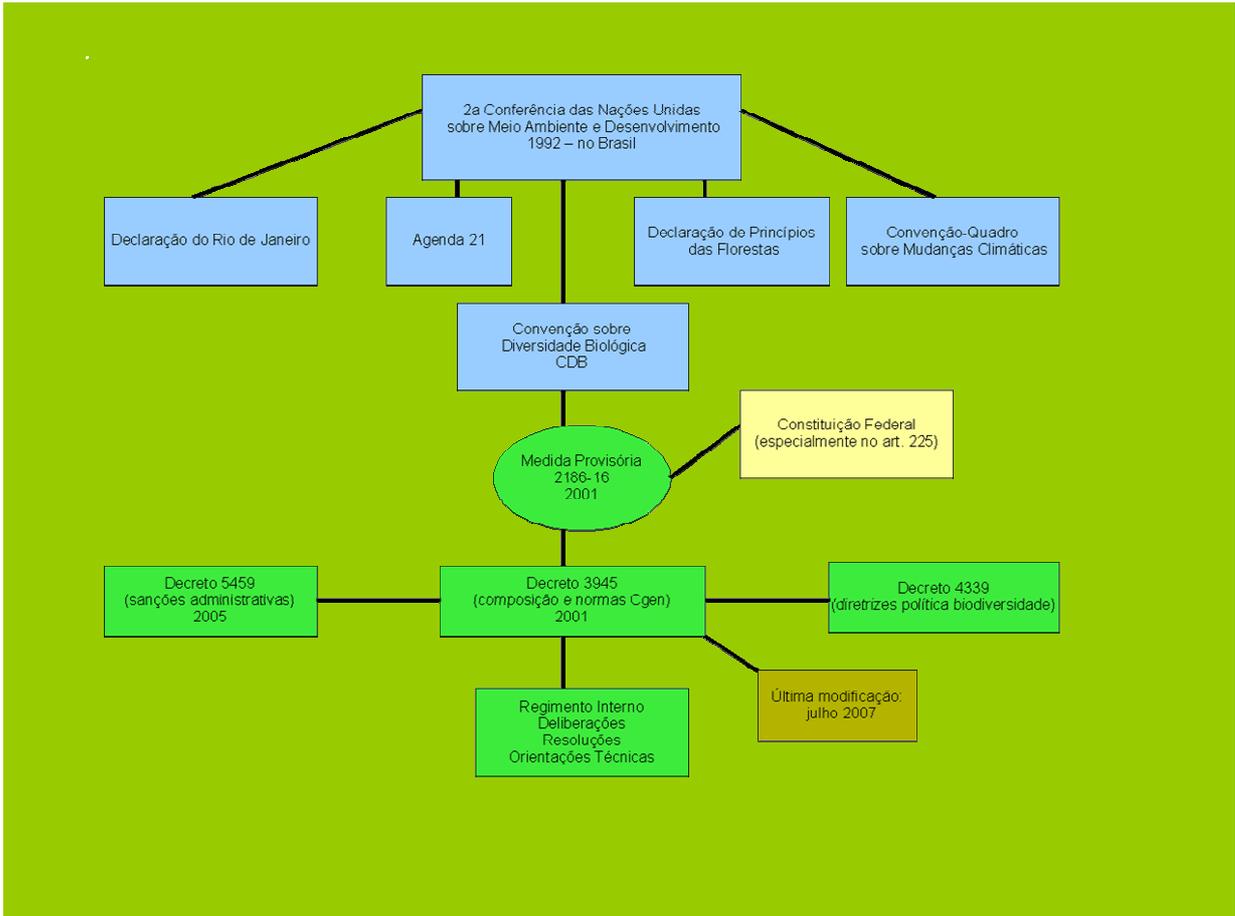


Figura 02: Esquemas dos Marcos Legais do Meio Ambiente no Brasil  
 FONTE: Rede Norte de Propriedade Intelectual /AM, 2007.

Na perspectiva posta por Bensusan (*apud* KAINGÁNG, 2006), no que se refere ao tratamento dispensado pela medida provisória (2186-16 de 2001) aos conhecimentos tradicionais associados, o referido autor defende que esta possui caráter de proteção, assegurando aos povos indígenas e às comunidades locais o direito de decidir sobre o uso de seus conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos. Todavia, identifica-se uma ausência na criação de mecanismos que assegurem a viabilidade da lei.

É importante destacar que no Brasil a CDB encontra respaldo na própria Constituição Brasileira. Um dos marcos na discussão de propriedade intelectual, perante o Direito Brasileiro, é a Constituição da República de 1988, a qual reconheceu como “direito coletivo”, entre outros, o direito à sociodiversidade, ao patrimônio cultural, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à biodiversidade (SANTANA, 2005; SANTOS, 1997). É importante destacar que a concepção de “direito coletivo” encontrada na Constituição brasileira de 1988, de acordo com Santos (1997), é de autoria do jurista Carlos Frederico Marés de Souza Filho, que o define como

[...] aquele pertencente a um grupo de pessoas, cuja titularidade é difusa porque não pertence a ninguém em especial, mas cada um pode promover sua defesa que beneficia sempre a todos. Este direito não pode ser dividido por titulares, uma eventual divisibilidade do seu objeto faria com que todos os titulares do todo continuassem sendo titulares das partes. Não é passível de alienação, portanto não pode ser reduzido ao patrimônio de um indivíduo, é inalienável e, portanto, imprescritível, inembargável, intrasferível. Não tem valor econômico em si para cada indivíduo, mas somente pode tê-lo para a coletividade; exatamente por isso é inapropriável individualmente (p. 140).

A referida Constituição destaca a importância dos bens materiais e imateriais, bastando que estes últimos sejam bens portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diversos grupos os quais compõem a sociedade brasileira. A proteção constitucional dos bens imateriais evidencia, em certo sentido, na análise de Santana (2005), a atribuição relevante da sociedade acerca desse patrimônio, apontando para necessidade que a mesma possui de assegurar que este patrimônio cultural imaterial seja transmitido para as presentes e futuras gerações. Vale ressaltar que apesar do reconhecimento sobre a importância do patrimônio cultural imaterial, o Poder Público ainda não conseguiu elaborar e implementar leis que assegurem o direito de propriedade das comunidades tradicionais a este patrimônio<sup>27</sup>.

As normas da Constituição Federal de 1988 que protegem o bem cultural imaterial encontram-se previstas nos artigos 215 e 216. O artigo 215 preconiza a defesa da cultura de maneira mais ampla e genérica, fazendo referência à diversidade cultural como característica nacional e incentivando a valorização e difusão, tanto das manifestações culturais quanto do exercício dos direitos culturais.

No Artigo 216 da referida Constituição, encontra-se a conceituação do que é patrimônio cultural material e imaterial. O Artigo 216 afirma que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – *os modos de criar, fazer e viver*; III – as criações científicas, artísticas e

---

<sup>27</sup> A UNESCO define Patrimônio Cultural Imaterial como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. Os componentes do Patrimônio Imaterial são transmitidos de geração em geração, em geral, por tradição oral, e constantemente é recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (Site IPHAN, 2007).

tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Grifo nosso)

O referido Artigo, segundo Santana (2005), é uma indicação de que o poder legislativo brasileiro inovou ao apresentar um conceito de patrimônio cultural amplo e complexo, uma vez que a norma constitucional supracitada permite que sejam resguardados os mais diversos tipos de patrimônio cultural, incluindo entre eles, os bens de natureza imaterial, tais como os conhecimentos, as práticas, modos de vida e os costumes, nos quais o próprio ser humano é o veículo de manifestação cultural em sua dimensão individual e coletiva.

De acordo com este pensamento, o jurista José Eduardo Ramos Rodrigues (*apud* SANTANA, 2005, p.9) afirma que

Os dois primeiros e o terceiro inciso em parte consagram a preservação dos valores imateriais, de conteúdo sociológico e antropológico. Trata-se de um patrimônio em geral intangível, não tridimensional, mas científico, de conhecimentos, de tecnologia, de todas as disciplinas, erudito e popular.

Segundo Santana (2005, p. 10), a proteção dos bens culturais imateriais no Direito brasileiro, conforme art. 216, § 1º, da CF/88, “pode ser feita por meio de lei, decisão judicial ou ato administrativo”. No entanto, o autor defende que os instrumentos mais adequados para a sua proteção são o inventário e o registro<sup>28</sup>. O autor ressalta que ambos servem para fazer a organização, a proteção e o levantamento do patrimônio cultural.

Diante deste cenário, o Brasil, país com grande diversidade biológica, sendo esta associada a uma rica sociobiodiversidade e com um extenso patrimônio sociocultural, assume posição de destaque na contemporaneidade no cenário internacional, no que concerne às questões ambientais. Importa salientar que grande parte desta diversidade e patrimônio encontra-se na Amazônia, cuja área é de grande extensão geográfica, a qual abriga uma população heterogênea, entre elas, as populações tradicionais, subsidiárias de um

---

<sup>28</sup>O conceito de registro formulado pela promotora de justiça Amaitê Iara Giriboni de Mello (*apud* SANTANA, 2005), in verbis: O registro significa identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural pelos meios técnicos mais adequados e amplamente acessíveis ao público, de modo eficiente e completo, mediante a utilização dos recursos proporcionados pelas novas tecnologias da informação. O registro significa para o patrimônio cultural imaterial que o tombamento é para o patrimônio cultural material, tanto que ambos possuem a mesma finalidade: conservação do bem, para, através dessa conservação, conseguir proteger o bem cultural em questão. Por fim, outra importante diferença do registro em relação ao tombamento é que o registro tem um caráter de valorização do bem cultural diferente do tombamento cuja preocupação é adstrita à preservação patrimonial.

conhecimento particular no que diz respeito aos diferentes modos de utilização dos recursos naturais existentes na região.

Um outro ponto a ser ressaltado nesta discussão é que mesmo sendo o Brasil um dos primeiros países a se posicionar em favor da soberania nacional dos recursos genéticos, signatário da CDB e com uma constituição que assegura o direito de propriedade sobre o patrimônio cultural imaterial, este não tem conseguido, até o presente momento, formular propostas reguladoras para proteção dos conhecimentos tradicionais e colocar em prática, de modo efetivo, os avanços sociais conquistados no texto da CDB, como o reconhecimento da relevância dos conhecimentos tradicionais e a necessidade de proteger e repartir, de forma justa e igualitária, os benefícios que são resultantes da utilização desses conhecimentos com as sociedades tradicionais detentoras destes saberes. Desse modo, impõe-se neste momento histórico, a necessidade da identificação de formas possíveis e viáveis de criação e implementação de mecanismos voltados para proteção desses conhecimentos, bem como a repartição justa e equitativa de seus benefícios com as populações detentoras de conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade.

Nesta mesma linha de análise, de acordo com Silva (2006)<sup>29</sup>, há necessidade de se regulamentar a proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, ao mesmo tempo em que se coloca a importância da adoção de regras para disciplinar o acesso a esses conhecimentos e possibilitar a repartição dos benefícios econômicos e sociais derivados de sua utilização dentro do bloco de países amazônicos. Afirmou Marina Silva aos 122 ministros presentes

Nossas ações comuns devem proteger o conhecimento, o acesso à biodiversidade e promover o seu uso sustentável, envolvendo as comunidades locais. Além disso, é preciso garantir existência de um sistema justo e equitativo de repartição de benefícios, respeitando a autonomia dos países em relação aos seus recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

Contudo, entende-se que para a criação e implementação de mecanismos viáveis de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais, faz-se necessária a identificação desses conhecimentos a partir das práticas desenvolvidas por estas populações no estabelecimento de suas relações com a natureza. Neste sentido, o próximo capítulo aborda os conhecimentos das populações tradicionais, tendo como referência as práticas sócio-culturais

---

<sup>29</sup> Fala da ministra Marina Silva no encontro do Segmento Ministerial da 8ª Conferência das Partes/COP 8, da Convenção sobre Diversidade Biológica, em Março de 2006.

na região amazônica e no contexto de duas comunidades ribeirinhas do município de Maués, no Estado do Amazonas.

# CAPÍTULO III

---

## CONHECIMENTOS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: DAS PRÁTICAS SÓCIO-CULTURAIS NA REGIÃO AMAZÔNICA AO CONTEXTO DAS COMUNIDADES DE MAUÉS/AM

[...] os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia a partir da relação com a natureza, da forma de comunicação, do uso das representações dos lugares, do tempo, da integração com a água e dos conhecimentos dos sistemas classificatórios de fauna e flora, que formam um extenso patrimônio cultural (CHAVES, 2001, p. 73).

A Amazônia abriga, em seu cenário, não só peculiaridades ambientais, mas também especificidades nas formas de organizações sócio-culturais. Em seu espaço territorial, os habitantes da Amazônia, a partir de suas trajetórias sócio-históricas, construíram um arcabouço cultural com base na interação que estabelecem com o meio que os circundam. Desse modo, as populações da Amazônia não são apenas habitantes da *interlândia* amazônica, mas detentoras de conhecimentos, saberes, habilidades, costumes e valores particulares, construídos por diversas gerações, as quais determinam modos de vida adaptados ao complexo meio ambiente da região. Neste sentido, emerge no contexto atual a necessidade de identificação destes conhecimentos e práticas desenvolvidas por estas populações, a fim de se pensar formas viáveis de proteção aos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade na Região Amazônica.

Desse modo, o foco principal desse capítulo é fazer uma abordagem sobre a região Amazônica e o Amazonas, bem como sobre o contexto das comunidades ribeirinhas. Para tanto, buscar-se-á caracterizar, de forma geral, o município de Maués, a fim de se obter um maior conhecimento a respeito do município, ao mesmo tempo em que serão delineados alguns traços sócio-histórico e cultural das comunidades Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer, *locus* dessa pesquisa.

Sendo assim, o capítulo está sequenciado da seguinte forma: apresenta, na primeira parte, uma breve caracterização sócio-histórica das populações tradicionais na Região Amazônica e do Estado do Amazonas, sua localização e coordenadas, seguida de uma rápida contextualização do Município de Maués, sua configuração histórica e sócio-econômica. Por

fim, serão apresentados alguns dados referentes à caracterização das comunidades *locus* da pesquisa<sup>30</sup>.

### 3.1 Populações tradicionais na Região Amazônica: caracterização sócio-histórica

Estudos e pesquisas desenvolvidos sobre a região Amazônica (CHAVES, 2000; RODRIGUES, 2001; SOUZA, 1994) afirmam que esta era formada por povos indígenas, os quais constituíam sociedades hierarquizadas de famílias extensas, tendo alta densidade demográfica com avançados sistemas de produção de ferramentas e cerâmicas, com diversidade de agricultura, apresentando uma cultura rica em rituais e ideologias vinculados a um sistema político próprio e singular em sua forma<sup>31</sup>.

A região, desde seus primeiros contatos com os europeus, vem passando por um processo de miscigenação entre os diversos grupos tradicionais existentes na região e com os migrantes que começam a chegar, sobretudo a partir do século XVI<sup>32</sup>. A Amazônia é ocupada hoje, por uma diversidade de grupos étnicos e outros segmentos sociais, historicamente constituídas a partir dos vários processos de colonização e miscigenação pelos quais passou a região. Assim, pode-se afirmar que o homem amazônico é hoje resultado de muitas misturas, entre diferentes povos e culturas.

Nesta linha de análise, Chaves (2001) afirma que a Amazônia compreende um espaço complexo que envolve questões políticas e sociais. A região é resultado de uma construção histórica a partir do estabelecimento de relações sociais dos homens entre si e com a natureza.

Diversos autores (CHAVES, 2001; MORÁN, 1990; RODRIGUES, 2001) afirmam que o processo de miscigenação entre diversos povos e culturas (europeus, indígenas, portugueses e espanhóis), proporcionou a formação de diferentes segmentos sociais na região, tais como: ribeirinhos, extrativistas (seringueiros, castanheiros, caucheiros), pescadores, agricultores, entre outros. Na leitura de Chaves (2001), esses diversos segmentos sociais os quais compõem a Amazônia hoje não são homogêneos, mas apresentam uma diversidade; pluralidade que coloca em evidência as particularidades regionais com base nos conhecimentos tradicionais, herdados das populações, sobretudo, indígenas da região, em consonância com os saberes e conhecimentos apreendidos historicamente de outros povos e

---

<sup>30</sup> A presente caracterização foi elaborada a partir do levantamento de infra-estrutura e aplicação de formulário desenvolvidos na tese e do Banco de Dados do Grupo Inter-Ação, que atua neste município desde 2001.

<sup>31</sup> Antes da chegada dos europeus, as sociedades aqui existentes eram totalmente integradas às condições ambientais e a relação homem-natureza apresentava formas de organizações sociais e culturais complexas.

<sup>32</sup> Discussão pautada no pensamento dos seguintes autores: SOUZA (1994); CHAVES (1997, 2001); RODRIGUES (2001).

culturas que se fizeram presentes na Amazônia. A influência destas outras culturas, principalmente a indígena (tradicional da região), portuguesa (colonizadores) e outros, faz surgir a cultura regional dos caboclos<sup>33</sup> amazônicos.

Para Chaves (2001), esta nova cultura pode ser visualizada enquanto síntese dos conhecimentos produzidos e assimilados pela sociedade sobre o meio em que vive, sendo esta mediatizada pela relação dos homens entre si, bem como por suas inter-relações com a natureza. Na perspectiva posta por Morán (1990, p. 30), as relações homem-natureza encontram-se mediadas pela cultura por experiências acumuladas pelos povos "*ao longo de gerações e pelos valores sociais e políticos que a sociedade impôs a tais relações*". Este é um dos fatores que fazem com que a região apresente uma grande diversidade sócio-cultural. Vale ressaltar que o maior contingente populacional da região na atualidade é formado por agricultores, pescadores e extrativistas descendentes da miscigenação entre índios e brancos e, em menor índice, entre índios e negros.

Na concepção de Chaves (2001, p.62), a diversidade sócio-cultural das populações amazônicas pode ser percebida "na vigência de modalidades diferenciadas de uso dos recursos naturais e de identidades sociais particulares". Um ponto a ser considerado, ainda, é quanto a base de sustentação da identidade destes grupos, a qual se encontra firmada na origem étnica, sobretudo a indígena, por meio da qual se pode perceber uma adoção e adaptação dos saberes, técnicas e modos de vida de acordo com as necessidades dos grupos, sendo estas identificadas no manejo dos recursos naturais os quais se constituem de forma diferenciada de um grupo para o outro quanto as relações sociais de produção e processos técnicos de trabalho (RODRIGUES, 2001).

As populações tradicionais armazenaram a partir do estabelecimento da relação homem-natureza e dos códigos culturais estabelecidos, um vasto conhecimento do funcionamento do mundo natural em que vivem (DIEGUES, 1996, 2000). Neste sentido, segundo Leveque (1996),

Se as sociedades tradicionais viveram até o presente no interior de uma natureza que nós ocidentais julgamos hostil, é essencialmente devido ao saber e ao saber-fazer acumulados durante milênios dos quais nós reconhecemos hoje seu valor intrínseco (*apud* DIEGUES, 2001 p.55-56).

---

<sup>33</sup> Segundo Souza (1994), o *caboclo* na Amazônia surge como fruto de colonização e aculturação intensamente forçada pelos portugueses durante duzentos anos. A emergência deste segmento social é a prova de que a colonização foi um sucesso para os colonizadores, sendo a história do *caboclo* o retrato de como os europeus submetteram os povos indígenas da Amazônia ao seu domínio.

Na perspectiva de estudiosos da região (CHAVES, 2001; SOUZA, 1994), historicamente as bases populacionais da região passaram e passam por mudanças significativas desde o processo de colonização de forma mais intensa em alguns momentos históricos, como no primeiro ciclo da borracha e durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)<sup>34</sup>.

De acordo com o pensamento de Chaves (*apud* RODRIGUES, 2001), em uma perspectiva histórica, a população amazônica vem reproduzindo suas práticas socioculturais nos diversos costumes, saberes e valores herdados, sobretudo, das sociedades indígenas, ao mesmo tempo em que redefine e atualiza outras formas de conhecimento e prática. Na análise de Godelier (1984) “a força mais profunda que movimenta o homem e faz com que invente novas formas de sociedade é sua capacidade de mudar suas relações com a natureza, ao transformá-la” (*apud* DIEGUES, 1996, p. 63)

Diversos estudos sobre Amazônia (CHAVES, 1994, 2001, 2004; MORÁN, 1990; WAGLEY, 1998) afirmam que a realidade das populações tradicionais, em particular, a das populações ribeirinhas é caracterizada pela modalidade peculiar de organização no que se refere à relação que os ribeirinhos estabelecem com a natureza e entre si, como a forma de comunicação, o uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas na relação com a água, seus sistemas classificatórios da fauna e flora formando um extenso patrimônio cultural. Na leitura de Godelier (1981), para as populações com estilos de vida tradicionais, a natureza é um elemento que tem vida, se move e se comunica com seus habitantes. Neste sentido, a natureza assume dimensões imaginárias.

Na concepção de Chaves (2001), as populações amazônicas apresentam um modo particular de vida em vários sentidos, como no uso e manejo coletivo dos recursos locais, orientados por seus saberes e em bases comunicativas e cooperativas; no estabelecimento das relações sociais de trabalho – *ajuri*, *puxirum*, *mutirão* -, bem como nas relações de compadrio e parentesco. No contexto Amazônico, estes fatores assumem singularidades regionais próprias.

Neste sentido, para Chaves (2006), as modalidades de organização sócio-cultural das comunidades na Amazônia, em suas singularidades, criam mecanismos e práticas que objetivam a construção coletiva de alternativas e soluções para atender suas necessidades básicas, tendo como fundamento os conhecimentos tradicionais, sobretudo, de base indígena.

---

<sup>34</sup> A partir da metade do século XX há uma retomada de crescimento na década de 70 até meados de 80, seguida de uma estabilização a posteriori.

Nesta linha de análise, estudos recentes (CHAVES, 2004, 2006; RODRIGUES, 2001) revelam que, em várias sub-regiões da Amazônia, populações ribeirinhas desenvolveram sistemas de manejo, se reorganizando fora do sistema formal de gestão dos recursos naturais para disciplinar a exploração da fauna e flora, em áreas nas quais o uso se origina em uma perspectiva coletiva e participativa (GODELIER *apud* DIEGUES, 1997). Com níveis diferenciados de dependência dos recursos naturais, alguns grupos atingem também níveis diferenciados no desenvolvimento e forma de organização do manejo.

Para Diegues (1997), nas comunidades tradicionais, a vida obedece, em certo sentido e até certo ponto, aos ciclos naturais, no tempo de fazer a coivara, preparar a terra, semear, capinar e esperar o tempo certo de colher. Quando finda este ciclo, ele reinicia no período seguinte do calendário. Assim, nas comunidades ribeirinhas, as atividades são comandadas por sinais, como o aparecimento de uma lua determinada, da chuva, do sol forte ou de outros avisos percebidos e decifrados pelos moradores da floresta.

Seguindo esta linha de pensamento, Castro (1997) afirma que nas comunidades ditas tradicionais, o trabalho não acontece na forma que se conhece, mas encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, enfim, o simbólico. Para as populações ribeirinhas, cujos conhecimentos encontram-se pautados nos saberes herdados, em grande parte, dos índios, as crenças religiosas e mitológicas conferem diferença e singularidade em suas ações, assim há uma unicidade entre as técnicas de produção e o campo do simbólico (*apud* DIEGUES, 1997).

Discutindo esta questão, Chaves (1997, p. 213) afirma que as práticas de trabalho, voltadas para atividade produtiva desenvolvidas por estas populações, identificadas nas comunidades ribeirinhas e entre as populações indígenas da Amazônia orientam-se a partir dos ciclos da natureza, nos quais o tempo de caçar, pescar e plantar é marcado por mitos ancestrais, pelos avisos da mata, pela expressão da “mãe natureza”. Neste sentido, são dois os substratos que darão suporte à relação homem-natureza na Amazônia: “um material e outro ideal”.

Roué (1997) ao estudar as populações tradicionais, afirma que para estas, a natureza em si não é natural, uma vez que ela é habitada, pensada, trabalhada e transformada pelo homem que vive socialmente. Assim, a natureza não pode ser entendida como um dado, mas enquanto construção social desenvolvida a partir das interpretações e leituras de mundo das populações que compõem determinado ambiente. Estes interpretam o espaço onde ocupam de forma diferenciada, apresentam e refletem uma apreensão específica dos vários fatores que os

cercam. Partindo deste entendimento de Amazônia, o próximo item faz uma breve abordagem do espaço físico-social do Estado do Amazonas.

### 3.2. Estado do Amazonas: espaço físico-social

O Estado do Amazonas está localizado no extremo norte do país, ocupa a maior área do território nacional, com 1.564.445 Km<sup>2</sup>. Possui uma das maiores bacias hidrográficas do mundo<sup>35</sup>. O Amazonas possui 62 municípios. Subdivide-se em nove sub-regiões geográfico-administrativas. Cerca de 17 milhões de pessoas vivem na Amazônia (conforme senso IBGE, 2001), as quais se distribuem entre populações urbanas e centenas de grupos étnicos, dentre os quais há comunidades indígenas milenares que lutam pela preservação de suas formas de organização sócio-cultural.

Entre os diversos povos e culturas que constituem Amazônia, podem ser encontrados, ainda, os remanescentes de quilombos do século XIX, migrantes nordestinos que resistiram ao declínio do ciclo da borracha (primeira metade do século XX) e incontáveis comunidades de ribeirinhos que conservam tradições amazônicas por gerações (CHAVES, 2008). A densidade demográfica é de cerca de 3, 4 habitantes por km<sup>2</sup>. 62% da população vive na zona urbana e 38% na zona rural. (Ver Figura 03)

---

<sup>35</sup> A bacia Amazônica estende-se por 3.889.489,6 km<sup>2</sup>, representando um quinto de toda a reserva de água doce do planeta. Seus rios estão condicionados ao regime das chuvas e se constituem praticamente as únicas vias de transporte dos habitantes locais. Existem mais de 20 mil km de vias fluviais navegáveis, ligando comunidades distantes na região. O rio Amazonas é o segundo mais extenso do planeta e o primeiro em volume de água (100.000 m<sup>3</sup>). Nasce no planalto de La Raya, no Peru, com o nome de Vilcanota, passando a se chamar Solimões quando entra em território brasileiro. A partir da confluência com o rio Negro, nas proximidades da cidade de Manaus, recebe o nome de Amazonas. Dos seus 6.515 km de extensão, 3.600 correm em território brasileiro a uma velocidade de 2,5 km; hora, levando em seu leito toneladas de sedimentos arrancados das margens, o que torna a sua coloração amarelada. Sua largura varia de quatro a cinco km, chegando a alcançar 10 km em certos locais. A profundidade média do rio Amazonas chega a quase 100 metros. Entre seus mais de sete mil afluentes, os principais são os rios Madeira (que percorre uma extensão de 3.200 km), o Xingu e o Tapajós, na margem direita; e os rios Negro, Trombetas e Jari, na margem esquerda.

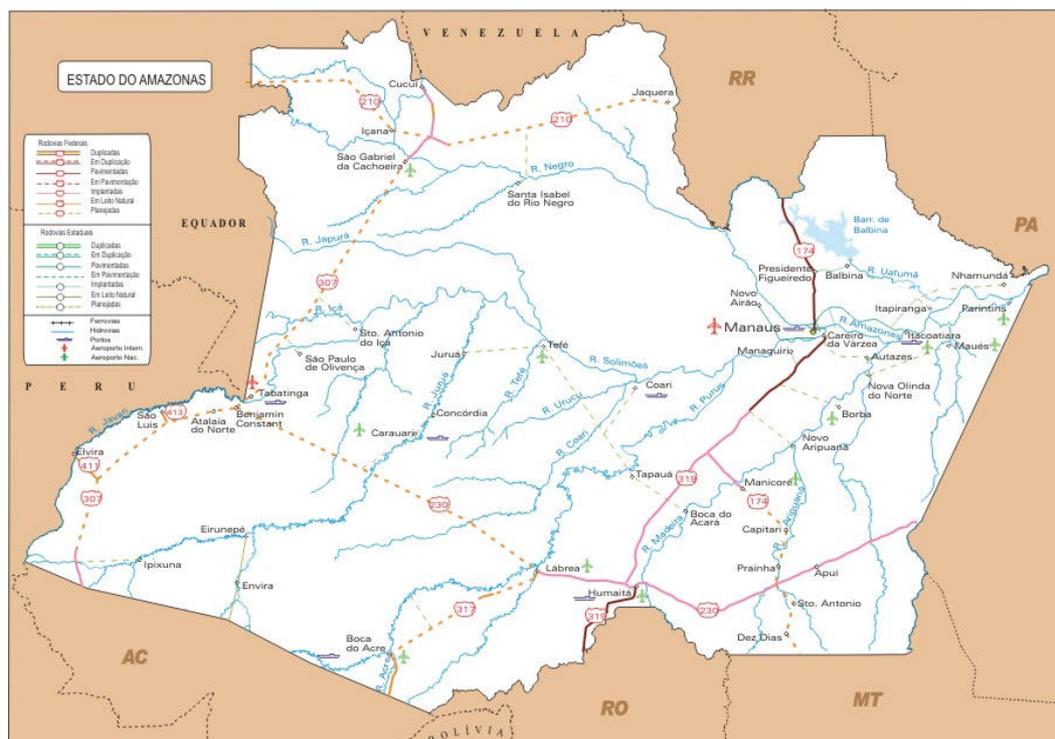


Figura 03: Mapa do Estado do Amazonas.

FONTE: [http://www.manausonline.com/portalamazonia.globo.com/artigo\\_amazonia](http://www.manausonline.com/portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia).

Estudos e pesquisas revelam que a Amazônia abriga um terço das florestas tropicais úmidas do planeta, possui 3.650.000 km<sup>2</sup> de florestas contínuas, a maior do mundo. A diversidade de árvores na Amazônia varia entre 40 a 300 espécies diferentes por hectare, sendo que na América do Norte é de 4 a 25 espécies diferentes por hectare. Um outro item ressaltado por pesquisadores e estudiosas é que, das 250.000 espécies de plantas superiores da terra, 170.000 (68%) vivem exclusivamente nos trópicos, sendo 90.000 na América do Sul (FREITAS, 2004).

A Amazônia concentra, ainda, 50% da diversidade biológica mundial e tem importância decisiva no plano econômico. Apresenta um imenso potencial genético, princípios ativos de imensurável interesse econômico e social e oferta de produtos florestais com alto valor de mercado, abrigando ainda uma bacia hidrográfica de mais de seis milhões de quilômetros quadrados com potencial hidrelétrico e vastos recursos pesqueiros (BARTHEM *apud* FERREIRA, 2006)<sup>36</sup>.

<sup>36</sup>A diversidade de formações vegetais na Amazônia abriga em torno de 60 mil espécies de plantas, 2,5 milhões de espécies de artrópodes, cerca de duas mil espécies de peixes, mais de 300 espécies de mamíferos, assim como um número não conhecido de formas mais simples do mundo microscópico. Importa destacar que muitas espécies da fauna e flora da região ainda encontram-se desconhecidas (SALATI *apud* FERREIRA, 2006).

É importante ressaltar que o Estado do Amazonas, como parte do contexto amazônico, constitui-se em um todo complexo que envolve fatores físicos (meio ambiente) e sociais. Neste sentido, compartilha-se do pensamento de Oliveira (1997), quando afirma que as cidades amazônicas, sejam pequenas ou grandes, são lugares privilegiados das relações sociais. A realidade amazônica, para o referido autor, compreende lugares e homens específicos, o que não significa que estes homens ou lugares sejam únicos, mas fazem parte de um complexo e amplo contexto, no qual as especificidades decorrem do fato desta realidade assumir uma dinâmica própria. Neste sentido, o próximo item desenvolve uma abordagem da realidade sócio-histórica e cultural do município de Maués, no Estado do Amazonas.

### 3.3. Município de Maués: contexto sócio-histórico e cultural<sup>37</sup>

O primeiro nome do município de Maués foi Luséa, fundada pelos portugueses Luís Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto, localizado à margem direita do rio Maués-Açú. Este foi um povoado fundado no ano de 1798, do povo Mundurucu denominada “Uacituba”, que significa terra grande e fértil. Posteriormente, este povoado foi utilizado por Lobo D’Almada, Governador da Capitania do Rio Negro e Grão Pará, como estratégia para atrair os guerreiros Mundurucus e Saterê-maué ao convívio social, com o pretexto de promover o rápido desenvolvimento da região (FARACO, 2006).

Em 25 de junho de 1833, o governo do Pará, substituindo a Comarca do Rio Negro pela do Alto Amazonas, elevou Luséa à categoria de Vila, termo judiciário de freguesia, sob a denominação de Nossa Senhora da Conceição de Luséa. No dia 5 de setembro de 1850, o Amazonas foi elevado à categoria de Província, e, Luséa era um dos quatro municípios existentes, porém desmembrada pela Lei n. 02 de 15 de outubro de 1952, dando origem ao município de Vila Bela da Imperatriz, atual Parintins. Uma boa parte da população indígena refugiou-se para além dos rios Marau, Abacaxis, Apoduiutava e Andirá, e mantém, nos confins de Maués, boa parcela de sua cultura intacta até os dias de hoje. Os Saterê-maué são exemplo vivo da sobrevivência indígena. Ainda hoje, conservam a própria língua saterê-maué<sup>38</sup> (FARACO, 2006; SIMONETTI, 2004).

---

<sup>37</sup> O nome do município advém da língua Tupi: mau, que significa curioso, inteligente, abelhudo; *ueu* significa ave da casta dos papagaios. Nesse sentido, Maués nome usado para designar a nação indígena que habitava a região é traduzida por “Papagaio curioso e inteligente”, ou seja, a cidade dos papagaios inteligentes (FARACO, 2006; SIMONETTI, 2004).

<sup>38</sup> A etnia Sateré Mawé é um dos povos que compõem o mosaico sócio-cultural no município de Maués. Atualmente, segundo dados mais recentes da Fundação Nacional da Saúde (Funasa, 2000) e da ONG Ameríndia

No ano seguinte, a Vila de Luséa passa a denominar-se Vila de Maués e é elevada à categoria de cidade, com o nome de São Marcos de Mundurucami. Após a proclamação da República, o governo provisório do Amazonas dissolveu a Câmara Municipal da Vila de Maués e somente em 1895, o Termo de Maués foi elevado à categoria de Comarca e posteriormente, com a promulgação da Lei nº 35, de maio de 1896, à cidade.

Este município faz parte da 8ª sub-região do Médio Amazonas na área Leste do Estado, entre os rios Madeira e Tapajós. A sede do município está localizada em uma área de terra firme, a 18 m acima do nível do mar, banhada pelas águas do rio Maués-Açu. Possui uma área de 40.163,8 Km<sup>2</sup> correspondentes a 2,5% do Estado e 32,4% da área norte do sudeste, situado a 3° 32' 44" de latitude sul e a 57° 4 r 30" de longitude a oeste de Greenwich. A sede do Município<sup>39</sup> está situada à margem direita do Rio Maués-Açu, a 267 km em linha reta e 356 km por via fluvial de Manaus (ver Figura 04 ).

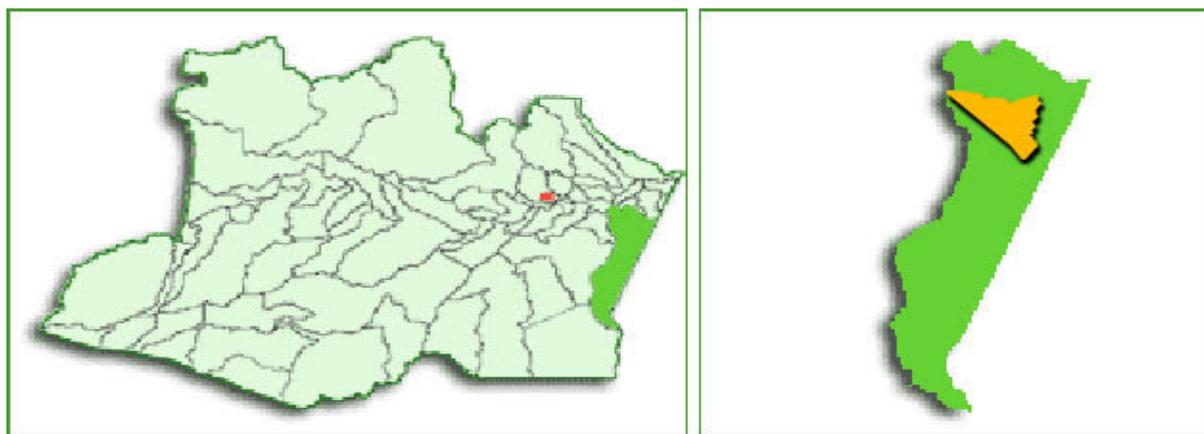


Figura 04: Mapa do Município de Maués em destaque a Floresta Estadual de Maués  
FONTE: Banco de dados Inter-Ação, 2006.

---

Cooperação, a etnia Satere-Mawé possui 7.134 pessoas distribuídos na área Andirá (que reúne 42 aldeias) e na área Marau (que reúne 31 aldeias). Essa etnia é a segunda maior da Amazônia (BASE, 2003). Importa salientar que esse povo indígena possui um imenso patrimônio imaterial que domesticaram a trepadeira silvestre e criaram o processo de beneficiamento da planta, possibilitando que hoje o guaraná seja conhecido e consumido no mundo inteiro (LORENZ, 2008).

<sup>39</sup> O município de Maués tem os seus limites assim definidos: ao norte, com os municípios de: Boa Vista do Ramos, o qual começa na confluência do igarapé Jacutuba com a margem esquerda do igarapé Bacabal. Barreirinha inicia na interseção do divisor de águas rio Curuçá-igarapé Caxumbé, com o divisor de águas rios Andirá-Urupadi; Itacoatiara tem seu divisor marcado na confluência do igarapé da Anta com a margem esquerda do rio Arari Grande, este rio subindo por sua linha mediana até alcançar o paralelo de 3° 30' sul, este paralelo para leste, até encontrar as cabeceiras do igarapé Bacabal; Ao sul, com o município de Apuí; a Leste, com o Estado do Pará, inicia na interseção do divisor de águas rios Andirá-Urupadi, com a linha geodésica que limita o Estado do Amazonas o Estado do Pará. A oeste, com os municípios de Borba, marcado na confluência do rio Teles Pires ou São Manuel com o rio Juruena e Nova Olinda do Norte que começa na confluência do igarapé da Castanha com o rio Abacaxis.

O clima característico da região é do tipo equatorial, quente e úmido. As chuvas são regulares e abundantes no município, ocorrendo com mais frequência no período de janeiro a julho e com baixas precipitações de agosto a dezembro, época de verão na região. A temperatura máxima é de 33,96°C, a mínima 25,21°C e a média 28,77°C.

Este município apresenta, também, uma rica diversidade de solos, de bem a excessivamente drenados, bastante porosos, tendo pequena relação textural e pouca diferenciação entre os horizontes. De modo geral, os solos da região constituem-se de latossolo amarelo, vermelho-amarelo e vermelho com afloramento. Em relação ao relevo, é do tipo Planície Amazônica, variando de plano a suavemente ondulado, apresentando uma colmatagem<sup>40</sup> atual e ativa, destacando-se lagos, paranás, furos e depósitos fluviais recentes.

Segundo dados do RADAMBRASIL, a vegetação representativa do município classifica-se como Floresta Tropical Densa, sub-região dos baixos platôs da Amazônia, caracterizando-se pela exuberância da cobertura vegetal ombrófila da Floresta Densa, com predominância de grandes árvores.

O município de Maués está localizado na malha hidrográfica amazônica, o que permite ao município um contato muito próximo com as regiões vizinhas. Além do rio Amazonas que corta o município em vários sentidos escoando para o norte, a hidrografia existente é composta pelos rios Uropodi, Maués-Açú, Maués-Mirim, Andirá, Parauari, Paraconi, Apocuitaua, como também os paranás do Urariá, Mucura, Uniará do Ramos, Macauai, e muitos outros igarapés e furos existentes na região. Dentre as praias da região, destacam-se as Praias da Antártica, de Vera Cruz, da Ponta da Maresia, do Lombo e do Ramalho Júnior.

De acordo com o Censo do IBGE (2000), Maués possuía uma população total de 40.036 habitantes, com 21.179 habitantes na zona urbana e 18.857 habitantes que vivem no interior, distribuídos em 165 comunidades rurais, como pode-se visualizar no Quadro 01.

HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL	TOTAL
20.800	19.236	21.179	18.857	40.036

Quadro 01: Distribuição populacional Município de Maués (população residente de 10 ou mais anos de idade).  
FONTE: IBGE, 2000.

É importante destacar que houve um acréscimo da população do município. Segundo dados mais recentes do IBGE (2006), o número estimado é de 46.873 habitantes.

<sup>40</sup> Terreno elevado por meio de acúmulo de detritos, depósitos lodosos, terra ou outros.

O tempo de deslocamento via transporte fluvial de Manaus para a sede do município de Maués é de aproximadamente 18 horas<sup>41</sup>.

A região de Maués é considerada uma das áreas sócio-histórica, mística, cultural e ecológica das mais expressivas da Amazônia brasileira, na qual os mitos e lendas possuem uma força importante no delineamento da identidade cultural. O princípio fundamental que rege a formação da identidade cultural das suas comunidades está relacionada à trajetória sócio-histórica de vida das populações locais, baseada também em um conjunto de representações simbólicas a partir da lenda do guaraná. Esse vegetal, além de representar a cultura local, é considerado como um dos produtos agrícolas de maior rentabilidade para geração de renda local (CHAVES, 2004).

- Bens e Serviços Sociais no Município<sup>42</sup>

No que se refere à infraestrutura de bens e serviços sociais no âmbito da educação, conforme o censo do IBGE (2006), o município possui 216 escolas, incluindo as comunidades rurais. Quanto aos serviços de saúde, de acordo com IBGE (2004), Maués conta com uma Secretaria Municipal de Saúde a qual é gerenciada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), prestando atendimento através da Unidade Mista de Maués.

É importante destacar que este sistema de saúde não abrange, de modo efetivo, as comunidades ribeirinhas em decorrência da falta de acesso a serviços disponíveis (medicamentos, equipamentos, profissionais de saúde, entre outros).

- Atividade Sócio-Econômica

A atividade econômica do município, de acordo com estudos desenvolvidos (CHAVES, 2004; FERREIRA, 2006; SIMONETTI, 2004), está pautada na agricultura que corresponde a 20% da economia do município, destacando-se não só as culturas temporárias de mandioca, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, juta, malta, melancia, milho, tomate, mas também as permanentes como o guaraná, abacate, banana, limão e tangerina. É importante ressaltar a relevância do guaraná no contexto regional, o qual assume valor cultural para as populações da região, ao mesmo tempo em que se constitui como uma das maiores fonte de renda para o município, cultivada, originalmente, pelos índios Sateré-Mawé, e depois pelos colonizadores da região. O guaraná atualmente, é a base da economia do

---

<sup>41</sup> Banco de dados Grupo Inter-Ação, 2006.

<sup>42</sup> Os dados referentes à Educação e Saúde estão embasados no Banco de dados do Grupo Inter-Ação, 2006 e nas informações do IBGE.

município, que conta com, aproximadamente, 6.000ha de área plantada, além de uma moderna estrutura de industrialização implantada e administrada pela *American Beverage Company* (AMBEV).

O extrativismo no município está representado pela extração de madeira por alguns empresários e empreendimentos como marcenarias, serrarias e movelarias que atuam no mercado local (CHAVES, 2004; FERREIRA, 2006). Madeiras como a itaúba, louro, muracatiara e massaranduba são as espécies mais representativas da região. O extrativismo da castanha, óleo de copaíba, borracha, cumaru e essência de pau-rosa também são praticados neste município. No extrativismo mineral, destacam-se atividades como a exploração do ouro, areia, argila, cascalho, entre outras.

A pecuária também é destaque no setor primário da economia de Maués, sendo representada por rebanhos bovinos, com 11.857 cabeças, suínos, com 5.574 cabeças, além de bubalinos, equinos, caprinos e asininos. A produção de carne e leite destina-se ao consumo local e à exportação para outros municípios, incluindo Manaus.

O município de Maués destaca-se, ainda, como um dos grandes centros produtores de pescado, tanto para o consumo local quanto para a exportação. O peixe, como em todos os municípios amazonenses, é a principal fonte de alimentação da população local.

As atividades econômicas desenvolvidas no município são diversas, contudo a produção de renda encontra-se centrada na agricultura e no extrativismo. É importante destacar, porém, que a maioria dos grupos domésticos<sup>43</sup> das comunidades ribeirinhas, do referido município recorre à agricultura como estratégia de produção de renda para assegurar a reprodução de sua família, no que se refere ao dispêndio do grupo doméstico com alimentação, vestuário, educação e habitação.

Para Chaves (2001), a estratégia de produção de renda nas comunidades ribeirinhas requer alternativas diversificadas, ao mesmo tempo em que apresenta características peculiares em função do contexto e dos agentes sociais envolvidos. Em termos financeiros, a atividade principal desenvolvida pelos ribeirinhos pode render menos que a subsidiária, ou seja, o fator econômico não é o único determinante da representação o qual o grupo adota para eleger sua atividade principal. Nesta realidade, a atividade produtiva não se restringe ao fator

---

<sup>43</sup> A adoção do termo grupo doméstico, para designar as unidades familiares nestas comunidades, “compreende não apenas os membros com laços consanguíneos, mas todos aqueles que partilham o espaço doméstico, o convívio comum, os laços de afetividade que surgem aliados aos esforços laborais que desenvolvem conjuntamente, formando o grupo doméstico-familiar” (Chaves, 2001)

econômico, mas está relacionada à sociabilidade do grupo, assumindo caráter de relevância sócio-cultural em que todos os integrantes do grupo doméstico se envolvem.

De acordo com pensamento de Chaves (*et all.*, 2004), no desenvolvimento das atividades produtivas pelos ribeirinhos, existem múltiplas formas de manejo dos recursos, das quais se derivam práticas diferentes e complementares. Estas dão sustentação à reprodução do grupo doméstico, ao mesmo tempo em que possibilitam a consolidação de princípios culturais de integração à natureza e formas apropriadas de manejo.

Conforme estudo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Inter-Ação (2006), um outro fator relevante na atividade agrícola nestas comunidades é que esta é essencialmente de subsistência e com desenvolvimento de tecnologias apropriadas à realidade local. Destacam-se as lavouras brancas (mandioca, banana, milho, feijão e melancia); sobressaem-se as monoculturas de mandioca ou o cultivo de guaraná. As populações locais desenvolvem uma gama de atividades produtivas, transformam os recursos naturais pelo processo de trabalho, tendo como base os conhecimentos acumulados sobre o território.

- Características ambientais e sociais do Município de Maués

Maués é um município rico em sócio-biodiversidade por sua grande riqueza natural. Parte das áreas naturais do município de Maués estão sob a proteção federal e municipal. O município possui duas Unidades de Conservação em nível federal, parte de uma reserva indígena e uma Área de Proteção Ambiental: a Floresta Nacional do Pau-Rosa e o Parque Nacional da Amazônia (994 mil ha); a Reserva Indígena Andirá-Marau, da etnia Saterê - Mawé e a Área de Proteção Ambiental Lago do Santana ou Lago Elias - criada sob decreto municipal em 1993.

Uma outra unidade a ser criada é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Urariá, localizada na região do Lago Grande, acima do Paraná do Urariá, extremo norte do Município. Assim, conforme o poder público local, a reserva poderá ser um espaço cujo manejo participativo será adotado para resguardar os recursos naturais da área, visando promover o fortalecimento das atividades laborais dos moradores locais. Pretende-se com essa reserva, proteger os recursos pesqueiros da região, impedindo a pesca comercial através da criação de áreas específicas de reprodução das espécies.

No âmbito Estadual, foi criada a Floresta Estadual de Maués, uma Unidade de Conservação (UC) de uso direto sustentável, fundada em 19 de julho de 2003, pelo decreto Nº

23.540, com área total de 438.440,32 ha (AMAZONAS *apud* FERREIRA, 2006), implantada em uma área de terra firme no centro-oeste do município, localizada na parte leste-sul do Estado do Amazonas. A formação florestal da área é classificada como Floresta Tropical Densa, sub-região dos Baixos Platôs da Amazônia. De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Maués (IDS), nesta área são encontradas diversas espécies vegetais. Este fato revela o grande potencial e relevância desta UC para o município e sua população.

De acordo com Plano de Gestão da SDS (2005), a região geográfica, na qual se localiza a Floresta de Maués, é no Médio-Amazonas. De acordo com técnicos da SDS e do IBAMA, esta região apresenta certo isolamento cultural e econômico, principalmente pela dificuldade de acesso. Vale ressaltar que um dos critérios para seleção das áreas de estudo está vinculada à grande relevância desta UC. Assim, apresenta-se a proposta de desenvolvimento da presente pesquisa em duas comunidades: Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer, as quais se encontram localizadas, respectivamente, na área de entorno e na área da Floresta Estadual.

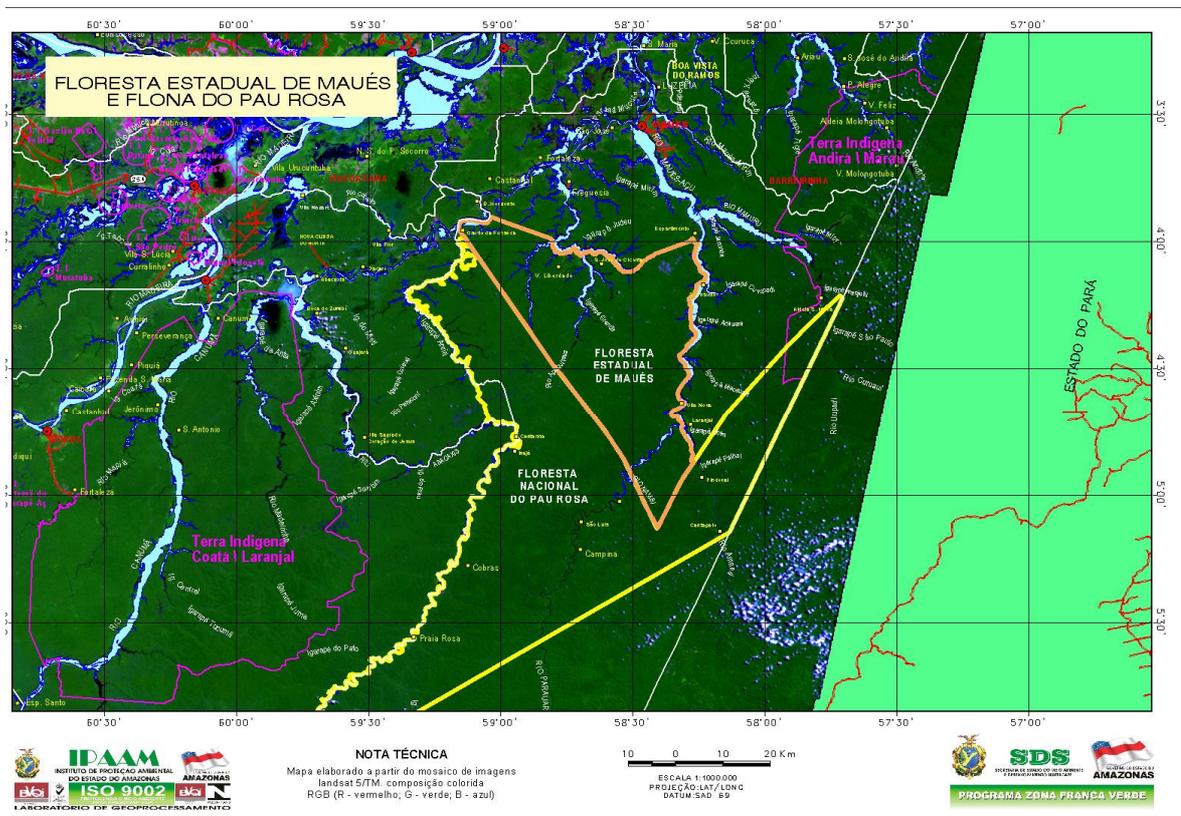
A Floresta Estadual de Maués foi constituída com os objetivos de promover o manejo de uso dos múltiplos recursos naturais; manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade; recuperação de áreas degradadas; educação ambiental; bem como o apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais limítrofes<sup>44</sup>.

Esta área é provida de cobertura vegetal nativa, de domínio público. Neste caso é permitido utilizar, de forma sustentável, seus recursos madeireiros e não madeireiros. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas/SDS, na área da Floresta, são desenvolvidos, ainda, serviços ambientais para fins educacionais, científicos, recreativos, de proteção e turísticos<sup>45</sup>. São muitas as vocações e potencialidades identificadas nesta área do médio Amazonas, possuindo um profundo significado para o Brasil, para a Amazônia e para o estado do Amazonas. A área de abrangência da Floresta Estadual de Maués pode ser visualizada na Figura 05.

---

<sup>44</sup> Decreto de Criação FEM, 2003.

<sup>45</sup> Resumo Executivo do Plano de Gestão da Floresta Estadual de Maués (AMAZONAS, 2004)



LEGENDA			
●	Sedes	○ (Amarelo)	Unidades de Conservação Federal
□	Comunidades	○ (Rosa)	Terras Indígenas
○ (Azul)	Divisão Municipal	○ (Verde)	Unidades de Conservação Estadual
○ (Vermelho)	Rodovias	○ (Azul)	Drenagem
○ (Verde)	Floresta Estadual de Maués		

Figura 05: Mapa de satélite da Floresta Estadual de Maués.  
 FONTE: Secretaria de Desenvolvimento Sustentável/ SDS, 2005.

De acordo com Plano de Gestão da SDS (2005), 380 famílias vivem na área da Floresta de Maués, distribuídas em 15 comunidades, sendo quatro no Rio Apoquitaua, duas no Rio Cincatá, três no Rio Pacoval e seis no Rio Parauari. A distribuição populacional da área, por comunidade, de acordo com levantamento da SDS, pode ser visualizada no Quadro 02.

FLORESTA ESTADUAL	RIO	COMUNIDADES	Nº. DE FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	Nº. INFORMADO DE FAMÍLIAS	
	FLORESTA ESTADUAL	Apocuitaúa	N. Sra. Aparecida (Varre Vento)	21	34
S. Sebastião Pajurá			16	23	
São Raimundo			23	32	
Liberdade			29	48	
Pacoval		Vista Alegre	07	13	
		São João do Pacoval	13	23	
		Monte Sinai	14	25	
Parauari		Vila Nova Maringá	10	39	
		São José - Vila Darcy	20	40	
		Novo Paraíso	05	10	
		Núcleo Ebenézer	06	09	
		N. Sra. Aparecida - P.de Ouro	13	30	
		Nova Jerusalém	03	13	
		São João Batista	12	32	
ENTORNO		Cicantá	São José do Cicantá	19	29
			Santa Maria do Cicantá	16	26
	Parauari	Menino Deus do Acãuera	15	60	
		Laranjal	14	17	
		Santo Antonio do Mucajá	56	88	

Quadro 02: Distribuição Populacional Floresta Estadual de Maués  
Fonte: Pesquisa de campo SDS, 2005.

A forma de organização sócio-política da população residente na área da Floresta Estadual de Maués é diversificada, o que expressa, em parte, a sociodiversidade da região. De acordo com levantamento da SDS (2001; 2005), as comunidades organizam-se junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, Associações de Pais e Mestres (em algumas comunidades), na Associação Comunitária Agrícola da Liberdade -ASCALBA (sediada no Rio Apoquitaua), Associação Comunitária Agrícola Santo Antônio do Mucajá – ASCASAM (representa as comunidades localizadas no Rio Parauari) e entidades religiosas, ressaltando que, no caso desta última, se constitui de extrema importância no convívio social, e de certa

forma é responsável pelo ordenamento espacial de algumas comunidades que, na maioria, são de origem cristã (católicas e evangélicas, como as comunidades de Monte Sinai e Nova Jerusalém).

#### 3.4. Dinâmica sócio-cultural e histórica das comunidades de abrangência do estudo

A pesquisa da tese foi desenvolvida em duas comunidades ribeirinhas: Santo Antônio de Mucajá e Ebénezer, ambas localizadas no Rio Parauari, na área rural do município de Maués/AM. Segundo relato dos moradores da comunidade Santo Antônio de Mucajá<sup>46</sup>, a formação sócio-histórica dessa comunidade está vinculada às tribos indígenas que habitavam a região e à chegada de algumas famílias, advindas de diversas localidades da região amazônica, a fim de trabalharem na exploração de um produto local de grande destaque na economia do Estado do Amazonas, o guaraná nativo, sendo que esta atividade era realizada associada ao garimpo. Ao longo desse período de constituição e formação da comunidade, a posse, juridicamente reconhecida dessas áreas, passou pelas mãos de diversos proprietários. Na atualidade, não se identifica um proprietário único que detenha o título de posse das terras das comunidades.

As comunidades *locus* da investigação possuem especificidades as quais devem ser ressaltadas para melhor caracterização da dinâmica sócio-cultural e ambiental da população local. Para tanto, baseada nos dados do levantamento realizado pela pesquisadora e nas informações contidas no Banco de dados do Grupo de Pesquisa Inter-Ação, que vem desenvolvendo trabalhos neste município desde 2001, apresenta-se a contextualização de ambas as comunidades.

A comunidade de Santo Antônio de Mucajá está situada à margem direita do Rio Parauari (visualização na Figura 06). A localização geográfica e a forma de uso espacial da comunidade assumem características singulares desenvolvidas pelos ribeirinhos, que é a sua modalidade de ocupação do território. Em geral, estas comunidades ficam localizadas em áreas de terras firmes (porções de terras altas que não alagam no período da enchente do rio) ou em terras de várzeas<sup>47</sup> as margens de rios e lagos, onde buscam se estabilizarem, formando, assim, agrupamentos comunitários constituídos de várias famílias denominados comunidades. Nesse sentido, Chaves (2001; 2008) afirma que os ribeirinhos

---

<sup>46</sup> Moradores contam história de Maués e da comunidade através da técnica de Abordagem Grupal – memória coletiva, desenvolvida por técnicas do Grupo Inter-Ação, Maio de 2007.

<sup>47</sup> Terras anualmente alagáveis, fato que proporciona o enriquecimento nutricional do solo.

[...] vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócio-históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas concorrem para a determinação da identidade sócio-cultural desses atores. (p. 78)



Figura 06: Vista frontal da comunidade Santo Antônio de Mucajá.  
FONTE: Banco de Dados Grupo Inter-Ação, 2007.

Para o desenvolvimento do presente estudo, a apreensão das condições e modo de vida dos ribeirinhos da comunidade Santo Antônio de Mucajá, localizada no município de Maués, foi imprescindível. Importa ressaltar que a identificação dos conhecimentos tradicionais nas formas de uso e manejo de plantas medicinais por estas populações ribeirinhas se faz possível a partir da caracterização sócio-cultural e ambiental desse segmento social.

Desse modo, as informações apresentadas neste tópico foram coletadas através da aplicação de formulário de infraestrutura comunitária, formulário sócio-cultural e econômico, entrevistas semi-estruturadas e técnicas de abordagem grupal. O levantamento de dados para tese foi realizado no período de Outubro de 2006 a Dezembro de 2008. A partir deste levantamento de dados, foi possível identificar traços relevantes da identidade sócio-cultural destas populações, ao mesmo tempo em que se pode perceber a dinâmica sócio-histórica e a forma de relação que esses estabelecem com a natureza.

Através do levantamento de dados com utilização de técnica de Abordagem Grupal – memória coletiva, moradores relatam que esta é a comunidade mais antiga, foi fundada antes

mesmo do próprio Município de Maués. A data de sua fundação é de 1826. O nome da comunidade foi dado porque havia na área da comunidade muitos pés de Mucajá (*Acrocomia aculeata* - árvore ornamental) (Figuras 07 e 08), na fala dos moradores antigos “eram tantos que não se podia adentrar”, formavam uma barreira verde. No período de realização da pesquisa, moradores afirmam que existem poucos pés de Mucajá na comunidade.

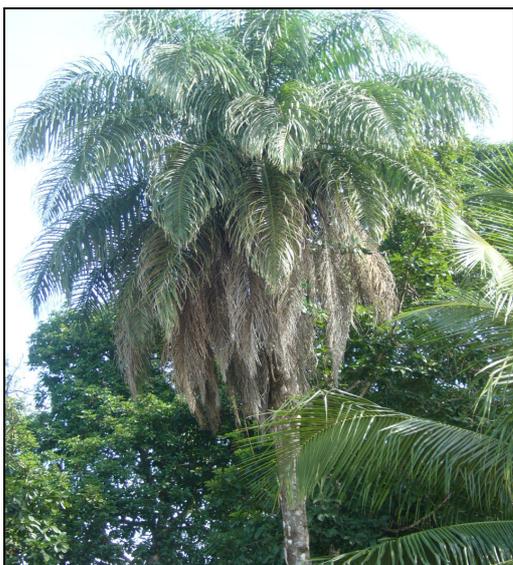


Figura 07: *Acrocomia aculeata* (Árvore do Mucajá)  
FONTE: Banco de Dados Grupo Inter-Ação, 2007.



Figura 08: Representação do nome da comunidade pelos moradores de Mucajá (*Acrocomia aculeata*).  
FONTE: Banco de Dados Grupo Inter-Ação, 2007.

De acordo com os moradores da comunidade, os primeiros habitantes da comunidade eram indígenas, ou seja, seus avós e bisavós. As famílias, as quais residem hoje na comunidade, são descendentes destes primeiros moradores. Importa destacar que, estes relatos concordam com os estudos desenvolvidos na região, no que se refere às populações Amazônicas<sup>48</sup>. Contam que muitos viajantes chegavam ao município em busca de ouro, os garimpos eram a grande fonte de renda das famílias, assim como da economia do município. Posteriormente, com a decadência dos garimpos, as populações se voltaram para extrativismo animal, vegetal e da madeira.

Atualmente, a Comunidade vive da produção de farinha, sendo considerada uma das comunidades que produzem a melhor farinha do município (ganhou prêmio recentemente), aliado à prática da pesca e da extração de madeira. As atividades produtivas, desenvolvidas na

<sup>48</sup> Citados anteriormente Chaves, 1997, 2001; Rodrigues, 2001; Souza, 1994; Wagley, 1998, entre outros.

comunidade, envolvem toda família e se constituem em momentos de sociabilidade dos grupos domésticos entre si e com os demais membros da comunidade.

Santo Antônio de Mucajá encontra-se na área de entorno da Floresta Estadual de Maués. Segundo o Plano de Gestão da Floresta Estadual, apresentado pela Agência de Floresta da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável- SDS<sup>49</sup>, a comunidade se encontra localizada na área de entorno da Floresta, mas é considerada estratégica, tanto para os comunitários como para a Unidade de Conservação/UC por ser o principal pólo do município de Maués, no rio Parauari. Conforme o Plano de Gestão da SDS (2005), a comunidade apresenta boas condições de infraestrutura e reúne boas condições educacionais, de saneamento e saúde, se, comparada às demais comunidades para o desenvolvimento de ações de instrumentalização e capacitação a serem desenvolvidos pelos órgãos públicos e ONGs, junto às comunidades pertencentes à área da Floresta Estadual.

- Condições de acesso a Bens e Serviços Sociais de Mucajá

No contexto regional da Amazônia, o acesso a bens e serviços sociais pelas populações ribeirinhas não se efetiva de modo a atender os interesses e as necessidades das populações que vivem às margens dos rios. Chaves (2004) afirma em seu estudo que as políticas públicas direcionadas à região apresentam caráter diferenciado, as quais se efetivaram a partir de lógicas opostas aos interesses e demandas dos vastos segmentos das populações que vivem na Amazônia. No meio rural, a limitação na viabilização de políticas públicas (precariedade ou ausência de serviços) contribui para o agravamento da condição de carência e de empobrecimento, sendo este entendido enquanto ausência de satisfação das necessidades básicas sejam elas física e/ou social, do grupo social ou indivíduo (CHAVES, 2003).

É importante destacar neste cenário que a situação de pobreza e exclusão social não se limita à baixa renda familiar, mas está relacionada, ainda, à dificuldade de acesso a bens e serviços sociais, como: a falta e/ou precariedade de saneamento básico, energia, saúde, educação, equipamentos de uso comunitário, bem como outras formas de assistência as quais possam suprir, de modo adequado e efetivo, as necessidades dos grupos doméstico-familiar.

Esses fatores puderam ser identificados na comunidade de Mucajá a qual, em termos de infraestrutura, possui um gerador de energia que é administrado por um membro da

---

<sup>49</sup> Informações contidas no Relatório Técnico. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), 2004

comunidade, responsável pelo cuidado e manutenção do equipamento; há um poço artesiano para o abastecimento de água da comunidade, implantado pela Igreja Presbiteriana; duas escolas municipais; um posto de saúde. Contudo, a comunidade é atendida por um agente de saúde, não há na comunidade, profissional da área da saúde com formação adequada; dois centros comunitários; um barco que serve como transporte coletivo; motor de cevar; uma casa de farinha motorizada; dois campos de futebol, uma igreja católica e uma igreja evangélica.

Os principais tipos de produção existentes na comunidade são: roça, guaraná, farinha, madeira e agricultura. A referida comunidade é composta, ainda, por 08 (oito) grupos de produção, sendo 01 grupo de mulheres.

A comunidade de Santo Antônio de Mucajá é uma das que apresentam melhor infraestrutura, com modo de organização das atividades de produção e sócio-cultural bastante específica.

No que concerne à moradia na comunidade (Figuras 09 e 10), pode-se observar que a mesma é composta por casas típicas da região, o material utilizado na construção apresenta grande diversidade, variando entre madeira, alvenaria, barro, taipa, mista (estrutura de madeira e barro), ou de palha, materiais próprios da região. A maioria dos terrenos na comunidade é própria, adquirido por compra ou doação, sendo que algumas áreas são ocupadas espontaneamente.



Figura 09: Casa de Taipa coberta de Palha  
FONTE: Pesquisa de campo, 2007



Figura 10: Casa de madeira coberta de palha  
FONTE: Pesquisa de campo, 2007

Há uma predominância de casas mistas e cobertas de palha, geralmente divididas em 02 ou 03 cômodos, sala, quarto e cozinha, conforme pode ser observado na Tabela 01.

Material da casa	Frequência	
	Fr. (a)	Fr. (%)
Madeira	12	33
Mista	20	56
Palha	04	11
Total	36	100

Tabela 01: Tipo de Material das casas da comunidade de Mucajá.  
 FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

De acordo com o exposto, pode-se afirmar que as condições de moradia na comunidade é compatível com os estudos sobre a área, pois segundo Chaves (2001, p. 137), “[...] as características da moradia e seu entorno são indicativos importantes para a percepção da trajetória de vida, da identidade sócio-cultural e política, das relações comunitárias e das relações internas ao próprio grupo”. Para a referida autora, o padrão habitacional na Amazônia possui determinantes históricos, sócio-culturais e econômicos, tais como:

- a) a disponibilidade do material necessário para construção – estes sujeitos utilizam os recursos naturais encontrados no local, como palha, madeira, barro, os quais são bastante utilizados;
  - b) a necessidade de abrigo adequado às condições do ambiente em que vivem – alta pluviosidade, elevada umidade do ar e temperatura;
  - c) o conhecimento tradicional herdado de gerações passadas, possibilitando o uso da palha, cipós, madeiras, entre outros; e
  - d) a diferença entre os custos dos recursos locais disponíveis a essas populações, e os das construções de alvenaria, por exemplo.
- Gênero, origem e faixa etária dos informantes

Nesta comunidade, no que se refere aos representantes dos grupos domésticos os quais prestaram informações para pesquisa, dos 36 informantes, 33% (n=12) eram do sexo masculino e 67% (n=24) do sexo feminino. É importante destacar que no meio rural a questão de gênero apresenta especificidades; no que tange à divisão de tarefas, as mulheres são responsáveis pelo espaço da casa e seu entorno, cuidam dos filhos, dos afazeres domésticos e das criações (pato, porco, galinha, entre outros), enquanto que o homem – chefe da família – fica responsável pelas atividades que exigem maior esforço físico, atuando nas áreas de roçado e da floresta, localizadas, em geral, distantes da moradia. Vale ressaltar, contudo, que esta divisão de papéis não se constitui de forma rígida, mas é estabelecida a partir dos códigos de conduta e das normas estabelecidas pelas sociedades e comunidades. Neste caso, as

mulheres também contribuem no roçado, além de desenvolverem uma diversidade de atividades. De acordo com Wagley (1988), nas comunidades da Amazônia, as mulheres também ajudam seus cônjugues na atividade produtiva, nas roças, plantando, colhendo a mandioca e fabricando a farinha (Figura 11). Na perspectiva posta por Diegues (2000), essa prerrogativa de divisão do trabalho se apresenta como parte integrante do modo de vida das populações ribeirinhas que utiliza a força produtiva da unidade familiar nas atividades econômicas, sociais e culturais.



Figura 11: Produção da farinha pela família.  
 FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

Quanto a origem dos representantes dos grupos entrevistados, 53% (n=19) declararam que são nascidos na própria comunidade, município de Maués, 25% (n=09) nasceram em outras comunidades do próprio município, 11% (n=04) nasceram na sede do município de Maués e 11% (n=04) em outro município. É importante notar que a grande maioria não só é oriunda do próprio município como também foi criada na área. Como pode ser visualizado nas Tabelas 02 e 03.

Origem	Frequência	
	Fr. (a)	Fr. (%)
1. Na comunidade em que mora	<b>19</b>	53
2. Em outra comunidade de Maués	<b>09</b>	25
3. Na sede do município de Maués	<b>04</b>	11
4. Em outro município	<b>04</b>	11
<b>Total</b>	<b>36</b>	100

Tabela 02: Origem dos informantes da comunidade de Mucajá.  
 FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

Local	Frequência	
	Fr. (a)	Fr. (%)
1. Na comunidade em que mora	<b>28</b>	77
2. Em outra comunidade de Maués	<b>05</b>	14
3. Na sede do município de Maués	<b>01</b>	03
4. Em outro município	<b>02</b>	06
<b>Total</b>	<b>36</b>	100

Tabela 03: Local de vivência dos informantes de Mucajá.  
 FONTE: Pesquisa de campo, 207.

No que se refere ao local de origem dos informantes, conforme Tabela 2, todos são naturais do Estado do Amazonas, este dado indica homogeneidade na identidade regional desses informantes.

As informações apresentadas, sobre a origem e local de vivência dos informantes da pesquisa, revelam que a permanência na comunidade assegurou conhecimentos importantes os quais contribuem no processo de interação da dinâmica sócio-cultural e ambiental dos representantes dos grupos domésticos envolvidos na pesquisa. Um fator de grande relevância a ser destacado nestes dados, diz respeito ao período de permanência destas populações em determinado território, o que segundo Castro (1997) aponta para adaptação dessas populações tradicionais a um meio ecológico altamente complexo, tendo como base os inúmeros saberes locais acumulados, como: a utilização dos recursos locais, diferenciação de fauna e flora no interior da mata, de sons e odores, conhecimento da diversidade dos rios, lagos e igarapés, entre muitos outros. Neste sentido, os conhecimentos adquiridos por estas populações configuram-se, sobretudo, em tradições herdadas dos mais velhos com explicações místicas e religiosas sobre a natureza.

Nesta comunidade, a faixa etária predominante dos informantes 24% (n=09) está entre 40 e 44 anos de idade (ver Gráfico 01).

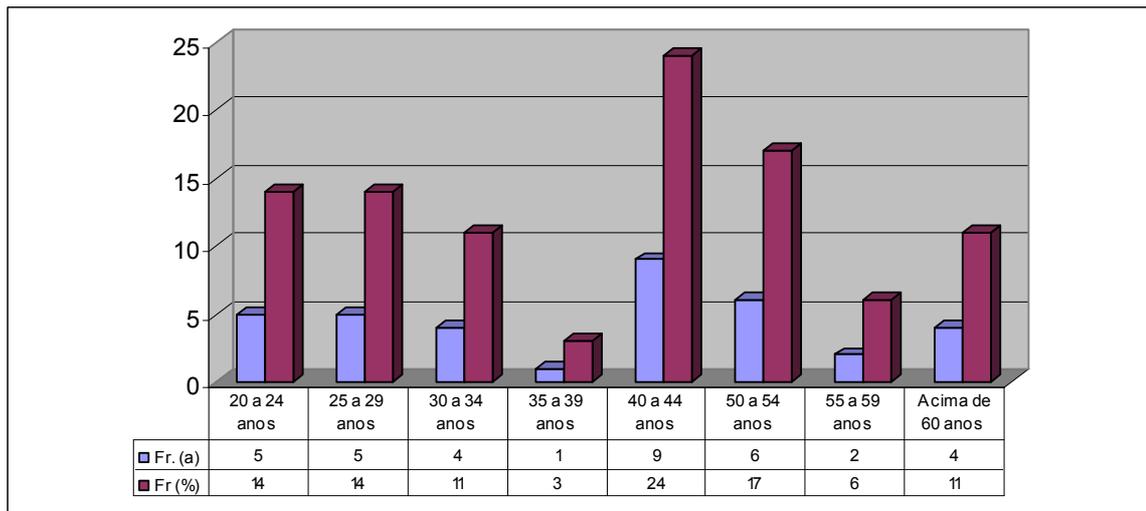


Gráfico 01: Faixa etária dos informantes da comunidade de Mucajá.  
 FONTE: Pesquisa de campo, 2007

Estabelecendo relação da faixa etária dos informantes com sua origem, pode-se afirmar que a maioria dos entrevistados mora na área há mais de 30 anos. Este fato da vida em comunidades amazônicas, a permanência por longo período de tempo em determinada área, assegura a estas populações ribeirinhas, em certo sentido, saberes específicos sobre o território que habitam, a (re)produção de conhecimentos e habilidades, bem como a construção de modos de vida adaptados.

- Atividades coletivas e ocupação dos informantes

Na comunidade de Mucajá, como em outras comunidades ribeirinhas da Amazônia, os produtores desenvolvem um conjunto de atividades no espaço comunitário, o qual envolve todos os moradores ou parte destes, como: horta comunitária, roçado, futebol, cultos, grupo de trabalho, produção de farinha, mutirão e puxirum, realizados conforme o período do ano e as necessidades da comunidade, e mesclam a estas atividades a organização sócio-política, os festejos religiosos, lazer e produção.

Quanto à ocupação dos informantes, conforme indica o Gráfico 02, a atividade que se destaca é de agricultor com 82% (n=30).

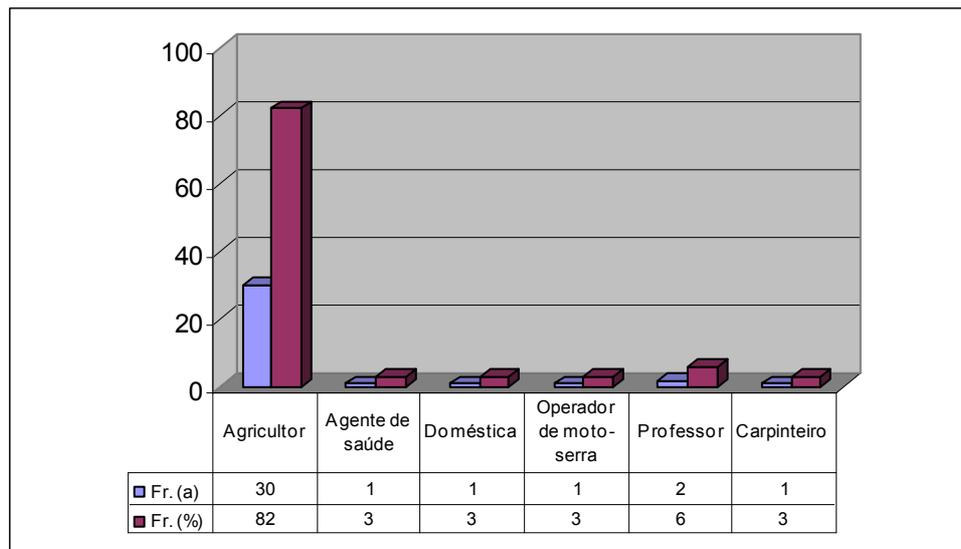


Gráfico 02: Ocupação dos informantes da comunidade de Mucajá.  
 FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

Conforme dados da pesquisa, 82% dos informantes se identificam como agricultores. Importa salientar que a ocupação dessas populações revela, em certo sentido, a identidade sócio-cultural dos mesmos. Na leitura de alguns autores (CHAVES, 2001; LIMA, 1998), a identidade sócio-cultural das populações ribeirinhas da Amazônia se constitui como um dos elementos importantes para análise desse segmento social, uma vez que esta possibilita a distinção de categorias sociais e tipos de ocupação. Desse modo, os grupos sociais são nomeados pelas principais atividades desenvolvidas, como agricultura, caça, pesca, coleta e extração (seringalistas, castanheiros, entre outros), desempenhadas de acordo com suas necessidades e recursos naturais disponíveis. De acordo com Chaves (2001), a identidade sócio-cultural e política desses segmentos sociais está relacionada:

- ✓ primeiramente, a sua origem étnica por meio da adoção e adaptação de saberes, e técnicas de acordo com suas necessidades e interesses;
- ✓ ao seu padrão complexo de organização da produção e de gestão dos recursos naturais que se diferenciam de um grupo para outro em termos de relações sociais de produção, processo técnico de trabalho;
- ✓ a modalidade de organização sócio-política na luta pela garantia de sobrevivência e acesso a bens e serviços sociais.

Um outro fator relevante que ocorre nesta comunidade, como em outras da região, é que o espaço do roçado, as plantações de guaraná, abacaxi e outros estão localizados fora da área de moradia da comunidade, neste caso o uso do espaço e dos recursos naturais não

obedece à lógica de proximidade, mas de disponibilidade dos recursos necessários para produção e subsistência da família, assim, nem sempre se faz o roçado no mesmo local. Na perspectiva posta por Diegues (2001), esta é uma das práticas de uso de pequenas áreas de terra para a agricultura e seu abandono no pousio (*shifting agriculture*) utilizadas pelas populações indígenas e tradicionais da Amazônia. Estes estudos tendem a concordar que esta prática de agricultura itinerante foi uma tecnologia adaptada, desenvolvida para usar as propriedades regenerativas da floresta úmida em benefício do homem.

Consoante a este entendimento, parafraseando Chaves (2001, p. 62), pode-se afirmar que os conhecimentos tradicionais desses grupos sustentam-se, principalmente, na origem étnica, sobretudo na indígena, pela adoção e adaptação de saberes e técnicas de acordo com suas necessidades e no exercício de modalidades de manejo dos recursos naturais os quais se diferenciam de um grupo para outro em termos de relações sociais de produção e processo técnico de trabalho (regulação da intensidade de exploração dos recursos).

Em Santo Antônio de Mucajá, a produção é principalmente de subsistência, atendendo às necessidades de consumo dos grupos domésticos desses pequenos produtores. O que vendem ou trocam é o que excede ao consumo do grupo doméstico e da comunidade.

Na comunidade de Ebenézer, compartilhando do pensamento de Morán (1990), de que o homem deve ser contextualizado a partir do seu meio físico, de sua história e sua percepção ambiental, para se entender a complexidade da inter-relação sociedade – natureza, ou seja, o entendimento do ambiente físico, das formas de relação e modos de vida das populações ribeirinhas deve ser compreendido a partir de sua realidade. Neste sentido, é que este estudo apresenta, primeiramente, a identificação de alguns pontos referentes aos saberes tradicionais, às condições e modo de vida dos ribeirinhos da referida comunidade.

A comunidade de Ebenézer está situada no lago do Juma, município de Maués/Am, (Figura 12). Sua forma de ocupação é tradicional, seguem a natureza, em geral as casas são construídas seguindo o curso do rio. Os grupos domésticos ocupam, desse modo, as margens do rio com as moradias e demarcam áreas dentro da mata para o plantio do roçado e a realização de caça. A ocupação e utilização da terra são coletivas, estando localizada no “beiradão” de rio.

A constituição dessa comunidade foi resultado de uma divisão ocorrida na comunidade Novo Paraíso, em decorrência de conflitos religiosos. Conforme relato dos moradores, duas famílias formaram a nova comunidade (FERREIRA, 2006).



Figura 12: Vista frontal da Comunidade de Ebenézer.  
FONTE: Banco de Dados Grupo Inter-Ação, 2006.

No período de formação da comunidade, uma das estratégias para organização das famílias que se encontravam dispersas ao longo do lago do Juma, foi entrar em contato com grupos e instituições que pudessem contribuir neste processo de constituição da comunidade. Neste período, um dos grupos contactados foi o grupo Inter-Ação. A partir do trabalho desenvolvido, entre o grupo e os comunitários houve a elaboração de um projeto para comunidade, o qual resultou na construção de uma proposta de criação de: 01 Farmácia Comunitária, a Associação de Arte Cabocla (produção de peças artesanais com rejeitos naturais), estruturação de uma Casa de Farinha, de 01 Horta orgânica de Plantas Medicinais (1.500 mudas), 01 Farmácia Comunitária, abastecida pela Horta de Plantas Medicinais e mantida pela coleta de cascas e folhas da flora local, utilizadas para o tratamento de doenças; 02 Hortas de Hortaliças e 01 viveiro de mudas de árvores regionais, com mudas de fruteiras coletadas na floresta e acomodadas na mata, a fim de conservar as espécies raras e/ou em extinção.

Estes empreendimentos comunitários visam a utilização sustentável dos recursos comunitários, ao mesmo tempo em que se constituem enquanto alternativas para geração de renda. As hortas e viveiros foram construídos a partir da utilização de tecnologias apropriadas a realidade local, localizadas dentro da mata, nas áreas de florestas. É importante frisar que, no momento da pesquisa da tese, todos estes projetos já haviam sido implantados e

encontram-se em processo de reestruturação. Na fala dos comunitários, afirmam “nós temos que ter fé, nós somos crente tem que ter fé, se a gente não tiver fé a gente não vai pra frente. Foi como agente conseguiu habitar trabalhando, porque isso não existia aqui tava todo mundo parado” (Sr. E.).

Após elaboração do projeto, começaram a produzir peças de artesanato (peneirinha, barco, animais da fauna, entre outros materiais). Neste período, foram realizadas exposições dos materiais, contratos de parcerias com igrejas e instituições. Segundo Sr. E. “foi assim, começou com muita dificuldade, nós estamos arrumando”.

É importante destacar que a comunidade de Ebenézer encontra-se localizada na área da Floresta Estadual de Maués, Unidade de Conservação de uso sustentável. Este fato tem provocado mudanças na vida da comunidade. A partir da instituição da Floresta, os ribeirinhos passaram a habitar uma unidade de conservação de uso direto, o que implica mudanças nas formas de uso e manejo dos recursos naturais existentes na comunidade. Este fato exige novas configurações na relação destes sujeitos com a natureza, a partir de determinações externas.

Na referida comunidade, no momento da pesquisa (Outubro de 2007) 67% (n=04) dos informantes eram do sexo masculino e 33% (n=02) do sexo feminino. A faixa etária predominante está entre 25 e 29 anos, com 32% (n=02) dos informantes. Quanto à naturalidade, entre os que nasceram na sede do município de Maués ou em comunidades deste município, o percentual é de 67% (n=04) dos informantes, e 33% (n=02) que nasceram em outro município da região Amazônica.

- Condições de acesso a Bens e Serviços Sociais em Ebenézer

A infraestrutura da comunidade é composta por um centro comunitário; um transporte coletivo (canoa/ rabeta); um motor de cevar; uma casa de farinha; um campo de futebol e uma igreja evangélica. O abastecimento de água é direto do rio. Os comunitários ressaltam que foi perfurado um poço artesiano, mas no momento da pesquisa, este ainda não estava em funcionamento. A comunidade dispõe de um gerador de energia.

Os principais tipos de produção existentes na comunidade são: roça, guaraná, farinha, plantas medicinais e artesanato. Esta comunidade possui uma associação comunitária, no entanto a mesma encontra-se em processo de legalização. Não há escola e posto de saúde na própria comunidade. Segundo os comunitários, a agente de saúde da comunidade Açãoera presta assistência à mesma.

No que concerne à moradia na comunidade (Figuras 13 e 14), as casas são todas feitas de palha, de modo artesanal. O material utilizado na construção é coletado na própria comunidade.



Figuras 13: Casa de palha na comunidade Ebenézer  
FONTE: Pesquisa de campo, 2007.



Figuras 14: Vila de casas da comunidade Ebenézer  
FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

As casas da comunidade dão visibilidade no contexto Amazônico, ao saber e saber-fazer pautado na adaptação das populações locais ao meio ecológico, graças aos conhecimentos acumulados das gerações passadas sobre o território e as diferentes formas pelas quais os recursos naturais, como palha, pedaços de madeira e barro são transformados pelo trabalho, em casas, fornos e canoas (CHAVES, 2001, 2006; SIMONETTI, 2004). Neste sentido, na leitura de Diegues (2000, p. 30), o conhecimento tradicional está pautado no “[...] saber e no saber-fazer, [...] gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial”, afirma, ainda que nas sociedades tradicionais as ações da vida acompanham os ciclos da natureza e, progressivamente, respondem aos obstáculos encontrados, adaptando-se ao ambiente.

Nesta comunidade, como em outras da região Amazônica, observou-se que o padrão de construção das habitações, segundo Chaves (*et all.* 2007, p.51), possui determinantes históricos e sócio-culturais dos quais derivam habilidades e saberes relativos:

- ✓ Ao conhecimento para identificar no interior da mata a disponibilidade e as qualidades próprias dos recursos locais para serem usados em móveis, assoalhos, paredes e telhado;
- ✓ Ao baixo custo da construção em palha ou madeira comparada aos outros materiais que possuem custos elevados tornando-se praticamente inviáveis para os grupos ribeirinhos;
- ✓ Domínio das técnicas tradicionais de construção em madeira, bem como os

diversificados tessumes de palha e cipós para cobertura e/ou paredes;

- ✓ Às condições ambientais locais como o regime de chuvas e das águas (várzea).

Na comunidade de Ebenézer, a maioria dos terrenos na comunidade é próprio, adquirido por compra ou doação. Algumas áreas, como em outras comunidades da região, são ocupadas espontaneamente.

- Atividades produtivas e ocupação dos informantes

Quanto ao desenvolvimento das atividades produtivas pelos ribeirinhos, estes desenvolvem um conjunto delas (caça, pesca, artesanato, agricultura, entre outras), com variadas formas de manejo dos recursos, bem como elaboração de tecnologias adaptadas à realidade local, das quais derivam práticas diferentes e complementares. Estas ações possibilitam sustentação para a (re)produção não apenas física mas social e cultural do grupo, ao mesmo tempo em que oportunizam a consolidação de princípios culturais de integração à natureza e formas apropriadas de manejo. Na leitura de Leff (2002), as formas de relações sociais nas sociedades tradicionais constituem a base, a infraestrutura para o estabelecimento do seu modo de produção, de suas atividades produtivas.

Como em outras comunidades da região, em Ebenézer a atividade produtiva é essencialmente de subsistência, extrativista e agrícola, direcionada para a produção familiar. A comercialização é feita sobre os produtos excedentes e a maioria dos informantes assumem a agricultura, como principal ocupação (ver Tabela 04).

Modalidade de Ocupação	Frequência	
	Fr. (a)	Fr. (%)
1. Agricultor	3	50
2. Agricultor/Pescador	1	17
3. Doméstica	2	33
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100</b>

Tabela 04: Ocupação dos Informantes em Ebenézer.

FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

Na comunidade de Ebenézer, a identidade assumida por 50% (n=03) dos informantes é de agricultor, sendo o segundo percentual 17% (n=01) composto de agricultor e pescador. Na perspectiva posta por Chaves (2001, p. 80), a identidade assumida por essas populações (se ribeirinho ou pequeno produtor) determina uma lógica diferenciada no manejo dos recursos e de relações político-organizativas e sócio-culturais. Para Diegues (2000), a

definição da identidade sócio-cultural das populações tradicionais está pautada no modo de vida e no autorreconhecimento de pertencer a um grupo social particular.

Neste sentido, diversos são os estudos (CHAVES, 1997, 2001, 2004; RODRIGUES, 2001; SOUZA, 1994) os quais afirmam que a relação estabelecida entre essas populações tradicionais e a natureza encontra-se pautada pelo conhecimento do seu ambiente e pelo respeito à sua própria dinâmica, a partir do contexto sócio-histórico no qual se encontram inseridas. Dessa forma, as atividades produtivas desenvolvidas por estes sujeitos não se constituem em relações de produção para atender determinadas demandas, mas são relações que estão alicerçadas no respeito à natureza e nas necessidades materiais de subsistência e reprodução do próprio grupo doméstico. Neste contexto, não são apenas as modalidades técnicas de gestão da biodiversidade que importam, mas devem ser consideradas certas formas sociais que orientam a gestão e implantação técnica (GODARD, 2002).

É importante frisar que estas populações desenvolvem um conjunto de atividades. No caso de Ebenézer, a produção de artesanato na comunidade (Figura 15) vem sendo desenvolvida como uma das atividades alternativas para geração de renda. Nesta produção, os comunitários utilizam os recursos naturais, matéria-prima da própria comunidade, recolhem materiais das árvores, como capurana, piriquiteira, envira tucunaré, imbaúba, sucuri jumirá, papa terra, raiz de sapateiro e âmagô de itaúba<sup>50</sup>.



Figura 15: Peças de Artesanatos confeccionadas pelos comunitários membros da Associação de Artesãos “Arte Cabocla”.

FONTE: Banco de Dados Grupo Inter-Ação, 2006.

---

<sup>50</sup> Todas as espécies foram apresentadas pelo nome popular pelos moradores da comunidade.

A comunidade produz e vende farinha (Figura 16), como atividade principal e trabalha no extrativismo do guaraná. Os comunitários ressaltam que grande parte é para consumo das famílias da comunidade, bem como de outras comunidades próximas. Neste caso, comercializam apenas o excedente. A produção é familiar e artesanal, as atividades produtivas são desenvolvidas de modo coletivo, e a maior parte da produção é para subsistência. Nesta comunidade em específico, o guaraná e a farinha são os produtos que garantem a reprodução física e social destes grupos domésticos. Neste contexto, é importante frisar que as populações da Amazônia obtêm sua reprodução material e social a partir de práticas tradicionais, como a pesca, a caça, o cultivo de tubérculos, como a mandioca entre outras atividades, como extrativistas (animal e vegetal).



Figura 16: Casa de Farinha Comunidade Ebenézer.  
FONTE: Banco de Dados Grupo Inter-Ação, 2007.

Nas sociedades com modos de vida tradicionais, o trabalho não é apenas uma mercadoria. A forma de trabalho é essencialmente extrativista e agrícola, voltada para a produção familiar. Em geral, estes grupos sociais possuem uma fonte de renda monetária considerada baixa, advinda da comercialização de produtos excedentes, o que ocorre com frequência. Neste contexto, a utilização e dependência dos recursos naturais são constantes e de fundamental importância. Para Diegues (2000, p, 87), as populações tradicionais estão

[...] relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis [...].

Neste sentido, pode-se afirmar que esta dinâmica está relacionada às condições de sobrevivência e reprodução desses atores sociais, cujos principais determinantes, segundo Castro (1997), são o acesso e o uso dos recursos naturais disponíveis, como peixe, frutas, madeira, água, entre outros que estão presentes e, as relações sócio-culturais constituídas ao longo da vivência em comunidade.

A partir desta breve contextualização sócio-cultural das comunidades investigadas, o próximo capítulo aborda o mapeamento dos conhecimentos tradicionais no manejo de plantas medicinais realizado nas mesmas.

# CAPÍTULO IV

---

## MAPEAMENTO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NO MANEJO DE PLANTAS MEDICINAIS NAS COMUNIDADES DE MUCAJÁ E EBENÉZER

### Introdução

A discussão em torno da necessidade de construção de mecanismos de proteção dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade é parte integrante nos debates desenvolvidos sobre as questões sócio-ambientais em nível global e local. Em consonância com este debate, o estudo, ao assumir o compromisso de desvendar as formas de organização sócio-cultural das comunidades de Mucajá e Ebenézer, no manejo das plantas medicinais, poderá fornecer contribuições para ampliar a visibilidade sobre as práticas das populações ribeirinhas destas áreas em relação as formas de aprendizado, difusão, cultivo, uso e sistema de trocas existentes.

Neste capítulo, far-se-á exposição do mapeamento dos conhecimentos tradicionais identificados nas práticas sócio-culturais, no manejo das plantas medicinais, nas comunidades de Mucajá e Ebenézer. Para fins didáticos, tais práticas foram agrupadas sob três eixos, que corresponderão às partes do capítulo.

- a) *Aprendizado e Difusão* dos conhecimentos;
- b) *Cultivo e Uso* das plantas medicinais;
- c) *Sistema de Trocas* de saberes (intercâmbio) e recursos naturais.

Assim, para empreender este caminho, a busca pautar-se-á tanto nas relações sócio-comunitárias particulares desveladas em Ebenézer e Mucajá, quanto na articulação com os estudos que relatam sobre a realidade das populações da região. Desse modo, promove-se um diálogo entre o local e o regional.

#### 4.1. Práticas sócio-culturais no manejo de plantas medicinais

As comunidades de Mucajá e Ebenézer, como outras localidades da Amazônia, são formadas por um complexo contexto sócio-cultural que compreende um conjunto de regras, valores, crenças e práticas constituindo um *modus vivendi* que denota a organização destes agentes sociais. Segundo Castro (1997), pode ser encontrado nos denominados *ribeirinhos*, na Amazônia, uma referência na linguagem, na identificação e definição dos territórios (imagem de mata, rios, igarapés e lagos), e tempos de suas vidas na relação que construíram com a natureza.

Neste caso, a moradia e ocupação pelas populações tradicionais em determinados territórios por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para outras áreas ou centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados, constitui-se como referência no estabelecimento da relação homem-natureza (DIEGUES, 2001).

As práticas coletivas e de ajuda mútua desenvolvidas no interior das comunidades ribeirinhas na Amazônia são apontadas em diversos estudos (FURTADO, 2002; SILVA, 2007; CHAVES, 2007), por apresentarem princípios norteadores fundamentais de vivência nestes espaços. Os referidos estudos afirmam que esses grupos devem ser reconhecidos em sua natureza, no sentido de se “[...] aproveitar o princípio de reciprocidade que subjaz em suas formas de ser, pensar e agir” (p. 37), as quais sustentam as formas de ajuda/solidariedade, no trabalho coletivo, nas formas de parceria na pesca e agricultura, *mutirão* para construção de casas, escolas e igreja, ou na produção de remédios caseiros para membros da comunidade, família ou pessoas de fora da comunidade.

No estudo de caso das comunidades investigadas, o uso dos recursos da floresta, a formação das hortas comunitárias nos quintais são elementos fundamentais que atravessam as gerações e fundam a noção de território. Para Chaves (2001), os *ribeirinhos* são uma referência de população tradicional na Amazônia, a iniciar pela forte tradição oral no uso e repasse dos conhecimentos, das representações dos lugares e tempos de suas vidas, na relação com a natureza constituídas em bases comunicativas e cooperativas; pelo estabelecimento das relações sociais de trabalho – *ajuri*, *puxirum*, *mutirão* -, bem como nas relações de compadrio e parentesco no âmbito das comunidades.

Em Ebenézer e Mucajá, as relações de compadrio e parentesco encontram-se na base da formação dos grupos domésticos, ao mesmo tempo em que determinam a divisão do trabalho

entre gênero<sup>51</sup> nas referidas comunidades. Neste contexto, um elemento relevante identificado, a partir do estudo, é a participação de determinadas mulheres como protagonistas em todo processo de difusão dos conhecimentos, manutenção e reprodução das plantas medicinais.

Nestas áreas, os ribeirinhos desenvolveram sistemas de manejo dos recursos naturais de modo particular, nos quais a organização da produção atende a princípios de coletivização do trabalho, de ajuda mútua e de participação comunitária. O referido sistema possui níveis diferenciados de organização do manejo, seja no ordenamento do uso dos recursos de forma coletiva, seja no estabelecimento de acordos formais que incluem regras para utilização e acesso, bem como na proibição de práticas predatórias.

#### 4.1.1 *Aprendizado e Difusão dos conhecimentos*

As formas de aprendizado e difusão dos saberes nas comunidades tradicionais amazônicas são temas pouco explorados em estudos e envolvem um desafio complexo neste trabalho. Conquanto, para abordar as formas de aprendizado e difusão de saberes nesta cena específica faz-se necessário desvendar suas bases de sustentação prática, bem como as de caráter teórico-analítico.

A identidade e o sentimento de pertencimento denotado pelos agentes sociais, que preconizaram o estudo foram percebidos, principalmente, a partir dos fortes vínculos que vivenciam em seus laços familiares e afetivos no âmbito sócio-comunitário. Tais vínculos são fortemente perceptíveis, notórios ao crivo adotado na pesquisa, que encontra ponto de sustentação na naturalidade (local de nascimento) dos comunitários e no fato de se manterem arraigados em seus contextos familiares e comunitários. Nas comunidades estudadas, a naturalidade destes alcança 62% (n = 28) dos entrevistados em Mucajá e 67% (n = 04) em Ebenezzer, tais percentuais indicam os que nasceram na própria comunidade ou no Município de Maués e permanecem ao longo de sua existência. Verificou-se que, no caso das comunidades estudadas, há um baixo índice de deslocamento, e mesmo de rotatividade entre os comunitários.

Tendo como referência estes dados, no manejo dos recursos da flora, os ribeirinhos desenvolveram um sistema de classificação e nomeação das espécies de plantas medicinais

---

<sup>51</sup> Abordagem de gênero, neste trabalho, vincula-se às atribuições de papéis femininos e masculinos – e, não as diferenças biológicas em si – os quais podem ser determinados no contexto de determinada sociedade, cultura, organização social ou política com base na formação histórica. (CHAVES, 2004)

utilizadas com frequência<sup>52</sup>. Importante destacar que, esta classificação encontra-se pautada no conhecimento, tanto do ambiente físico quanto social.

O que se pode apreender, a partir da identificação da origem destes informantes, é que o fato de nascer e permanecer nas áreas lhes assegura um conhecimento dos espaços onde habitam e desenvolvem suas atividades laborais. Este saber se materializa num determinado tipo de saber-fazer (*savoir-faire*<sup>53</sup>), como conhecimento apreendido no âmbito dos grupos domésticos e das relações de parentesco que orienta o aprendizado no manejo dos recursos naturais locais existentes. Em relação a esta modalidade de aprendizado, há diversos relatos das mulheres ribeirinhas que trabalham com plantas nas comunidades (ver Box 3).

[...] a pessoa que conta assim pra gente e a gente vai aprendendo [...] Isso eu trouxe de natureza mesmo, eu acho que desde quando eu era criança Deus já me deixou esse dom pra mim conhecer negócio de remédio de fazer remédio. (Sra. F.)

[...] Eu aprendi porque sempre a minha mãe tinha [...] esse tipo de plantação de remédio [...], na hortazinha dela [...] e com minha avó porque ela entende. (D. Mra)

[...] tinha uma prima ela sempre trabalhava com plantas medicinais (Sra. J.)

[...] Eu tenho uma tia, que ela sabe fazer muitos tipos de remédios, eu vi ela fazer, [...] ela me ensinou dizendo: olha tu faz assim. (Sra. Mer.)

[...] Eu aprendi a fazer com a minha mãe, fazia pra mim e eu olhava, ficava perto dela, [...] eu aprendi assim. (Sra. Car.)

Tomando como base estes relatos, é possível afirmar que o local de origem dos informantes e a forma como apreenderam sobre plantas medicinais estão organicamente vinculados. Desse modo, a origem de boa parte dos agentes sociais, ligada ao espaço físico e social, proporciona o estabelecimento de uma inter-relação entre os ribeirinhos e a natureza, que pode ser visualizado na gênese dos conhecimentos através dos antepassados ou familiares próximos, bem como pela permanência no mesmo espaço geográfico por várias gerações. Com destaque para o fato de que, nestas comunidades, a maioria das informantes afirmou ter aprendido sobre plantas com as mães, primas, tias, familiares próximos ou antepassados. Nas

---

<sup>52</sup> Podem ser visualizadas no Apêndice- quadro que apresenta o nome popular, nome científico, família, indicação, formas de preparo e partes usadas das plantas<sup>52</sup>.

<sup>53</sup> GODARD, 1997, 2002.

comunidades estudadas, as mulheres foram apontadas como as principais responsáveis pelo ensino, através da transmissão dos conhecimentos sobre manejo de plantas medicinais para a presente geração.

A partir dos depoimentos, é possível destacar que na cultura desses agentes sociais as formas de relações sociais são repassadas de geração a geração, bem como os saberes e habilidades. O aprendizado acontece através da tradição oral, que se constitui como importante ferramenta de comunicação, não só entre indivíduos de uma mesma geração, mas entre várias gerações. Neste caso, o conhecimento é intergeracional, expressa o que foi difundido na coletividade. Nesta realidade, a oralidade é uma das principais ferramentas de repasse dos conhecimentos herdados e desenvolvidos pelos antepassados da própria comunidade. Entende-se que as populações ribeirinhas desenvolveram uma capacidade de transmitir conhecimentos, crenças, leis e costumes aos descendentes e membros da família e da comunidade, através das conversações diárias realizadas nas práticas da vida cotidiana, tendo por base as interações cotidianas entre os diferentes membros dos grupos domésticos, sem estabelecer limites entre as faixas etárias, o que permite que crianças, jovens, adultos e idosos vivenciem ricos intercâmbios.

### **Box 3**

#### **Mulher Ribeirinha**

A discussão em torno da categoria “mulher ribeirinha” emerge como um novo elemento a ser incorporado aos estudos de relações de gênero na contemporaneidade. Assim, no cenário atual, poucos são os estudos que retratam sua especificidade. Silva (*apud* CAMPOS, 2008) descreve a mulher ribeirinha como aquela que contribui com o lugar em que vive e interage no espaço de seu cotidiano. Para referida autora a mulher ribeirinha possui características próprias tais como: profunda ligação com o lar e dedicação a família; relacionamento do saber individual (família) e o social (comunidade); forte presença na agricultura, principalmente familiar. Esta possui uma significação do lugar em que vive e interage, construindo formas de participação no âmbito familiar e comunitário. Nos estudos desenvolvidos, a participação da mulher é analisada, sobretudo, do ponto de vista das atividades sócio-comunitária. Desse modo, o debate passa da percepção da mulher em si para as relações socialmente produzidas - *determinadas entre homens e mulheres* (CHAVES, 1997).

Na perspectiva posta por Torres (2007), nas comunidades ribeirinhas a mulher, no âmbito produtivo, é vista apenas como um apêndice, ou seja, o trabalho desenvolvido por esta se constitui apenas em ajuda para o marido e à família, não sendo reconhecido socialmente. Esta concepção do trabalho da mulher ribeirinha também é abordada por Maués (1993), a qual afirma que “Em todas as esferas de atuação, tais como a domésticas, a econômica, a religiosa, a política e a ritual, a posição mais importante, de direção podemos dizer assim, cabe sempre ao homem. A mulher surge como elemento de apoio, necessário, mas que parece não contar muito, no cômputo geral de participação dos dois sexos. Essa atuação feminina resume-se, então, à prestação de serviços, em que ela não visa a si própria, mas age totalmente em função dos outros” (p.21).

No interior das comunidades estudadas, foi observado que a tradição oral faz parte da cultura e se constitui como ferramenta primordial, contribui para renovação e transmissão de conhecimentos através de diversas formas de manifestações artísticas, sob o manto dos determinantes ontológicos e cosmológicos construídos historicamente pelos atores sociais em suas práticas comunitárias, (re)apropriadas e (re)construídas com a manutenção de significados ou com (re)significações. Na leitura desenvolvida por Diegues (1996), um dos elementos culturais e de organização sócio-cultural que podem, até certo ponto, caracterizar as populações tradicionais é o conhecimento aprofundado da natureza, a partir das interações sociedade-natureza, transmitidas de geração em geração por via oral.

Em seus relatos, os ribeirinhos fazem referências aos ancestrais ao afirmarem que: “Eu aprendi sobre plantas porque tinha umas pessoas passadas [...]” (Sra. Mer.). Nestas comunidades, a transmissão entre gerações e a (re)produção dos conhecimentos se constitui como elemento central para preservação e manutenção dos saberes e da cultura local. Parafraseando Connerton (*apud* FRAXE, 2004, p. 33), pode-se afirmar que a memória expressa pelas populações ribeirinhas, em geral, é utilizada para ratificar sua experiência do presente, sendo que esta depende em grande medida do conhecimento do passado.

A forma de aprendizado do conhecimento das populações ribeirinhas de Mucajá e Ebenézer é resultante, também, do aprender observando, fazendo, usando, interagindo e reproduzindo as práticas apreendidas dos mais antigos a partir do acompanhamento. Vale ressaltar que esta forma de reprodução de conhecimentos, a partir da observação, não acontece de forma mecânica ou reiterativa, mas no processo de reprodução são realizadas (re)criações pelas relações estabelecidas pelos agentes sociais entre si e com a natureza. De acordo com os informantes da pesquisa, os filhos aprendem observando processos de preparo dos medicamentos: [...] os filhos me veem fazendo remédio ficam perto de mim (Sra. Mer.); [...] vi a minha mãe fazer né [...] chamava pra mim fazer e aprender eu ficava vendo prestando atenção (Sr. E., 2008); [...] eu ensino pros meus filhos quando eu to fazendo assim [...] (Sra. J., 2008).

Os conhecimentos provêm do aprendizado e da experimentação, desenvolvidos e/ou transmitidos por meio das interações locais, nos quais o processo de (re)produção é permeado por valores sócio-culturais e são provenientes do aprender utilizando os sentidos (ver, ouvir, falar e experimentar). Esta modalidade de conhecimento tradicional é reconhecida pela CDB no Art. 8 (j), no qual este é conceituado como “[...] conhecimentos, *inovações e práticas das comunidades locais* e populações indígenas com estilos de vida tradicionais.” Nestas

comunidades, os conhecimentos norteiam, em certo sentido, as práticas desenvolvidas pelos seus agentes sociais.

Nos depoimentos dos ribeirinhos, um fator relevante identificado no estudo é a utilização da observação como técnica, e enquanto habilidade de observar e reproduzir com incorporação de novos elementos e informações construídos a partir da observação realizada no cotidiano, no desenvolvimento das atividades práticas e coletivas, desenvolvidas no âmbito familiar e comunitário. Nas comunidades estudadas, a observação se constitui como uma das formas de apreender e reproduzir os conhecimentos, técnicas e habilidades dos mais antigos. Neste processo de (re)construção do aprendizado, crescem e modificam o que aprenderam com a mãe, tia, parentes próximos ou vizinhos, de acordo com a realidade local. Uma das entrevistadas afirma que

[...] quando eu estou vendo que as pessoas estão fazendo gosto sempre de estar ali prestando atenção, aquilo eu começo a gravar, aí eu vou experimentar fazer, vou e dá certo, e muitas vezes eu até já invento [...] Aí eu fico pensando [...] eu vou juntar a casca da manga, porque o caroço dela, a semente dela é boa pra fazer chá pra tosse de guariba, coqueluche.  
(Sra. Merc.)

Em estudos anteriores, Rodrigues (2007) aponta que em outras comunidades da região as relações estabelecidas com a natureza têm suas bases nos conhecimentos das gerações passadas e na observação. É a partir da junção desses elementos que os ribeirinhos (re)elaboram seus conhecimentos sobre a natureza e (re)constroem seus significados da floresta, das plantas e rios, os quais são expressos posteriormente através de suas atividades práticas.

Na leitura de Albagli (2005), uma das principais características deste tipo de conhecimento se encontra na dinâmica do próprio conhecimento, pois não se constitui em acervo estático. Neste caso, pode ser *definido menos por sua antiguidade e mais pelo processo social pelo qual é desenvolvido, compartilhado e utilizado* (p. 23). Nesta mesma linha de análise, Cunha (1989, p. 10) afirma que a cultura não está dada, mas se constitui enquanto algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados, desse modo é preciso identificar o caráter dinâmico presente na produção cultural, que é construída em um processo constante de reinvenção e incorporação de significados e valores sócio-históricos e culturais por estas populações.

Ao longo de suas trajetórias histórico-sociais, as populações ribeirinhas, que habitam as comunidades estudadas, têm instituído alterações significativas nas práticas e saberes

apreendidos dos povos indígenas. Contudo, pode-se perceber um padrão no interior das organizações, fruto da herança viva desses povos. São relações recíprocas que ao mesmo tempo em que se modificam, alteram padrões estabelecidos, mantêm traços culturais peculiares à população nativa da região.

Tomando como referência está linha de análise, consoante aos dados da pesquisa, é possível afirmar que em Mucajá e Ebenézer os conhecimentos não são estáticos, mas dinâmicos, fruto dos saberes herdados por várias gerações, sendo este aliado à capacidade interpretativa e criativa dos ribeirinhos, a partir dos quais desenvolvem seus saberes, suas tecnologias sociais e sua práxis adaptadas ao *locus* de vivência.

Importa destacar que esta forma de conhecimento apresenta uma riqueza na utilização dos sentidos naturais, do falar, ouvir e observar, ao mesmo tempo em que expressa uma percepção e apropriação própria ao ambiente físico-social em que vivem e interagem. Este dado ratifica estudos<sup>54</sup> desenvolvidos na região, os quais afirmam que historicamente, as populações tradicionais da Amazônia vêm se reproduzindo em seus conhecimentos, práticas socioculturais nos diversos costumes, saberes e valores herdados das sociedades indígenas, ao mesmo tempo em que os redefinem e atualizam.

Nas comunidades investigadas, este aprendizado, fundamentado na tradição oral, não se restringe apenas em apreender conhecimentos dos antepassados, mas também se configura no compromisso de promover a difusão aos mais novos – filhos, netos, parentes próximos, membros da comunidade -, os saberes e habilidades apreendidos. Esta difusão pode ser percebida a partir dos relatos dos entrevistados, quando declaram que ensinam e/ou difundem os conhecimentos adquiridos. Neste caso, 100% dos entrevistados de Mucajá e Ebenézer afirmaram ensinar os filhos, membros da comunidade e outros que se interessem por seus conhecimentos, cultura ou modo de vida, como pode ser observado nos seguintes depoimentos:

[...] eu ensino as minhas filhas, eu já tenho visto fazer. Até esse meu filho que está aqui agora me disse: qualquer dia desses mamãe, eu mesmo vou experimentar fazer, eu sei fazer. (Sra. Mer.)

[...] eu também ensino os meus filhos. Ela diz mamãe eu tó com dor de estômago. Já vou fazer um chá pra ti ela sabe pra que serve graças à Deus é resolvido. (Sra. Mra.)

[...] eu ensino porque as pessoas da comunidade sempre vêm às vezes chamar agente para fazer o remédio. (Sra. J.)

---

<sup>54</sup> Cf. Chaves, 2004, 2001; Rodrigues, 2001; Souza, 1994.

Na perspectiva posta por alguns autores (DIEGUES, 1997; CHAVES, 2007), nas culturas e sociedades tradicionais é estabelecida uma relação estreita dos agentes sociais entre si, a partir das relações familiares de parentesco e compadrio, e com a natureza; relação essa que “constrói um *modo particular de vida*”, na qual os conhecimentos e práticas são preservados através do ensino e difusão, ao mesmo tempo em que (re)constroem e geram cultura. Nestas comunidades, a difusão e repasse dos conhecimentos regem e orientam as práticas, as quais são desenvolvidas em uma perspectiva sócio-histórica e de respeito à cultura.

Nas sociedades tradicionais, a difusão dos conhecimentos através da tradição oral assume importância central e serve *para expressar certas formas de convívio social, remetendo a memória longa* (CANCLINI *apud* FRAXE, 2004, p. 19-20). Neste tipo de sociedade, o ensino está pautado, em grande parte, nas necessidades materiais e sociais do grupo que compõe e forma a comunidade, tendo como base os elementos simbólicos inerentes à cultura local.

Os relatos das entrevistadas enfatizam o “ensinar” aos filhos e membros da comunidade, ao mesmo tempo em que expressam certa preocupação quanto à necessidade premente de difusão deste conhecimento, da mesma forma que aprenderam sobre as plantas, sua utilização, forma de manejo, se preocupam em ensinar aos filhos, para que este conhecimento continue sendo transmitido de geração em geração. Neste sentido, uma das entrevistadas afirma [...] eu ensino pros meus filhos quando eu to fazendo assim [...] e se você não passar pros seus filhos você morre e eles não sabem de nada (Sra. J., 2008).

A partir deste relato, é possível afirmar que na realidade das comunidades estudadas, diferente das áreas com estilo de vida urbano-industrial, o difundir e ensinar as gerações presentes significa garantir a permanência dos saberes, cultura, modo de vida para as próximas gerações. Assim, a difusão assume significativa relevância como mecanismo tradicional de proteção dos conhecimentos e modo de vida construída pelos ribeirinhos socialmente e historicamente.

Importante destacar que esta difusão dos conhecimentos, técnicas e habilidades apreendidas, especificamente no manejo de plantas medicinais, é realizada pelas mulheres. No contexto destas comunidades, as mulheres são as principais responsáveis por esta difusão, sendo que estas também adquiriram os conhecimentos com as mães, avós, tias e primas, conforme depoimentos apresentados. Em outras culturas e grupos sociais, como algumas etnias indígenas, este papel é desempenhado pelos pajés, caciques, sábios, rezadores, benzedeiros. Nas comunidades estudadas, as mulheres ribeirinhas desempenham função equivalente.

As mulheres, neste contexto, são as que ensinam e manejam os conhecimentos da medicina tradicional e da espiritualidade herdados dos sábios(as) que dominam as técnicas.

Elas são as detentoras do conhecimento e das técnicas de manejo das plantas nas comunidades, ensinam os filhos, parentes ou membros da comunidade.

A difusão acontece no âmbito da coletividade da família e da comunidade, mas apenas algumas mulheres, em pouco número, assumem posição central no processo de repasse e preservação dos conhecimentos e práticas desenvolvidas, exercendo papel de referência e relevância nestas comunidades. As mesmas são reconhecidas como portadoras de um saber diferenciado em relação aos demais membros da comunidade, cuja capacidade é apontada como “dom pessoal”, sendo este compreendido como dádiva divina obtida pelo membro do grupo que desenvolve habilidade no trato das plantas, e/ou “fê”, que corresponde à confiança daquele que usa.

Uma comunitária afirma que, quando não sabe como fazer o remédio, recorre às mulheres que na comunidade são reconhecidas como autoridades por conhecerem o segredo das plantas medicinais.

A partir da análise dos relatos nestas áreas, pode-se observar que a transmissão ou repasse do conhecimento não é realizado de forma mecânica ou simples, mas expressa elementos culturais próprios, específicos destas comunidades que diferenciam esta difusão e aprendizado, como o “dom pessoal” que aquelas mulheres afirmam possuir e através do qual o conhecimento é re-elaborado, pelo “dom” marcado pelo “segredo” que fundamentam a prática de preparo e uso dos remédios caseiros. Por essa razão, a difusão no âmbito da coletividade, seja da família ou da comunidade, não é para todos, mas para aqueles que têm o “dom” e a “fê”, em geral, considerados como elementos concedidos por Deus para usar em favor da comunidade. Em seus relatos as mulheres afirmam:

[...] porque têm pessoas que ainda não viu como eu preparo, eu faço sozinha, e é um segredo porque quando eu faço, eu faço sozinha mesmo, ninguém vê os movimentos que eu faço [...] cada uma tem o seu segredo [...]. (Merc.)

[...] eu tenho essa tia, que ela mexia com isso mesmo, é um dom que ela tinha, que ela tem até hoje, ela faz remédio mesmo, e os remédios que ela faz é certo mesmo [...] Eu tenho o mesmo dom (Merc.)

[...] é dom mesmo, é dom de Deus que a gente recebe, graças à Deus aqui nós temos com fartura essas plantas [...]. (Mera.)

Uma concepção importante entre as populações tradicionais é o da espiritualidade, enquanto afirmação de valores e expressão da diversidade de povos, raças e culturas. A espiritualidade, no contexto das populações tradicionais, é um princípio básico para manejar

os conhecimentos da medicina tradicional. Para estas populações, “se trata de um conhecimento, uma sabedoria, uma ciência que é a continuidade de muitos povos, de muitas gerações, porque, do contrário, muitos povos não existiriam mais”. (CUNHA & MANCHINERI, 2003, p. 178, 181).

Em Mucajá e Ebenézer, o “segredo”, o “dom” e a “fé” são elementos característicos daqueles que lidam com as plantas. Ao mesmo tempo, são considerados componentes essenciais no processo de produção dos remédios caseiros com plantas medicinais.

O conhecimento, nestas áreas, está relacionado ao sagrado, onde os efeitos estão muito mais relacionados à questão cósmica, à natureza, a uma visão de mundo diferenciado e que obedece a processos próprios de respeito ao ser humano considerando suas várias dimensões (material, social e espiritual)<sup>55</sup>. Desse modo, a difusão dos conhecimentos encontra-se pautada fortemente nas tradições, simbologias, mitos e rituais associados ao uso e manejo das plantas medicinais. Contudo, é importante considerar os determinantes objetivos que incidem sobre tais práticas como, por exemplo, as necessidades de saúde e a falta de acesso aos serviços de atendimentos médicos nestas comunidades, entre outras situações.

Observa-se assim, na perspectiva de totalidade dos conhecimentos tradicionais, que está presente, também, na difusão das habilidades e técnicas, as quais são repassadas por várias gerações e estão relacionadas à identidade sócio-cultural destas populações ribeirinhas. Este fator foi identificado no depoimento de uma das entrevistadas quando se refere ao guaraná:

[...] O guaraná realmente já está servindo de remédio [...] Se não tomar o guaraná a dor de cabeça vem [...] a gente toma de manhã e a noite antes de dormir, a tarde é o suco, né? A gente rala ele na língua do pirarucu [...]. Nós por isso que nós somos índios, rala na pedra, na cuiá, só é guaraná mesmo não tem nada de mistura, é o pó do guaraná coloca água e rala. Quando tem gente com alguma diarreia, dor de barriga a gente já toma isso como remédio [...]. Pode rala ele bem grosso e tomar sem açúcar (Sra. Merc.)

Este relato expressa conhecimentos sobre a planta, apresenta suas várias formas de utilização, como alimento e remédio, e relaciona tais domínios cognitivos à identidade indígena da autora.

A base das práticas e dos conhecimentos das populações ribeirinhas da Amazônia está ancorada na história e na cultura milenar das sociedades indígenas que habitam a região muito

---

<sup>55</sup> Cf. Cunha & Manchineri, 2003.

antes da chegada dos europeus no século XVI<sup>56</sup>. Alguns autores (CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2001; SOUZA, 1994) afirmam que estas sociedades eram e são adaptadas ao meio ambiente equatorial úmido, que lhe é peculiar.

As interações dos povos indígenas com a natureza asseguraram conhecimentos sobre os recursos naturais que, neste tempo de advento da biotecnologia, têm assumido caráter de grande relevância para o avanço da C&T no século XXI. Estes conhecimentos, de acordo com pesquisas desenvolvidas sobre o fruto do guaraná, na região Amazônica, pela Rede Genômica da Amazônia – REALGENE possibilitaram o sequenciamento do fruto do guaraná, planta que os indígenas domesticaram, usaram e usam no dia-a-dia deles. Conforme dados da pesquisa, o sequenciamento do fruto do guaraná só foi possível a partir de indicações tradicionais de uso e manejo da planta, com indicação de várias características. Sobre isto, o pesquisador afirma que

[...] nos últimos anos de seqüenciamento foram aparecendo artigos maravilhosos, mostrando a existência de DNA anti-transgênico, anti-câncer, que aumenta a memória (poder cognitivo). [...] Mas observe que tudo isso que está acontecendo mostra à maravilha que os indígenas fizeram, eles detectaram essas propriedades e foram melhorando, selecionando, tanto é que eles alteraram durante o processo de domesticação ate o número de cromossomos da planta, provavelmente para ficar mais resistente, mais produtiva. Então isso aí vale para a copaíba e, também, para uma série de outras coisas (NOGUEIRA, 2007).

As formas de uso e apropriação dos recursos naturais da região pelas populações ribeirinhas podem ser entendidas a partir dos elementos comuns mais compartilhados pelas populações indígenas locais, os conhecimentos e práticas sócio-culturais construídos e difundidos socialmente e historicamente com outros povos e culturas que chegam à Amazônia<sup>57</sup>, podendo esta ser chamada de *cultura da floresta tropical* (SOUZA, 1994).

Através do relato da informante de Mucajá, é possível visualizar uma autoidentificação que tem como base de sustentação a cultura indígena, por meio da qual se pode perceber uma adoção e adaptação no uso dos recursos locais pelos ribeirinhos, dos saberes e técnicas conforme suas necessidades. A autoidentificação de pertencimento a

---

<sup>56</sup> Cf. Capítulo III, p. 40.

<sup>57</sup> Os diversos ciclos de ocupação pelos quais passou a Amazônia, configuraram um processo de miscigenação entre os diferentes grupos sociais tradicionais e os migrantes que começaram a chegar no período de colonização da região, sobretudo, dos europeus. Em 1870, tem-se o registro do crescimento mais significativo em decorrência do primeiro ciclo da borracha, sendo estabilizado na última década do século. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939/1945) registra-se uma nova oscilação, mas em menor escala. Pode-se identificar duas tendências na composição da base populacional da região a partir da metade do século XX: há uma retomada de crescimento na década de 70 até meados dos anos 80, sendo que após este período, se registra uma estabilização (MORÁN, 1990; CHAVES, 1994; 2001).

determinado grupo social implica a aceitação dos valores e traços sócio-culturais (CUNHA, 1989).

Em consonância com o relato anterior, uma das lideranças na área de plantas medicinais entre as mulheres de Mucajá afirma que o saber sobre as plantas vem dos índios, eles ensinaram a pilar o guaraná, fazer e torrar farinha, como os índios do Marau<sup>58</sup> que eram os melhores. Há o reconhecimento da origem do conhecimento e do aprendizado com os índios, mas agora não só estes sabem fazer. Em seu depoimento afirma que “[...] quem preparava o bastão de guaraná bonito eram os índios hoje não, nós também fazemos, sabemos preparar, mas veio informação dos índios. [...]”. (Sra. Mera.)

Nas comunidades estudadas, os conhecimentos dos ribeirinhos não se restringem apenas aos princípios medicinais ativos encontrados nos recursos biológicos, mas, de acordo com relato dos entrevistados, neste processo de apreensão, adaptação e difusão dos conhecimentos e modo de vida, passam a ser detentores, também, das técnicas, dos conhecimentos, da “serventia”, ou seja, das utilidades que cada espécie possui e que aprenderam das gerações passadas e (re)constroem na dinâmica da vida cotidiana no presente.

O estudo, junto às mulheres que manejam as plantas medicinais, permitiu identificar que estas desenvolveram e desenvolvem, ainda, tecnologias apropriadas ao seu meio ambiente.

Os substratos e instrumentos utilizados para preparo do guaraná são obtidos pelo manejo dos recursos naturais locais, produzidos e adaptados à realidade comunitária por estes, dando visibilidade a uma capacidade criativa através da qual expressam seus saberes, suas tecnologias e sua práxis. Um exemplo que pode ser citado é o pilão, recipiente utilizado para pilar o guaraná torrado, produzido com madeira retirada da própria comunidade ou da floresta, de formato arredondado, acompanhado de um batedor. Outros instrumentos como a canoa, vara de pescar, armadilhas para caça e redes de pesca, também expressam as habilidades e conhecimentos herdados e desenvolvidos pelos ribeirinhos das comunidades investigadas. Estas habilidades, no manejo do guaraná, podem ser visualizadas na Figura 17.

---

<sup>58</sup> Terra Indígena Andirá-Marau foi demarcada em 1982 e homologada em 1986 com 788.528 hectares, nos municípios de Maués, Barreirinha, Parintins, Itaituba e Aveiro (AM e PA). Marau, em Maués, reúne 31 aldeias indígenas.



Figura 17: Processo de preparo do guaraná para consumo doméstico.  
FONTE: Pesquisa de campo, 2008.

No âmbito das comunidades estudadas, o conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer de cunho empírico, a respeito do mundo natural gerados no seio de um grupo que se diferencia em sua modalidade de organização da sociedade urbano-industrial. Neste caso, os saberes destes atores sociais destacam-se por seu amplo campo e variedade, os quais comportam: diversificadas técnicas de manejo de recursos naturais; diversificados conhecimentos sobre os diferentes ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas de plantas e árvores alimentícias e agrícolas de espécies diferenciadas, e as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas por estes (Diegues, 2000; Santilli, 2003).

Na análise desenvolvida por Chaves (1997; 2008), no contexto das populações ribeirinhas da Amazônia, a adaptação destas ao meio ecológico de alta complexidade realiza-se por intermédio dos conhecimentos acumulados sobre o território e pelas diferentes formas, através das quais o trabalho é realizado.

Nas práticas sócio-culturais dos ribeirinhos de Mucajá e Ebenézer, foram identificados vários elementos constitutivos das formas de aprendizado e difusão dos conhecimentos tradicionais associados, os quais podem ser visualizados, de maneira esquemática, na Figura 18.

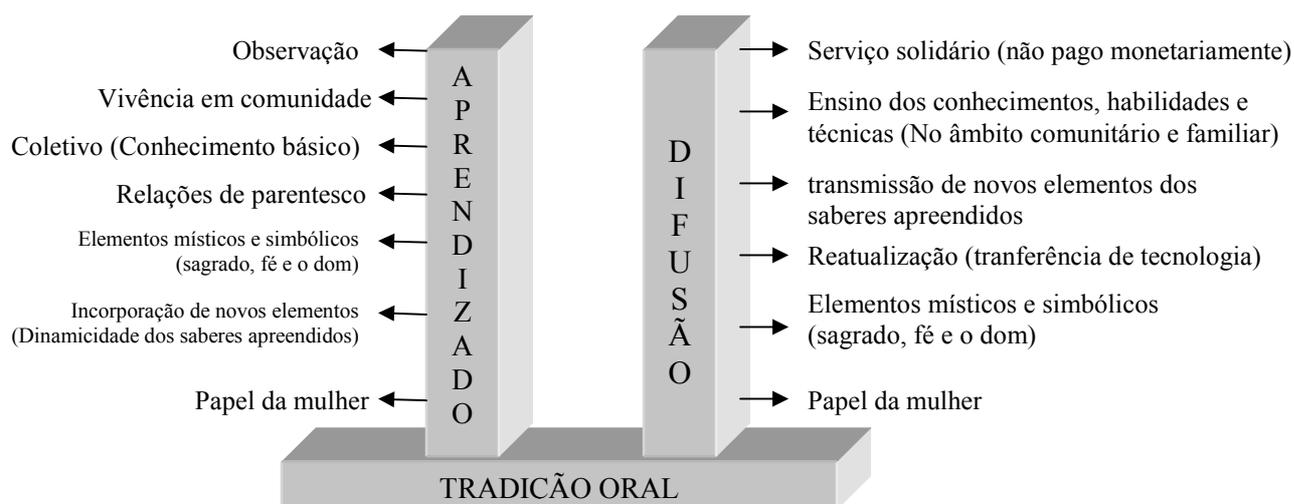


Figura 18: Esquema dos elementos sócio-culturais constitutivos das formas de aprendizado e difusão.  
 FONTE: Pesquisadora, 2009

É importante salientar que os elementos destacados na composição da figura (20) não se constituem enquanto elementos únicos constitutivos das formas de aprendizado e ensino, mas se destacaram na pesquisa como centrais nas práticas dos ribeirinhos das áreas estudadas.

Para identificar mecanismos tradicionais de proteção no modo particular de manejo dos recursos locais, no estudo das comunidades de Mucajá e Ebenézer, serão tomados como referências os conhecimentos e práticas desenvolvidas pelos ribeirinhos nas formas de cultivo e uso das plantas medicinais.

#### 4.1.2. *Cultivo e Uso* das plantas medicinais

No que concerne ao sistema de cultivo das plantas medicinais desenvolvido pelos ribeirinhos de Mucajá e Ebenézer, alguns fatores sobressaltaram-se na pesquisa, tais como: a identidade laboral dos atores sociais; a gestão do uso dos espaços; a divisão do trabalho nos grupos domésticos; e a relevância do papel das mulheres no cultivo das plantas.

Conforme dados da pesquisa, em Mucajá 82% (n=30) dos ribeirinhos se consideram agricultores e em Ebenézer 50% (n=3) agricultores e 17% (n=1) agricultor/pescador. Os informantes se autoidentificam como agricultores, mas desenvolvem práticas de caça, pesca e roça, bem como outras atividades que contribuem na subsistência do grupo doméstico<sup>59</sup>.

<sup>59</sup> Segundo Chaves (2004), o grupo doméstico compreende não apenas a família, os membros com laços consanguíneos, mas todos aqueles que partilham o espaço doméstico, o convívio comum, os laços de afetividade

Nesta realidade, o ribeirinho pode ser coletor de seringa ou de castanha, horticultor, canoieiro e pescador, normalmente subsistindo de várias ou algumas dessas atividades (MORÁN, 1990).

As populações ribeirinhas da Amazônia desenvolvem uma diversidade de atividades práticas que se apresentam de forma complexa, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos. Estas práticas asseguram a reprodução física, social e cultural do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo, sendo que estas práticas marcam o *modus vivendi* destas populações (CHAVES *et all.*, 2008).

O conjunto de atividades desenvolvidas por estas populações diz respeito à posição de afirmação enquanto grupo social. Neste caso, a identidade se constitui como um dos elementos importantes para estas populações, uma vez que esta evidencia: a) primeiramente, a sua origem sócio-cultural por meio da adoção e adaptação de saberes, e técnicas de acordo com seu contexto, necessidades e interesses; b) ao seu padrão complexo de organização da produção e de gestão dos recursos naturais que se diferenciam de um grupo para outro em termos de relações sociais de produção, processo técnico de desenvolvimento das atividades produtivas e de subsistência (CHAVES, 2001). Desse modo, pode-se perceber que as relações que estes ribeirinhos estabelecem entre si e com a natureza encontram-se mediadas pela cultura, por experiências acumuladas ao longo de gerações e pelos valores sociais e culturais construídos numa perspectiva sócio-histórica. (MORÁN, 1990, p.30), possíveis de serem percebidos nas formas de uso da plantas.

Tendo por base estas referências, em Mucajá e Ebenezer alguns fatores foram identificados no processo de formação e constituição da identidade dos sujeitos sociais. Um deles está ligado ao lidar com a terra. Na realidade destas comunidades, a agricultura não tem dependência exclusiva ao fator econômico, ou seja, nem sempre se caracteriza como atividade que gera maior renda para o grupo doméstico, mas está associada “à valorização de uma condição sócio-cultural, seu saber prático que prenuncia a transição nos elementos de identidade social” (CHAVES, 2004, p, 76).

Um outro fator importante, identificado também em outras pesquisas<sup>60</sup>, realizadas nas comunidades do estudo, está vinculado à busca desses sujeitos pelo acesso aos direitos

---

que surgem aliados aos esforços laborais que desenvolvem conjuntamente, formando o grupo doméstico-familiar.

<sup>60</sup> De acordo com Lira (2008), na comunidade de Mucajá 64% (n=23) e em Ebenézer 66% (n=04), do universo de sua pesquisa, não possuem nem um acesso a programas de Assistência Social. Cf. Chaves, 2001, 2004; Lima, 2008.

sociais. Tendo em vista que os comunitários na sua maioria só conseguem obter o direito à aposentadoria se estiverem associados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais na condição de agricultores. Portanto, esta é uma forma de comprovar o tipo de atividade laboral que desenvolve, para assegurar um direito social trabalhista que irá ajudar na subsistência do grupo doméstico. De acordo com o exposto, a autoidentificação como agricultores está vinculada, em certo sentido, à necessidade de garantia de direitos sociais.

Um destaque, também, na identificação dos informantes como agricultores é quanto ao gênero dos participantes do levantamento. Em Mucajá, do total (n=36) dos representantes dos grupos domésticos, participantes da pesquisa de campo, há um percentual expressivo de informantes do gênero feminino, correspondendo a 67% (n=24) em relação 33% (n=12) do gênero masculino. Nesta comunidade, o percentual elevado de mulheres participantes na pesquisa, justifica-se por serem elas que frequentemente encontravam-se nas casas, enquanto seus cônjuges realizavam atividades produtivas em áreas fora do perímetro da comunidade, em áreas de roçado ou na floresta.

Contudo, o fator que merece destaque neste dado da pesquisa está na autoidentificação das mulheres como agricultoras, mesmo realizando um variado leque de atividades de modo simultâneo, o que de certa forma caracteriza uma superposição de tarefas, ao mesmo tempo em que dificulta a visibilidade e valorização do seu trabalho<sup>61</sup>, estas se reconhecem, entre os muitos papéis que desenvolvem como mulheres agricultoras.

O papel das mulheres agricultoras nas comunidades estudadas se evidencia na prática do cultivo das plantas medicinais, o qual é realizado exclusivamente por elas. Neste caso, a identidade de agricultora está relacionada, também, à gestão do uso dos espaços e à divisão de trabalho nos grupos domésticos. Ambas as comunidades possuem hortas de plantas que são organizadas pelas mulheres.

Em Ebenézer, os ribeirinhos possuem uma horta (Ver Figuras 19 e 20) de plantas medicinais que pertence a comunidade e abastece a *Farmácia Comunitária*, com uma diversidade de plantas<sup>62</sup>. Na pesquisa, foram registradas, a partir dos relatos dos entrevistados, 68 plantas medicinais existentes e utilizadas pela comunidade. É importante destacar neste processo que o trabalho realizado com relação à horta comunitária e à organização da Farmácia, obedece a uma divisão local de trabalho, a qual é estabelecida e regida em estreita interação com o meio ambiente.

---

<sup>61</sup> Cf. Chaves, 2004.

<sup>62</sup>. Cf. Apêndice - Quadro Plantas Medicinais identificadas em Ebenézer Maués/AM

A Farmácia Comunitária é composta por espécies de plantas medicinais que servem para o tratamento de doenças hepáticas, câncer, cefaleia, diversos tipos de infecções, doenças dermatológicas, rejuvenescimento, entre outras. Na Amazônia, de acordo com estudo de Ribeiro (*apud* FRAXE, 2004), existe de 2.000 a 3.000 espécies de plantas reputadas como medicinais.



Figura 19: Horta de plantas medicinais da comunidade de Ebenézer  
FONTE: Banco de Dados Grupo Inter-Ação, 2006.



Figura 20: Mudanças de plantas medicinais para comercialização em Ebenézer  
FONTE: Grupo Inter-Ação, 2006

Na referida comunidade, a constituição da horta e posteriormente da Farmácia Comunitária está relacionada à fundação da comunidade, à forma como a comunidade foi constituída, formada a princípio por uma família extensa, agregando-se outras, posteriormente, que formam a comunidade com uma perspectiva de desenvolvimento, social e econômico, obedecendo a princípios tradicionais de sustentabilidade. Para concretização deste desenvolvimento, foram elaborados vários projetos objetivando o crescimento comunitário<sup>63</sup>. Vale enfatizar que todos os empreendimentos projetados visam, entre outros fatores, à melhoria das condições de vida dos comunitários.

Em Ebenézer, os comunitários procuram trabalhar com os recursos naturais disponíveis na comunidade e na área de entorno de maneira adaptada. Desse modo, de acordo com a perspectiva de desenvolvimento existente na comunidade, recorrendo às suas habilidades tradicionais, os comunitários começaram a trabalhar na montagem da horta de plantas medicinais, que assim caracterizam:

[...] Tem horta sim [...] Gerônia, que é o nome do remédio, tem também o Capim Santo, Dipirona, Anador, Babosa, Mangarataia, Escama de Pirarucu, Cebola Braba, Graviola, Amor Crescido, Trevo Roxo. Sr. E.

<sup>63</sup> Cf. Caracterização Comunidade de Ebenézer, capítulo III.

[...] a gente armazena assim, mas é no viveiro. A coleta é normal, a gente retira do próprio viveiro [...] que já tem (plantas) pra passar pra outro (viveiro). Sr. E.

Em Ebenézer, as plantas são identificadas e catalogadas pelo nome popular, seguidas das formas de uso e indicações, sendo realizado um controle do número de mudas existentes, identificação das espécies e organização da Farmácia Comunitária. Todas essas atividades são registradas e organizadas de modo sistemático em um caderno, que constam às indicações, formas de uso, modo de preparo, a partir dos conhecimentos dos ribeirinhos, constituindo, assim, um inventário comunitário das plantas e modo de uso. A própria comunidade produz os remédios com base nos conhecimentos sobre cada planta<sup>64</sup>. Sendo que, todas estas atividades são realizadas, majoritariamente, pelas mulheres da comunidade.

Na descrição dos ribeirinhos, é possível identificar que estes não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. A flora nativa é domesticada e manipulada. Neste caso, a diversidade biológica não é vista somente como recurso natural a ser explorado, mas sim como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado em uma complexa cosmologia (DIEGUES, 2000).

De acordo com a responsável pela horta, D. Flora, as plantas são utilizadas com diferentes finalidades para tratamento de saúde dos comunitários, através da produção de remédios caseiros como chá, infusões, xaropes, a partir da utilização de cascas, raízes, folhas e outras partes identificadas.

Algumas das plantas com princípios ativos medicinais relacionadas nos relatos feitos pelos comunitários no estudo, também são utilizadas como alimento. Nestas áreas, os ribeirinhos identificam as plantas comestíveis e crescem na alimentação diária da família. No contexto desta comunidade, as plantas são utilizadas, ainda, como alternativa para geração de renda, a partir da realização de venda (em pequena escala) das plantas, para os que visitam a comunidade nas festas, em outras comunidades e na sede do município, visando desenvolvimento sócio-econômico, numa perspectiva de sustentabilidade.

Conforme depoimento de um ribeirinho de Ebenézer, as plantas não são apenas para uso da própria comunidade, mas beneficiam “[...] pessoas que vêm de outras comunidades [...]” (Sr. E.). Na leitura deste ribeirinho, embora já ocorra comercialização ele entende que, a comunidade precisa organizar grupos de trabalho para vender as plantas no mercado, como

---

<sup>64</sup> Cf. Ferreira, 2006.

alternativa de subsistência para os membros dos grupos domésticos e da própria comunidade, isto porque já existe uma procura para compra das plantas.

Assim, as modalidades de organizações sociais desta comunidade, em suas singularidades, criam mecanismos e práticas que objetivam a construção de alternativas e soluções para atender suas necessidades básicas, a partir do uso e manejo dos recursos naturais disponíveis na comunidade e na área de entorno (CHAVES, 2001). É importante frisar, no entanto, que a utilização principal das plantas, nas comunidades estudadas, é como remédio para tratamento de doenças, com especificação da forma de utilização de plantas medicinais, sendo as outras formas de utilização secundária.

Importa destacar que para além da utilização medicinal, alimentícia e de geração de renda, a forma de organização social e de uso dos recursos disponíveis na referida comunidade é desenvolvida com diversificadas formas de aproveitamento e utilização de materiais e produtos locais, como: artesanato, farmácia comunitária, horta, criação de animais domésticos, entre outras.

Em Ebenézer, o cultivo e a produção das plantas medicinais são realizados pelos grupos domésticos e de modo artesanal. As atividades são desenvolvidas de modo coletivo, todos os membros do grupo doméstico e da comunidade se envolvem nas atividades, sendo que cada um dos membros assume um papel diferenciado (Figura 21). As principais atividades coletivas relacionadas por eles podem ser visualizadas na Tabela 05.

Modalidade de Atividade	Frequência	
	Fr. (a)	Fr. (%)
1. Roça	3	25
2. Festa religiosa	2	17
3. Pescaria	2	17
4. Reuniões	4	33
5. Limpeza da comunidade	1	8
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100</b>

Tabela 05: Modalidade das Atividades Coletivas em Ebenézer

FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

O cultivo de plantas medicinais de modo coletivo pode ser ratificado a partir de estudos (FERREIRA, 2006; SIMONETTI, 2004) realizados por pesquisadores e instituições, na referida comunidade, conforme Tabela 06.

Cultivo de plantas	Frequência	
	Fr. (a)	Fr. (%)
1. Individual	0	0
2. Coletivo	5	100
3. Ambos	0	0
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100</b>

Tabela 06: Forma de cultivo de plantas medicinais.  
 FONTE: SDS, 2006.

Na comunidade, as práticas desenvolvidas pelas populações ribeirinhas encontram-se interligadas ao sistema de valores, do significado cultural construído e impresso sobre os seus recursos, da lógica social e ecológica das suas práticas produtivas. Neste sentido, estas populações possuem uma capacidade de organização coletiva instituída a partir das práticas sócio-culturais, das relações sociais intercomunitárias e intracomunitárias, que assumem importância fundamental além do contexto local (CHAVES, 2001).

As práticas de manejo das plantas nas comunidades estudadas, estão pautadas na noção de território enquanto espaços comuns de uso coletivo. Neste caso, eles utilizam não só os espaços próximos às suas casas, mas também as áreas de floresta. Nesta comunidade, o cultivo coletivo de plantas medicinais acontece de forma tradicional, como é realizada nas atividades ligadas à agricultura, como plantio da mandioca e produção da farinha, através do *mutirão*, *puxirum*, *ajuri*, desenvolvido na maioria das comunidades tradicionais da região Amazônica. Dessa forma, quanto à singularidade as mulheres são as principais responsáveis pelo cultivo das plantas medicinais, as quais se reúnem para preparar a área, fazer as mudas e cuidar da horta comunitária.

Na área da comunidade de Ebenézer, efetua-se certa divisão entre homens e mulheres no acesso aos ambientes e no trato direto com as plantas. Foi observado que as áreas de floresta, dos igarapés e de outros ambientes que estão longe do contexto doméstico, constituem espaços principalmente ou exclusivamente masculino, onde ocorrem as atividades tidas como mais significativas para a economia do grupo, como caça, pesca, extrativismo, entre outros. No espaço doméstico, quintais, área das hortas e fruteiras, a principal responsável é a mulher, atuando em um espaço onde são realizadas as atividades consideradas de menor “importância”. Esta forma de visualização tem haver com o modo de vida das sociedades patriarcais, nas quais o homem é o responsável pelo sustento da família e tem suas atividades valorizadas.

No entanto, nas comunidades estudadas, as atividades desenvolvidas pelas mulheres são fundamentais para o andamento do grupo doméstico e membros da comunidade em momentos específicos, uma vez que estas atuam na produção de remédios caseiros para cura

de doenças, como parteiras, entre outras atividades relevantes. Desse modo, na leitura de Chaves (2004), os grupos domésticos dependem, em grande medida, das mulheres para sua subsistência material, social e cultural.

No manejo das plantas para o uso medicinal, em Ebenézer e Mucajá, os homens coletam cascas e raízes que se encontram nas áreas de florestas, quando solicitados pelas mulheres. Uma ribeirinha entrevistada afirma: *“Eu vejo quem vai caçar, entrar na floresta, e peço para trazer a casca do jotabá, a raiz do açai”*.

O trabalho dos homens está mais ligado ao serviço que exige maior dispêndio de força física, o qual envolve o plantio e a manutenção das plantas, como carregar água, construir o viveiro ou a horta de madeira e cercado com arame. Os homens não atuam na produção dos remédios, diretamente, nem são responsáveis pelo ensino dos filhos sobre as plantas. No âmbito das comunidades pesquisadas não são detentores, reconhecidamente legítimos, dos conhecimentos, e mesmo no processo de cultivo participam de modo indireto.

No contexto destas comunidades, as mulheres são as principais responsáveis pelo cultivo direto, cuidado, (re)produção e repasse dos conhecimentos, são as detentoras do saber e saber-fazer relacionado às plantas medicinais.

De acordo com relato dos entrevistados, o primeiro momento de cultivo das plantas é feito no viveiro próximo às casas, na própria comunidade, onde são feitas as mudas de plantas, posteriormente, as mesmas são levadas para área do roçado, para serem plantadas. Vale ressaltar que a área do roçado fica localizada fora da comunidade, como pode ser visualizada na figura 22.

Na área da comunidade de Ebenézer, foi possível identificar que os ribeirinhos demonstram conhecimento, não só das variadas formas de utilização das plantas com suas propriedades terapêuticas, como também são detentores das técnicas de utilização e manejo dos recursos locais, sobre os ciclos e períodos para melhor cultivo e reprodução destas, de acordo com relato do ribeirinho

[...] o período melhor de plantar é no inverno, período que começa no mês de dezembro até mês de junho que é o tempo que chove, é um bom tempo pra fazer as mudas [...] mas precisa também de cuidado [...] tem que ta sempre regando a planta, fazendo transferência vamos supor de uma filha nova, um filho novo [...] então tem que sempre ta mudando e adubando ela com adubo orgânico [...] coloca terra queimada, aquele lixo mesmo da terra que vai [...] a gente cava um buraco e planta então esse é um cuidado que a gente tem que ter com a planta. (Sr. E.)

O depoimento denota um conhecimento acumulado, específico sobre os ciclos naturais de cultivo e (re)produção das plantas, sobre os sistemas de manejo deste recurso, interagindo

sobre o meio em uma perspectiva de preservação e conservação das espécies existentes na comunidade. Tal prática indica, ainda, conhecimentos e habilidades quanto às formas de manejar a fertilidade do solo, através da utilização de adubo orgânico. Segundo Diegues (1996), o conhecimento tradicional vem sendo acumulado pelas populações tradicionais sobre os “ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, [...] sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies” (p. 69).

Ao tomar por base este entendimento, pode-se afirmar que nas comunidades investigadas, a vida dos ribeirinhos obedece, em certo sentido, aos ciclos da natureza, seja no tempo de fazer a coivara, preparar a terra, semear, capinar e esperar o tempo certo de colher. Desse modo, os ribeirinhos desenvolvem suas atividades em conformidade com os ciclos da natureza, como o aparecimento de uma lua em determinado período, a ocorrência de chuva, do sol forte, da seca, enchente, cheia e vazante dos rios ou de outros sinais interpretados como avisos, percebidos e decifrados pelos moradores da floresta.



Figura 21: Comunitário mostrando mudas de plantas no roçado prontas para plantio.  
FONTE: Pesquisa de campo, 2008.

Na comunidade de Ebenézer, um diferencial que merece destaque, identificado a partir da realização do estudo, é a forma de organização comunitária quanto ao uso e manejo dos recursos florísticos existentes na área. Nesta, o trabalho com plantas medicinais, através da horta e Farmácia comunitária, assume caráter de referência entre os ribeirinhos das comunidades próximas, bem como junto às autoridades públicas do Município de Maués, que se dirigem a Ebenézer para adquirir (comprar) e/ou realizar troca (intercâmbio) de plantas.

Na comunidade de Mucajá, de acordo com relato das mulheres entrevistadas, algumas famílias têm pequenas hortas de plantas medicinais, cultivam as plantas nos quintais<sup>65</sup> ou em áreas reservadas do roçado para este fim, utilizam também os recursos existentes na comunidade, os quais não se restringem às proximidades geográficas, mas às áreas de entorno da comunidade, ou seja, a mata e a floresta.

<sup>65</sup> Em alguns casos plantam em “jirau” (ver figura 23).

O cultivo das plantas nesta comunidade é realizado, em grande parte, pelas mulheres que pertencem à União de Mães de Mucajá<sup>66</sup>. Atualmente, a organização conta com a participação de 35 mulheres da própria comunidade. Deste grupo, algumas atuam diretamente no cultivo de plantas e produção de remédios caseiros e assumem papel de grande relevância na dinâmica sócio-comunitário, principalmente no tratamento da saúde dos membros da comunidade. As mulheres entrevistadas afirmam não ter horta, mas se referem à produção de plantas medicinais em grandes áreas. Contudo, mostram nos quintais as espécies existentes. No relato das mulheres da comunidade, este fator se evidencia:

[...] eu não tenho horta não [...] a gente faz esse remédio caseiro, mas é pegando remédio de casca de pau, assim do mato, né? Então eu não tenho os remédios, a horta, que é a horta medicinal, eu não tenho não, eu pego esses materiais aí no mato, na casa do vizinho (Sra. Mer).

[...] eu também não tenho assim uma horta assim grande, eu tenho assim de cada uma planta, um pezinho [...] eu mesmo fui plantando já sabia dos conhecimentos plantando um pezinho eu pedia e já ia plantando (Sra. Mra).

Na referida comunidade, uma característica na forma de cultivo das plantas que se destaca, assim como em Ebenézer, é o fato das mulheres serem as principais responsáveis pelo plantio e reprodução das plantas medicinais, estas são as gestoras, além do trabalho doméstico com os filhos e maridos no roçado e da produção da farinha com os maridos, da área do quintal, atuam no cuidado dos animais domésticos de pequeno porte e das hortas de plantas e verduras para utilização doméstica e comunitária. Na leitura de Chaves (1994, p. 100), as mulheres ribeirinhas atuam “não apenas como reprodutora dos homens, mas também como produtora das condições de subsistência, sendo que o conjunto destas ações caracteriza sua atuação como reprodutora das relações sociais e culturais”. No caso das comunidades investigadas, as mulheres assumem o papel, ainda, de “guardiãs” das plantas e conhecimentos herdados das gerações anteriores.

Os comunitários reconhecem a importância e valorizam o grupo de mulheres da comunidade que fazem remédios caseiros, conhecem e fazem indicações das formas de uso e preparo das plantas. Conforme depoimento dos comunitários existem entre as mulheres da comunidade “[...], as mais experientes no trato dos remédios, porque muitas fazem remédios e

---

<sup>66</sup> Esta organização reúne as mulheres de Mucajá, que se organizaram, primeiramente, para produzir artesanato, a fim de ajudar na renda familiar. A UMM foi formada em março de 2005. (Banco de dados Grupo Inter-ação, 2004; 2008)

realizam partos [...]”. Afirmando que até mesmo o agente de saúde, quando não consegue resolver os problemas de saúde dos comunitários, solicita ajuda das mulheres que conhecem as plantas e os remédios. As mulheres da comunidade, neste cenário em específico, são reconhecidas por suas funções sociais comunitárias, sendo que estas podem ser de ordem oficial ou informal, espiritual ou mística, há uma valorização de seus saberes.

As mulheres assumem, também, papel de significativa relevância no tocante às formas de uso das plantas medicinais para produção dos remédios. Quanto às formas de uso das plantas, foi possível observar a constituição de elementos comuns nas práticas sócio-culturais dos agentes sociais, como o uso coletivo dos espaços e plantas; construção de sistema normativo para uso e manejo das mesmas; desenvolvimento de práticas de conservação dos recursos; identificação de propriedade terapêutica para uso das plantas; componentes simbólicos na produção dos remédios – sagrado/fé e relevância do papel das mulheres no uso das plantas.

No manejo das plantas medicinais, é importante destacar dois elementos presentes nas práticas dos ribeirinhos, um é o uso dos recursos de forma cooperativa, enquanto o manejo acontece de forma coletiva. No *manejo* coletivo, o trabalho é realizado por todos os membros da comunidade, e é desenvolvido de maneira conjunta. As atividades são realizadas no mesmo espaço por todo grupo. O *uso* de plantas e remédios caseiros produzidos na comunidade acontece de modo cooperativo e compartilhado, os recursos são distribuídos entre seus membros, de acordo com a necessidade de cada grupo. O *manejo* e uso, de forma cooperativa acontece a partir das relações estabelecidas entre os grupos domésticos e a comunidade. Estas relações são de grande importância para a constituição e consolidação das relações de ajuda no interior das comunidades. Nesta realidade, os vizinhos e parentes que possuem pequenas hortas ou plantas em seus quintais, disponibilizam, quando necessário, para família e comunidade. Como pode ser observado através dos depoimentos.



[...] eu pego o Hortelã Grande que tem aqui na casa do vizinho, [...] tem folha de Algodão Roxo, Hortelã [...]. Aqui a vizinha, ela tem o Trevo Roxo também, é uma folha [...] E o gergelim é na comunidade que tem e a gente pega. [...] Raiz de Açai, o Açai tem também aqui na comunidade, né? [...] eu pego esses materiais aí no mato, e na casa do vizinho. (Sra. J.)



[...] esse aqui é o Mastruz, esse que tem na casa do meu irmão. Esse é o Mastruz que eu faço o remédio. Lá no meu irmão tem uma fruteira (Sra. M.)

[...] Hortelã, Algodão Roxo, Trevo Roxo, e o Gergilim é na comunidade que tem e a gente pega, Raiz de Açai, o Açai tem também aqui na comunidade, né? OJenipapo tem no quintal do meu

Figura 22: Jirau plantas medicinais  
FONTE: Pesquisa de campo, 2007/2008.

irmão. E, eu pego a farinha que é torrada, queimada pra gente fazer, é isso que eu faço o remédio, sabe?

A prática de uso cooperativo na realidade ribeirinha está associada às práticas culturais, concernente à importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal, na qual há uma valorização das relações de parentesco e compadrio. De acordo com Castro (1997), as populações com estilo de vida tradicional possuem uma concepção comunal de uso da terra e dos recursos naturais. Assim, desenvolvem dessa maneira formas de uso e apropriação dos recursos naturais específicos, a partir dos saberes, conhecimentos e práticas apreendidas, em suas trajetórias, sobretudo pela interação entre muitos grupos domésticos, tendo os idosos como referência de sabedoria.

Nas comunidades estudadas, a forma de uso coletivo dos recursos faz parte de sua prática sócio-cultural. Em Mucajá 83% (n= 30) e em Ebenézer 100% dos informantes afirmaram desenvolver atividades coletivas, entre elas esta produção do guaraná, cultivo das plantas medicinais em horta e trabalhos no roçado.

Importa destacar que no cenário das comunidades investigadas, os ribeirinhos estabelecem uma gestão comunitária de uso e manejo das plantas, a qual acontece a partir das interações entre os mesmos, as famílias, a comunidade e a natureza. Sendo que esta utilização coletiva não acontece de forma aleatória, mas são estabelecidas regras e normas de acesso e de conduta para manejo e uso das plantas medicinais pelos ribeirinhos, a partir de suas interações e vivências comuns no mesmo contexto geográfico e sócio-histórico.

Esta forma de uso e manejo, em certo sentido, pode caracterizar a existência e construção de um “sistema normativo tradicional”, tendo em vista a elaboração, pela comunidade, de regras e normas internas para uso e acesso às plantas. Importante ressaltar que as normas e regras sociais são definidas pelo grupo, como sendo dinâmicas e sempre sujeitas à reavaliação constante.

Assim, na perspectiva destes ribeirinhos, para uma devida apropriação do espaço é imprescindível a regulamentação do acesso, que segundo Chaves (1994, p. 111) se apresenta através de princípios que são direcionados a partir de “elementos simbólicos e concretos cuja concepção tem origem no construto cultural e na organização social, constituindo formas próprias de relações entre os homens e a natureza”.

Na comunidade de Mucajá, os moradores podem usar folhas, cascas ou partes das plantas como “[...] casca de Caju, Sucuba, casca de Castanha, folha ou casca de Mangueira [...]” (Sra.

Mer. Sra. J.), existentes na comunidade ou no quintal dos vizinhos, mas não podem retirar algo destrutível à planta. Afirmam, ainda, que “[...] a casca de Jatobá, tem que também protegê-lo ele, porque se a gente for tirar tudo vai matar também a árvore, tem que cuidar das coisas que serve pra comunidade, dar valor [...]”. (Sra. Mer., 2008).

Nestas áreas, para além das regras estabelecidas no sistema de uso e manejo das plantas, o uso coletivo revela perspectiva de sustentabilidade presente nas falas e práticas dos ribeirinhos, conforme indicado no depoimento de uma das entrevistadas: “[...] acho que tem que proteger assim as árvores que serve, porque se você tirar assim pra matar, também vai perder [...]” (Sra. J.). Esta forma de uso e gestão dos recursos naturais, desenvolvida pelas populações ribeirinhas pode contribuir, significativamente, no processo de elaboração de mecanismos legais de proteção dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade.

No contexto desta comunidade, o estabelecimento de regras de uso e manejo dos recursos locais acontece de forma coletiva, com prevalência do respeito e de certo consenso, o que tem permitido uma melhor utilização dos recursos naturais, a partir do estabelecimento de códigos de conduta intragrupoais, presente na cultura local (GODARD, 2002). Esta forma de uso e manejo faz parte da cultura tradicional, assim, não se constitui apenas como um conjunto de comportamentos de uma sociedade (tradições, hábitos, usos, entre outros), “mas sim como um conjunto de mecanismos de controle, como planos, regras, instruções para se nortear a práxis dos agentes sociais, considerando-a como condição essencial para a existência e permanência destas sociedades” (GEERTZ, 1989, p.27).

Um fator relevante identificado nos relatos dos informantes diz respeito a preocupação dos ribeirinhos não se restringe à proteção dos conhecimentos, mas expressam um cuidado com o componente tangível da biodiversidade. Neste sentido, os recursos biológicos, também, se constituem enquanto foco das práticas de preservação e conservação dos ribeirinhos nestas comunidades. É interessante notar que na cultura destas não se faz separação/dissociação entre recurso genético e biológico, entre o material e o imaterial, haja vista que na forma de relação estabelecida com a natureza e da leitura feita da realidade, os recursos locais são considerados interdependentes, portanto necessários um ao outro. No estudo, a separação apresentada é somente para efeito didático.



Figura 23: Árvore Jatobá – *Hymenaea*.  
FONTE: Pesquisa de campo, 2008.

Esta preocupação com os recursos da biodiversidade, bem como para atendimento das necessidades das próximas gerações, pode ser identificada na fala e nas práticas destas populações, evidenciadas em outros estudos realizados na área. Tal preocupação pode ser observada na fala de uma comunitária:

A farmácia comunitária, ela não tem dado prejuízo para nossa floresta Amazônica. A gente tem utilizado as cascas da mata, mas só que a gente não vai acabar, a gente tira um pouco e deixa outro, ninguém pode pegar a madeira, o pau e tirar todas a cascas e matar a árvore, não. A gente tira controlado porque a gente sabe que mais tarde se a gente matar a gente vai ter prejuízo pra nós e pros nossos filhos, mais na frente, a gente pensa no futuro. F.A.S. (FERREIRA, 2006, p. 110)

Uma das características das comunidades ribeirinhas, que merece atenção, é justamente essa orientação para preservação dos recursos no presente visando o futuro, a qual se refere aos investimentos feitos para garantir que as próximas gerações tenham acesso às condições materiais para sua sobrevivência e reprodução, através das riquezas existentes na floresta. Vale salientar que a fala desta comunitária reflete no que está se discutindo em torno da questão ambiental, no plano internacional, nacional e mesmo local, referindo-se ao manejo e uso dos recursos naturais com base na sustentabilidade. (Ver Box 04)

A perspectiva de proteção das plantas, desenvolvida pelos ribeirinhos, pode ser visualizada, ainda, na forma como retiram partes da planta para utilização na produção de remédios. No momento da entrevista, informantes demonstram como fazem a retirada das plantas ou de parte delas e quais os instrumentos de trabalho utilizados neste processo, os quais podem ser visualizados através da figura 24.



Figura 24: Comunitários retirando cascas e/ou plantas para fazer chá.  
FONTE: Pesquisa de campo, 2008.

Esta forma de interação com os recursos locais, com base na preservação, pode ser observada no que diz respeito aos instrumentos de trabalho utilizados para retirada de partes das plantas. Os ribeirinhos relatam:

[...] eu uso faca e terçado, porque tem que tirar a casca da Castanha que é dura, o Jatobá também é duro, a Manga também, a Sucuba também, tudo é duro, tudo tem que usar terçado.(Sra. Mer., 2008)

[...] pra tirar vai com a faquinha, só faz cortar e aí só tira a folhinha. (Sra. Mar., 2008)

Nas áreas das comunidades investigadas, a retirada das plantas é feita com utilização de tecnologias simples, adaptadas a realidade local, e de baixo impacto ao ambiente, como facas, terçados. Quando não há utilização dessas tecnologias, a retirada é feita com as mãos, como pode se perceber na fala de uma das entrevistadas: “[...] Para tirar a planta a gente pode tá arrancando com a mão, a muda é com terçado [...] pega e cava o pé da planta e tira” (Sr. E., 2008)

Este cuidado com os recursos biológicos (Ver box 4) está intimamente relacionado com às práticas tradicionais que contribuíram e contribuem para preservação das espécies, as quais apontam para o fato de que as formas de manejo dos recursos naturais, pelos ribeirinhos, assumem uma perspectiva de sustentabilidade das áreas trabalhadas por estes, na maioria das vezes de forma coletiva, uma vez que a comunidade, como um todo, utiliza os recursos disponíveis.

Neste sentido, a relação que estas populações estabelecem com a natureza, em geral, é pautada no respeito a sua própria dinâmica e ao ambiente em sua totalidade, uma vez que dependem, em grande medida, destes recursos para garantir sua subsistência nas várias dimensões, seja esta social ou material.

**Box 4****Recursos biológicos e sustentabilidade**

De acordo com a CDB, recurso biológico é tudo que está vivo ou faz parte de um ser vivo, diz respeito a “todos os seres vivos”. O Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade define diversidade biológica em termos de genes, espécies e ecossistemas. Para o referido instituto, a diversidade biológica é vulgarmente usada para descrever o número e a variedade dos organismos vivos. Numa perspectiva global, este termo pode ser considerado como sinônimo de "vida na terra", resultado de mais de 3 mil milhões de anos de evolução.

No contexto das discussões, em torno das questões e problemáticas ligadas ao meio ambiente, inserem-se os debates em torno da concepção de sustentabilidade. Neste cenário, a perspectiva de sustentabilidade, apresentada na contemporaneidade, está pautada no pensamento de Sachs (2002) que se dedicou em promover o que ficou conhecido como “estratégias de ecodesenvolvimento”. Esta seria concebida como uma nova abordagem do desenvolvimento, a partir da qual as estratégias pensadas teriam suas bases fundadas no “atendimento às necessidades fundamentais (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação de alimentos, água, condições sanitárias, saúde e decisões nas participações) das populações menos favorecidas, prioritariamente nos países em desenvolvimento, na adaptação das tecnologias e dos modos de vida às potencialidades e dificuldades específicas de cada ecozona, na valorização dos resíduos e na organização da exploração dos recursos renováveis pela concepção de sistemas cíclicos de produção, sistematizando os ciclos ecológicos”. (GODARD, 1997, p.111). Nesta linha de análise, Chaves (2004) afirma que a construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável deve abranger, ao mesmo tempo, fatores econômicos, sociais, culturais, políticos, tecnológicos e ecológicos, buscando uma integração entre estes vários fatores.

Com base nestas práticas, através do envolvimento dos ribeirinhos na conservação desses recursos, no contexto específico de sua inserção histórico-social (VARELLA, 2004), foi identificada, entre os entrevistados, uma forte preocupação com a manutenção das plantas medicinais e das árvores cujas cascas, folhas e frutos fornecem substrato para produção de chás, unguento, pomadas e xaropes. Este ponto pôde ser identificado nos depoimentos dos entrevistados que expressaram desejo de fazer hortas de plantas medicinais, a fim de garantir a reprodução destas na comunidade. Para tal, apontam como alternativa a construção e manutenção de viveiros como forma de manter e aumentar o número de plantas existentes.

[...] Olha na questão do primeiro passo é [...] pra que a gente possa manter um viveiro, ou criar um para fazer aumentar o volume de plantas (Sr. E., 2008)

[...] eu acho que nós gostaríamos de ter o apoio [...] pra ajudar a gente pra poder fazer uma horta, assim porque a gente pra pegar uma muda de castanha, a gente tem que fazer uma mudinha, tudo tem que fazer uma muda. Fazer uma muda de Castanha, de Andiroba, até mesmo o Jutai. Que agente tivesse um recurso pra essas plantações, fazer uma área, assim, pra gente plantar. (Sra. Mer., 2008)

No processo de proteção e reprodução dos recursos da flora local, é possível perceber, a partir dos depoimentos, que as práticas tradicionais de cultivo não só conservam as espécies e ecossistemas como também contribuem para forjar mecanismos tradicionais de proteção no que concerne aos recursos e conhecimentos tradicionais. Neste caso, em ambas as comunidades, foi possível perceber que as populações ribeirinhas desenvolveram e desenvolvem práticas que, diferente das sociedades urbanas industriais, possibilitam proteção dos recursos biológicos manejando de forma sustentável os recursos florísticos.

Um fator inerente ao modo de uso dos recursos locais é a preocupação com a manutenção e reprodução das plantas, identificado no contexto das comunidades de Mucajá e Ebenézer. No interior destas áreas, as formas de uso, em uma perspectiva de compartilhamento, vêm permitindo uma melhor utilização dos recursos naturais locais e dos conhecimentos apreendidos. Este modo de agir dos ribeirinhos, com estabelecimento de códigos de conduta intragrúpicos, tem assegurado tanto os recursos materiais como os imateriais através da difusão dos conhecimentos, técnicas e práticas (DIEGUES, 1996). Nestas comunidades, o desenvolvimento das práticas coletivas é permeado por uma “consciência de grupo” presente entre os ribeirinhos, isto é, por um saber coletivo acumulado na memória social, apropriado por intermédio da cultura que rege as práticas cotidianas entre o grupo social.

Neste sentido, no contexto da cultura ribeirinha das comunidades estudadas, foi possível perceber, através dos relatos, mecanismos de proteção, controle, regras e estabelecimentos de instruções que norteiam a práxis dos comunitários, sendo esta condição essencial à existência das referidas áreas. De acordo com esta premissa, a gestão comunitária dos recursos locais desenvolvidos pelos ribeirinhos de Mucajá e Ebenézer carrega fortes traços culturais.

Tomando por base este entendimento, no que se refere às formas de uso das plantas medicinais, os ribeirinhos evidenciam também conhecimentos específicos sobre as propriedades terapêuticas das plantas, de acordo com relato de uma ribeirinha “[...] dor de estômago, aí eu já tenho Boldo em casa, aí eu tiro algumas folhas [...] vou fazer um chá” (Sra. Mera).

Segundo Castro (1997), os ribeirinhos da Amazônia são capazes de identificar, com grande riqueza de detalhes, as especificidades da flora distinguem uma série de processos complexos inerentes ao ecossistema da região.

Conforme relatos de uma informante, “o Boldo é muito ácido, logo que a gente tira da árvore, mas a gente coloca pra secar, pra pegar um sol, aí fica bem sequinho, mas só que ele é

amargo” (Sra. Mera). Outra informante identifica espécies de plantas não comuns, de pouco conhecimento público, como “[...] Euxi Liso, o Cajú-Açu, o Pau D’água, [...] o Uiri [...]. A comunitária relata, ainda: [...] pra vocês, elas são pouco conhecidas, mas pra nós, ela é muito conhecida, a gente conhece todas elas [...] e tem bastante” (Sra. Merc.). Importa salientar que estes dados são compatíveis com as informações dos estudos citados.

No que concerne ao uso das plantas medicinais, em Ebenézer e Mucajá, nos relatos que seguem, os ribeirinhos falam sobre os conhecimentos, indicações e forma de utilização mais frequentes das plantas aprendidas com familiares, antepassados e na comunidade.

[...] o que eu faço aqui só é mesmo o xarope, o xarope caseiro [...]. Eu pego a raiz de Urucu pra anemia, né? O Jenipapo também a gente coloca [...] Pego a farinha que é torrada, queimada, é isso que eu faço o remédio. A gente ferve tudo isso pra fazer só o xarope, é pra pneumonia, pra asma, anemia, isso é muito bom. [...] Ferve tudo, o Gergelim, o Mastruz, o Pinhão Branco, eu tiro o sumo. (Sra. Mer.)

[...]. esse também é o mesmo tempero pra anemia, é tempero que vai no xarope, junto, [...] Jatobá, casca de Caju, de Sucuba, casca de Castanha, ela também evita o derrame, o xarope que eu faço ele pra bem dizer é um coquetel, uma mistura. (Sra. Mer.)

[...] a raiz do Açaí é bom pra anemia, faz o chá [...] pra fazer o xarope, a gente ferve tudo, todas essas cascas, coloca tudo e ferve [...] uso 5 litros de água para ficar uma base de um litro e meio de xarope com um quilo de açúcar, ele tem que apurar [...] eu faço só do Jatobá. (Sra. Mra.)

[...] tem plantas pra várias formas, pra dor de cabeça, pode ser pro mau-olhado, moleza no corpo, então assim com febre, tipo quebranto né [...] o Anador também serve como analgésico, dores [...] Dipirona também serve pra calmante, pra evitar a dor também e o Capim Cheiroso ele tem várias coisas, serve pra remédio pra fazer o chá e serve pra xampu pro cabelo. A Escama de Pirarucu a gente faz [...] serve pra colocar na inflamação de olho [...] e serve também pra curar tumor também, [...] e a Mangarataia, Copaíba, serve pra tirar o frio [...] então essa aí é uma das formas de remédio [...] agora a Graviola ela serve pra um banho pra criança assim pra fazer a criança dormir, ficar calmo. (Sr. E.)

[...] remédio, algumas delas serve pra alimentação é o caso da Graviola e o Capim Cheiroso pra fazer chá pra tomar pode fazer pra tomar com tapioca e qualquer coisa ela pode servir pra alimentação. (Sra. F.)

[...] eu uso o Elixir Paregórico - planta, eu tenho [...] este é pra dor de estômago, é pra gases, aí a gente usa pra vômito, ele é muito bom [...] faz o chá da folha, [...] (Sra. J.)

[...] a gente tira a raiz do Urucu com a raiz do Açaí, do Jenipapo a fruta do Jenipapo ferve, pra anemia é muito bom. (Sra. J.)

A partir destes depoimentos, é possível perceber que, no âmbito da medicina tradicional, se faz presente a soma dos conhecimentos explicáveis ou não, utilizados para diagnóstico, prevenção e cura, os quais se encontram ancorados, unicamente, na experiência empírica e na observação, sendo transmitidos verbalmente de uma geração a outra. Nesta medicina tradicional, podem ser encontrados recursos naturais de origem vegetal, animal e mineral, assim como os conhecimentos sobre esses, os quais podem ser utilizados por uma etnia, nação ou povo na prevenção e cura dos problemas relacionados à saúde (Santos *et all.*, 2005, p. 138).

Estas populações integram conhecimentos, técnicas patrimoniais, habilidades, crenças, arte, moral, leis, hábitos e costumes, construídos historicamente/tempo, socialmente e no espaço/território, isto é, estes residem e desenvolvem-se em crenças, juízos de valores e práticas sócio-culturais comunitárias. De acordo com Santilli (2003), estes conhecimentos fazem parte do componente intangível da biodiversidade ou patrimônio imaterial, os quais têm sido apontados como relevantes para a sustentabilidade ambiental (SANTILLI, 2003; DIEGUES, 1996, 2000; CHAVES, 2001, 2004), por diversos estudos.

As singularidades presentes nas formas de uso das plantas com fins terapêuticos, para além dos recursos genéticos e biológicos, também se expressam nos relatos e práticas dos ribeirinhos, quando se referem ao “Sagrado”, o que é considerado místico e está presente como elemento de fundamental importância, de acordo com as ribeirinhas:

[...] o nosso remédio caseiro a gente faz com fé, pede força de Deus, é Ele quem indica e direciona a gente pra fazer os remédios [...] os comunitários tomam o remédio caseiro com fé (D. Carmem)

[...] um dia desses, eu mandei meu filho tirar planta, tu chega lá meu filho e tu diz assim: mãe árvore, eu vim pedir aqui um pedaço da sua casca pra levar pra minha mãe pra curar ela. Peça da mãe árvore, tire bem direitinho e não vai cortar a madeira, disse pra ele, ensinei bem como era pra ele fazer, peça dela [...] Quando eu vou pegar, eu tenho que conversar, porque a gente tem explicação [...] (Sra. Merci).

Os relatos das entrevistadas evidenciam que nestas comunidades as formas de relação com a natureza não estão dissociadas do sagrado, da percepção da existência de “vida” (espírito) na natureza, dos rituais sacros ou outras manifestações da vida e da sociabilidade grupal, responsáveis por maior ou menor integração das relações familiares e da comunidade entre si e com a natureza. É importante destacar que, estas manifestações referem-se a um determinado modo de ser e viver dos ribeirinhos na Amazônia, que coloca em destaque o uso dos recursos naturais – plantas medicinais - tomando como base o sagrado, atribuindo, de

certo modo, os efeitos terapêuticos ao sobrenatural, neste caso utilizam os remédios caseiros associados à fé. Este fato revela, ainda, o modo de vida integral das populações com estilo de vida tradicional, no qual se estabelecem interconexões entre os fatores objetivos de sobrevivência e de reprodução física (condições de saúde) e fatores materiais subjetivos e simbólicos, sócio-cultural, emocional-pessoal e espiritual com a natureza.

Desse modo, baseado no saber tradicional, na relação homem-natureza vivenciada pelos ribeirinhos, não são somente os fatores concretos, objetivos do processo de uso e manejo das plantas medicinais que importa, tendo a natureza como sujeito-objeto, mas, também, as elaborações subjetivas, as representações ideais simbólicas que de maneira interligada (re)definem tal relação.

Neste contexto, de acordo com Chaves (2001, 2004), pode-se afirmar que as múltiplas formas de manejo dos recursos locais pelas populações tradicionais amazônicas explicitam que “estas dão sustentação à reprodução dos grupos locais, ao mesmo tempo em que possibilitam a consolidação de princípios culturais de integração à natureza e formas apropriadas de manejo” (p.82), os quais reafirmam a perspectiva do sistema (re)produtivo como base da vida material e simbólica dos ribeirinhos de Mucajá e Ebenézer. Neste caso, pode-se afirmar que a reprodução acontece no nível material e imaterial, uma vez que tanto os recursos quanto os conhecimentos e práticas desenvolvidos por estes têm se perpetuado socialmente e historicamente.

A dialética de conservação e preservação dos conhecimentos, práticas, técnicas e plantas pode ser visualizada nas comunidades investigadas, através das atividades laborais e expressões que refletem a importância dos recursos biológicos para os ribeirinhos, os quais concebem, de forma interligada o mundo natural e a organização social. Nestas comunidades, os recursos naturais locais e o social não estão desconexos, mas interligados entre si.

Nas comunidades em questão, os relatos denotam o cuidado e a importância das plantas medicinais para suas vidas e para comunidade, as quais possuem não só valor de uso, mas também um valor simbólico. Nesta realidade, o material e o imaterial encontram-se estritamente conectados, conforme pode ser observado no relato dos entrevistados:

[...] Pra mim ela tem importância de muitas coisas. Porque ela nos alimenta. Ela nos dá uma sombra. [...] pra mim ela é de uma importância muito grande. (Sra. Mer., 2008)

[...] a gente não deixa morrer as plantinhas porque serve de mais tanto para gente como para os vizinhos que precisam [...] pra mim essa

importância desse remédio é muito grande porque cuida da gente pra saúde [...] e por isso tem muita importância. (Sra. Mra., 2008)

[...] é porque as plantas servem pra muitas coisas, a importância delas é que elas servem pra gente [...] acho que tem que proteger assim as árvores que serve, porque se você tirar assim pra matar, também vai perder [...] (Sra. Jq., 2008)

[...] as plantas medicinais têm importância grande [...] a gente pode dizer assim, que não tem uma importância grande pra as pessoas de fora [...] nós tem que dar valor nela porque nós é que somos os donos delas [...] pra nós ela tem uma importância grande aqui porque a gente faz, o natural é natural, a gente faz o remédio você tá vendo o caso duma folha, uma semente que você ta vendo que é o natural [...] pra nós ela tem muito valor [...] é preciso só nós todos dar valor nas plantas medicinais que nós temos aqui na natureza. (Sr. E.)

[...] A importância das plantas pra mim é muito importante porque ela serve de remédio pra nós [...] a gente vai aí tira e faz e a gente fica bom [...] pra mim é muito importante essas plantas [...] tem muita importância pra mim e acho que assim para os outros também. (Sra. Fl.)

A partir das falas dos ribeirinhos, é possível observar que vários pontos são ressaltados, destacando a importância das plantas que servem como alimento, em alguns casos, para produção de remédios no combate às doenças e oferecem sombra e descanso no período do verão, entre outros. Para estes agentes sociais, o sentido de valor, neste caso, não se trata de valor de troca comercial, monetária, mas de uso no atendimento de necessidades sociais e culturais da família e da comunidade. Desse modo, com base no relato dos ribeirinhos, é possível afirmar que a percepção social do ambiente, construída e vivida por estes, tem a ver com juízos de valor e crenças, no dizer de Godelier (*apud* Diegues, 2002, p. 63). Para estas populações, a natureza assume dimensões imaginárias e simbólicas.

Tomando como referência a discussão desenvolvida quanto às formas de cultivo e uso das plantas medicinais, nas comunidades de Mucajá e Ebenézer, pode-se inferir que estas são permeadas por elementos sócio-culturais particulares, como pode ser visualizado, de modo esquemático, na figura 25.

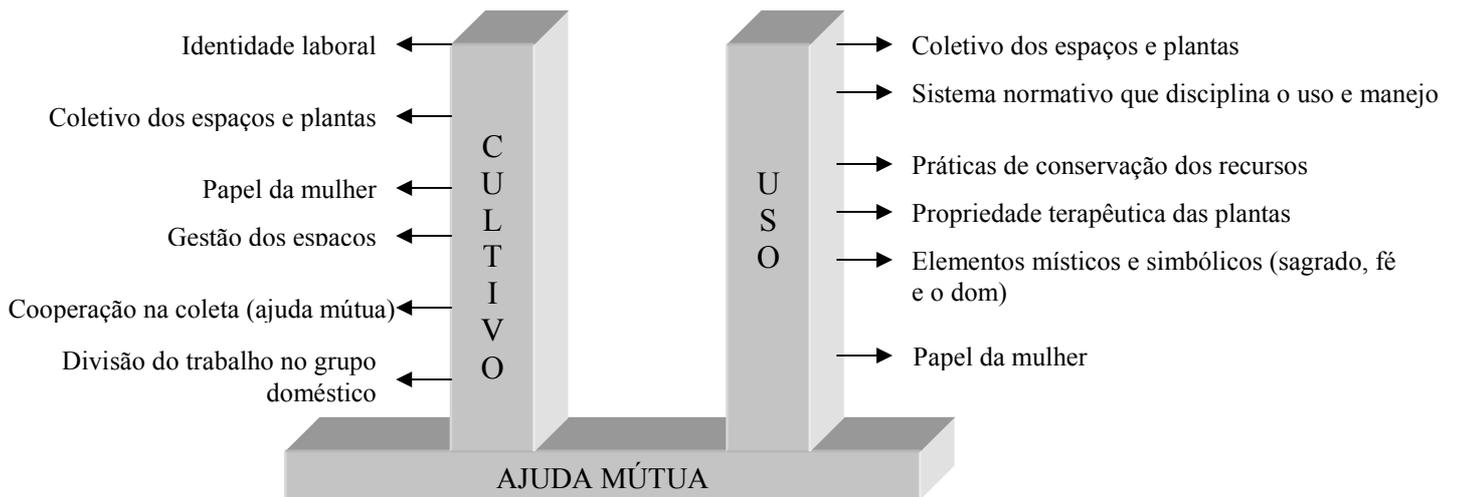


Figura 25: Esquema dos elementos sócio-culturais constitutivos das formas de cultivo e uso.  
 FONTE: Pesquisadora, 2009

No que diz respeito às formas de cultivo e uso das plantas, a base para realização destas atividades é o caráter de ajuda mútua presente nas áreas estudadas, enquanto um dos elementos norteadores da vivência familiar e comunitária.

Nas práticas sócio-culturais dos ribeirinhos de Mucajá e Ebenézer, foi possível identificar, ainda, a constituição de um sistema particular de troca de saberes e recursos naturais locais que será abordado no próximo tópico.

#### 4.1.3 Sistema de *Trocas* de saberes (intercâmbio) e recursos naturais

Nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, o sistema de trocas faz parte de um complexo mecanismo para suprir necessidades de subsistência, ao mesmo tempo em que se configura enquanto prática sócio-cultural de ajuda mútua entre os ribeirinhos nas diversas questões que envolvem a vida familiar e comunitária, como trabalho, saúde, lazer, entre outros. Em determinadas áreas da região, uma das principais formas de comercialização dos produtos coletados ou produzidos é a troca de produtos por mercadoria junto aos regatões e patrões, sendo que os ribeirinhos realizam também a venda direta nas feiras e a troca entre vizinhos (CHAVES, 2004).

Nestas comunidades, percebe-se que o sistema de produção obedece a uma lógica implícita própria, na qual uma parte da produção da comunidade atende às suas necessidades de subsistência, outra parte é comercializada na sede do município ou em Manaus, e o montante de produtos que o grupo doméstico produz ou coleta, além de suas necessidades de consumo, são destinados para troca com outros grupos domésticos da própria comunidade, ou

ainda, com comunidades vizinhas, para suprir parte de suas necessidades. Vale salientar que este sistema de troca, entre produtos e/ou serviços, torna-se possível pelas formas de relações sociais estabelecidas entre os ribeirinhos e com a natureza, ao mesmo tempo em que dispõem de uma relativa variedade de modalidade de manejo dos recursos naturais existentes nas comunidades (CHAVES, 1994).

No referido sistema de trocas entre grupos domésticos de algumas comunidades ribeirinhas na Amazônia, uma característica comum e que se destaca, é ausência, na maioria das vezes, de trocas monetárias (regidas pelo pagamento e/ou compra com moeda corrente).

No interior destas comunidades, são construídas relações sócio-culturais de dependência não-econômicas como as relações de compadrio e vizinhança. Estas relações assumem, segundo Chaves (2004, p, 75), “sentido de complexos códigos sociais como as trocas simbólicas via alianças entre os grupos e no próprio processo de formação do modelo comunitário no qual ‘a união faz a força’, como fortes condicionantes de conduta geral dos atores”. Neste caso, o pagamento pode ser efetuado de imediato ou em prazo acordado entre as partes, o qual pode ser feito em forma de produto ou serviço.

Um dado que se destaca no estudo realizado nas comunidades de Mucajá e Ebenézer, é que para além das formas tradicionais do sistema de troca realizado na região, os ribeirinhos desenvolveram um sistema de intercâmbio de saberes e recursos naturais que vige entre grupos domésticos e comunidades vizinhas.

Nestas comunidades, em particular, observou-se que a existência deste sistema bem estruturado de trocas de plantas, saberes/conhecimentos, remédios caseiros, técnicas, modos de preparo, se configura no interior destas comunidades como uma das formas de preservação e manutenção dos saberes e dos recursos naturais existentes nestas áreas, garantindo assim a preservação dos recursos biológicos e dos saberes apreendidos. Nesta realidade, a troca de saberes e recursos não significa a perda destes, mas, para estes ribeirinhos, assume o caráter de compartilhar para ajudar e apreender novos saberes. Estes fatores foram observados nos relatos das entrevistadas.

[...] eu passo conhecimento [...] para algumas das colegas, passo também para alguém que já tenha essa experiência, a gente sempre conversa e fala eu faço de tal folha, eu tenho a folha [...] eu tenho também. [...] a gente troca com outra (vizinha/comunitária) plantinha que a gente não tem. Sra. Mera.

[...] a gente conversa, aí traz o galho de uma planta, aí me dá uma planta que eu te dou outra planta, e a gente faz essa troca. [...] em Ebenézer tinha

muito cantiga de mulata, só que morreu, mas eu disse eu tenho uns pezinhos lá no meu canteiro. Mas, eu tenho um planta, ela disse, que eu tenho certeza que aqui ainda não tem, aí ela falou o nome da planta, então eu disse, traz a plantinha de lá que quando você for eu já te dou, aí foi assim, e ela já levou da daqui e trouxe de lá pra mim, aí a gente fez uma troca [...].

[...] uma mulher perguntou de mim se eu conhecia o Euxi liso, o Cajú-Açu, o Pau D'água, [...] aí ela pediu pra mim, que era pra eu mandar pra ela que ela queria fazer um remédio pra inflamação. [...] como eu tinha, eu mandei pra ela [...]. Eu ensinei pra ela como era pra ela fazer, aí eu mandei a pitanga, eu mandei o Caju-Açu, eu mandei o Euxi Liso, [...] mandei o Uiri. Ensinei tudo como era pra ela fazer [...]. (Sra. Merc)

De acordo com estudos (CHAVES, 2001, 2007; SILVA, 2007; SIMONETTI, 2004) desenvolvidos na região, as populações ribeirinhas desenvolvem as bases que alicerçam as práticas de auxílio recíproco, elaborando mecanismos para concretização de práticas comunitárias de ajuda por intermédio de redes de solidariedade e de cooperação entre os comunitários através das trocas. Os referidos autores ressaltam, ainda, que estas redes de solidariedade e ajuda são pensadas e realizadas de acordo com o modo de uso e manejo dos recursos locais disponíveis na comunidade.

É importante salientar que na realidade das comunidades estudadas, a base deste sistema de trocas é a ajuda mútua. Neste contexto, em específico, a troca visa, principalmente, o auxílio aos familiares e comunitários que necessitem de ajuda, sobretudo no que se refere à saúde. Neste caso, um dos componentes essenciais no sistema de troca realizado nestas áreas sinaliza para importância sócio-cultural da ajuda mútua que faz parte do *modus vivendi* destas populações ribeirinhas.

Em Mucajá e Ebenézer, segundo relato dos ribeirinhos, quando há um caso de doença grave, todos trabalham em cooperação para ajudar, sendo que estes podem ser ou não membros da comunidade. Todos que chegam à comunidade são ajudados, de acordo com a fala de uma ribeirinha, quando adocece uma pessoa, outros avisam e pedem para que ajudem, vários moradores se reúnem para ajudar, desse modo “se juntam pra fazer aquele remédio, chá [...] a gente quer saber de salvar, de ajudar [...]” (Sra. J., 2008). No contexto destas comunidades, os agentes sociais, responsáveis por este sistema de ajuda e troca são as mulheres.

É importante notar, contudo, que ao mesmo tempo em que as práticas sócio-culturais, vivenciadas pelos ribeirinhos de Mucajá e Ebenézer, no uso e manejo das plantas medicinais têm garantido a preservação dos recursos biológicos, conhecimentos, técnicas e práticas tradicionais, por várias gerações, desenvolvidas e repassadas pelas populações tradicionais da região, esse

sistema de proteção tradicional apresenta lacunas, uma vez que os conhecimentos também são repassados para pessoas de fora da comunidade, de outros Estados, países ou membros da família que não vivem na comunidade. Quando questionados sobre o repasse de conhecimentos e plantas para pessoas externas à comunidade, os ribeirinhos afirmam que quando chega alguém de fora da comunidade concedem informações sobre as plantas e modos de utilização e em alguns casos fornecem mudas das plantas.

No momento da entrevista, alguns moradores da comunidade são identificados como os que vendem plantas fora da comunidade, mas ressaltam que esta venda é para ajudar na subsistência do grupo doméstico. Esta informação pode ser observada na fala das ribeirinhas:

[...] o Sr. Chag. ele sempre [...] levou muita casca de pau pra vender. Ele tinha encomenda lá em Maués. Ele levava Cajuá-Açu, Casca de Euxi-Liso, Caracura é um Cipó, Muratã, Caferana, Morototó, tudo isso ele levava pra vender, mais era só ele que fazia.(Sra. Merc.)

[...] quem leva casca de pau que vende muito é seu Chag. [...] vende lá em Maués, casca de Carapanaúba, de Mururê de Jabobá [...] tira aqueles fechos de Saracura, ele tem um pau na mata que chamam Chichuá, é muito difícil, aí o pessoal acharam lá, aí eles foram tirar a casca, ele é muito bom pra anemia, coloca na água fica igual um suco de morango. (Sra. Joaq.)

Moradores da comunidade do Mucajá relatam<sup>67</sup> acontecimentos de retiradas de semente de guaraná da comunidade para outras localidades e Estados do Brasil. De acordo com depoimento de um comunitário, na sua adolescência seu pai transportou de barco cerca de 200 (duzentas) mudas de guaraná para a região do Pará, em que foram plantadas com sucesso, porém, após a primeira colheita do fruto, a plantação não resistiu às mudanças, principalmente de solo, causando perda total do plantio. Afirma, ainda, que outras pessoas das diversas regiões do país que passaram na época do apogeu dos garimpos e da seringa por Maués, também levaram mudas de guaraná, o que veio a causar a proliferação da espécie em outros estados brasileiros, como é o caso da Bahia, por exemplo. Na ocasião, discorrem sobre o caso de estrangeiros que visitaram a comunidade e levaram plantas e conhecimentos sobre uso destas. Este fato pode ser observado no relato de uma das entrevistadas:

[...] quem levou foi esse pessoal que eu tô falando dos americanos, que eles vieram, ai eles levaram muita coisa daqui. Eles levaram plantinha de tudo, tiraram foto. Dia que nós fomos lá no mato, aí eles tiraram do Ananás, dos Ananazinho, daqueles Ananás-Urana, e eles tiraram de umas

---

<sup>67</sup> Relatos registrados a partir da aplicação da técnica “História Criativa”, aliada às técnicas de Caderno de Campo e Observação Participante (Pesquisa de campo, fevereiro de 2008).

samambaia [...] ela pegou pra ela levar pro laboratório. Ela não falava nada, essa que ia tirando as fotos. Elas perguntavam pra mim, pra moça, ai eu contava pra ela o que era, ai ela passava pra outra, que só ia tirando foto. Eles não compraram [...] a gente ia contava e eles iam pegando, de cada um eles pegavam pra levar, pra fazer essa amostra pra lá [...].

Os relatos revelam que há certa dificuldade em restringir o acesso às plantas e ao conhecimento de pessoas externas à comunidade, o saber e o saber-fazer desenvolvido no âmbito dos grupos domésticos e da comunidade. Um dado relevante que pode ser identificado a partir do depoimento é quanto aos espaços que formam a comunidade, ao mesmo tempo em que são partes da natureza, estão sob a observação de um grupo social que coordena, entre seus membros, o acesso aos recursos aí existentes, a partir de fundamentos estabelecidos nas relações sociais do grupo (CHAVES, 1994). Neste cenário, os mecanismos legais de proteção em vigor merecem destaque nesta discussão, uma vez que estes também não conseguem assegurar efetivamente, a proteção dos conhecimentos tradicionais *in loco*.

Diante desta questão, destacam-se a urgência e a relevância no processo de construção e implementação de propostas viáveis de proteção dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade na Amazônia, tema que será abordado no próximo capítulo.

# CAPÍTULO V

---

## SUBSÍDIOS PARA CONSTRUÇÃO DE MECANISMOS DE PROTEÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

Nossas ações comuns devem proteger o conhecimento, o acesso a biodiversidade e promover o seu uso sustentável, envolvendo as comunidades locais. Além disso, é preciso garantir existência de um sistema justo e equitativo de repartição de benefícios, respeitando a autonomia dos países em relação aos seus recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados (Marina Silva, 2006)

No cenário atual, o centro dos debates e discussões em torno dos conhecimentos e práticas das populações tradicionais encontra-se centrado na relevância identificada nas formas de uso e manejo dos recursos naturais para preservação e conservação destes recursos. No entanto, o que se pode destacar, a partir dos resultados do *Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenézer e Mucajá em Maués/AM*, é que os ribeirinhos destas comunidades desenvolveram formas de preservação e conservação, não apenas dos recursos biológicos da biodiversidade, mas também dos conhecimentos, saberes e técnicas desenvolvidos pelas populações tradicionais, as quais ocupavam e ocupam a região Amazônica por várias gerações, desenvolvendo, neste processo, a incorporação de novos elementos aos saberes apreendidos, ao mesmo tempo em que mantêm a base dos conhecimentos tradicionais.

A partir da pesquisa realizada, nas comunidades ribeirinhas de Mucajá e Ebenézer, foi possível identificar a perspectiva histórica de construção do conhecimento que rege e orienta as práticas sócio-culturais dos ribeirinhos no manejo das plantas medicinais, ressaltando que nem os conhecimentos e práticas, nem os recursos são estáticos, mas ambos encontram-se inseridos tanto no determinado contexto sócio-histórico e cultural quanto em constante processo de construção e mudança.

Com base nestes saberes, os ribeirinhos destas comunidades denotam, em suas práticas, uma profunda adaptação ao meio ambiente, determinando estratégias diferenciadas de sobrevivência, com utilização de técnicas de preservação e administração dos recursos naturais a partir dos conhecimentos e práticas tradicionais, os quais são apropriados ao

ambiente e ao seu modo particular de vida. Os conhecimentos, no contexto destas comunidades, provêm do aprendizado e da experimentação desenvolvidos e transmitidos por meio das interações locais, nos quais o processo de (re)produção é permeado de valores sócio-culturais, é proveniente do aprender, utilizando os sentidos. Desse modo, pode-se afirmar que a gestão dos recursos naturais, nestas áreas, orienta-se não apenas por uma racionalidade formal e material, mas também por idealizações e valores marcados por representações simbólicas. A articulação entre racionalidade e idealidade resulta em formas particulares de organização sócio-cultural, com padrões próprios de representar, interpretar e agir sobre o meio natural (CASTRO, 1997; CHAVES, 2001, 2007; DIEGUES, 1996, 2000).

Através das práticas singulares de organização sócio-cultural no manejo de plantas medicinais, os ribeirinhos de Mucajá e Ebenézer têm construído e estabelecido mecanismos de proteção dos conhecimentos tradicionais apropriados e adaptados à realidade local, ou seja, estas populações, com base no seu *modus vivendi*, têm assegurado a existência e permanência dos conhecimentos e práticas por várias gerações, de manejo dos recursos naturais, através de sistemas tradicionais de proteção particulares, sendo estas práticas, técnicas e saberes desenvolvidas de forma coletiva pelos ribeirinhos.

Neste sentido, partindo da lógica que rege o modo de vida dos ribeirinhos nestas comunidades, contraposta à lógica das sociedades ocidentais urbano-industriais, a proteção dos conhecimentos e técnicas tradicionais no manejo das plantas medicinais vem sendo realizada e desenvolvida por meio de mecanismos próprios, sendo que a base desse sistema de proteção tradicional encontra-se pautada na *tradição oral*, que entre estas populações, se constitui como componente sociocultural de grande valor.

Nas comunidades de Mucajá e Ebenézer, foi possível identificar diversos elementos de natureza simbólica e material nas práticas sócio-culturais dos ribeirinhos no manejo dos recursos florísticos, utilizados principalmente com fins terapêuticos. O conhecimento sobre tais elementos gerou informações que assumem caráter relevante e que podem contribuir significativamente no processo de construção de mecanismos de proteção aos conhecimentos e práticas tradicionais.

Os elementos constituintes na organização sócio-cultural no manejo das plantas medicinais, desenvolvidos pelos ribeirinhos, podem ser visualizados no esquema analítico (Figura 26).

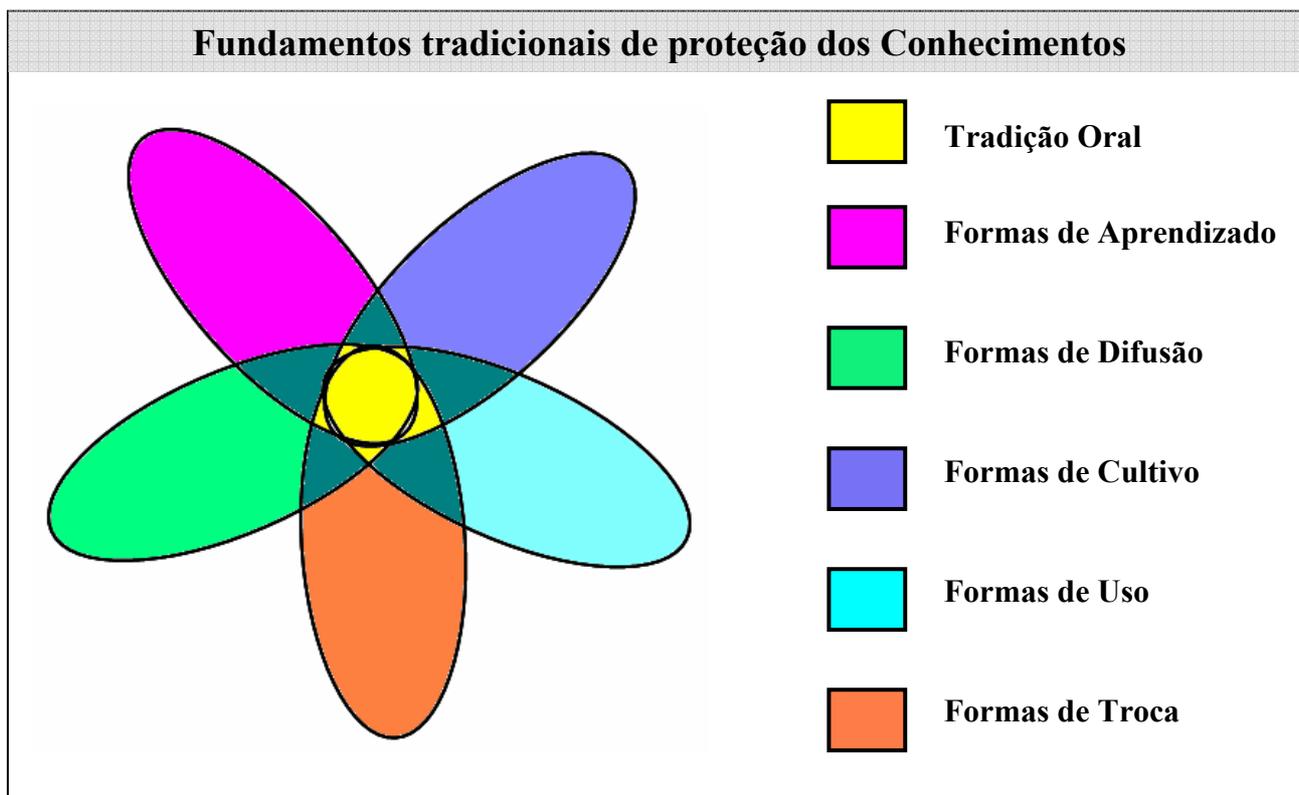


Figura 26: Esquema analítico dos fundamentos de proteção dos Conhecimentos Tradicionais.  
 FONTE: Pesquisadora, 2008

Vale ressaltar que esta forma de visualização dos fundamentos possui caráter didático, uma vez que estes se encontram interligados entre si, no modo de vida e nas práticas da vida diária das populações ribeirinhas, seja nas atribuições laborais de sentido à comunidade ou na organização sócio-política e cultural.

Estes fundamentos, identificados nas práticas sócio-culturais dos ribeirinhos no manejo de plantas, se constituem na forma tradicional de proteção dos conhecimentos, técnicas e modo de vida destes agentes sociais, entende-se, também, que a identificação de tais fundamentos pode contribuir no processo de discussão e construção de novos paradigmas sobre as formas de proteção dos conhecimentos associados ao uso da biodiversidade e da relação homem-natureza na contemporaneidade.

Faz-se necessário, entretanto, destacar que este entendimento não maximiza os conhecimentos e práticas das populações ribeirinhas, sendo, todavia, de fundamental importância, reconhecer que suas ações têm assegurado e expressado, através de suas práticas, saberes (re)elaborados por diversas gerações, construídos como respostas práticas e necessárias aos desafios encontrados no espaço físico-social em que estão inseridos. Neste contexto, historicamente, os conhecimentos e habilidades desenvolvidos e repassados para

membros do grupo doméstico ou da comunidade, pelos ribeirinhos apresentam-se como adequados e racionais no aproveitamento das plantas medicinais, bem como na manutenção do equilíbrio, fundamental à preservação do meio ambiente e, por conseguinte, dos próprios sujeitos sociais envolvidos. Assim, o manejo dos recursos florísticos desenvolvidos pelas comunidades estudadas assume caráter renovável, reprodutivo e de sustentabilidade a partir das interações destes sujeitos sociais com o meio ambiente.

Um fator relevante de ser abordado nesta forma de proteção tradicional, construída pelos ribeirinhos, é o caráter de coletividade e cooperação que perpassa os cinco fundamentos de proteção tradicionais identificados na pesquisa. Nas comunidades de Mucajá e Ebenézer, os códigos de conduta e as normas são estabelecidos em grupo, de modo coletivo pelos ribeirinhos, seja no âmbito do grupo doméstico ou da comunidade. Este fator se configura, nestas comunidades, como uma das formas relevantes de proteção dos conhecimentos e recursos locais, uma vez que assegura o repasse e a reprodução dos recursos a partir do estabelecimento das regras de uso e manejo.

No interior das comunidades estudadas, é relevante o caráter de troca/compartilhamento do conhecimento tradicional associado e recursos entre os ribeirinhos moradores da região, os quais têm se constituído como uma das formas sócio-culturais de proteger os recursos biológicos e os conhecimentos vinculados a estes. Desta forma, as práticas sócio-culturais vivenciadas na realidade dos ribeirinhos destas comunidades parecem constituir uma estratégia peculiar de proteção dos conhecimentos e modo de vida, através das trocas com base na ajuda mútua, dando visibilidade ao profundo saber/conhecimento sobre a natureza, a qual extrapola a dimensão de atividade produtiva para subsistência, mostrando o significado que ela assume no âmbito das relações sociedade - natureza.

Neste sentido, tomando como referência estes dados, é importa frisar que as ações dos ribeirinhos das comunidades investigadas encontram-se de acordo com os objetivos preconizados pela CDB, no que concerne a preservação da biodiversidade, a proteção dos conhecimentos tradicionais associados e ao uso sustentável dos recursos naturais.

No contexto destas comunidades, as regras de manejo dos recursos naturais, convivência social, trabalho e outros são estabelecidos de forma coletiva. Nestes espaços, prevalecem o respeito e o consenso, os quais permitem uma melhor utilização dos recursos naturais e convivência social. A partir do estabelecimento de códigos de conduta intragrupal, é importante destacar que esta forma de organização da vida em comunidades tradicionais não elimina os conflitos e a correlação de forças entre as populações envolvidas neste processo. Diante destas práticas, pode-se perceber certo ordenamento no uso dos recursos coletivos,

estabelecimento de acordos formais que incluem normas de acesso, proibição de uso de técnicas predatórias e regras explícitas sobre a divisão do fluxo de recursos entre os usuários.

O caráter coletivo dos conhecimentos tradicionais nas formas de uso e manejo dos recursos naturais tem se constituído, na contemporaneidade, como uma das problemáticas que envolvem a proteção dos conhecimentos tradicionais. Diante disto, uma das questões em debate é a quem caberia a titularidade desses direitos – se, às comunidades ou a seus representantes, se, a organizações governamentais ou a representações de outro tipo (ALBAGLI, 2005). Todavia, esta discussão extrapola o âmbito deste estudo, assim faz-se a indicação para desenvolvimento de estudo de outras áreas do conhecimento, bem como desenvolvimento de outros trabalhos que abordem esta temática de modo particular.

Não obstante a estas questões, tendo em vista as dificuldades que envolvem a construção de um sistema de proteção dos conhecimentos tradicionais associados na região da Amazônia brasileira, e acreditando que essas dificuldades advêm da constatação de que deveria se dispor de uma legislação específica para as populações tradicionais na Amazônia, pois estas detêm algumas peculiaridades, dentre as quais se destacam: a) diversidade/pluralidade de grupos étnicos que constituem a região; b) extensão territorial da região; c) formas diferenciadas de organizações sócio-culturais, político-organizativa, subsistência, produção, entre outras.

Considerando, ainda, que na Amazônia existe uma estreita inter-relação entre sociodiversidade e biodiversidade, faz-se necessário pensar e criar mecanismos adaptados e viáveis que permitam a proteção dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade, a fim de garantir e resguardar estes conhecimentos, tendo em vista seu valor cultural e patrimonial, ao mesmo tempo possibilitando repartição justa e equitativa dos benefícios advindos dos conhecimentos associados à biodiversidade existentes na região, proporcionando, ainda, o desenvolvimento social das populações ribeirinhas.

A fim de pensar formas viáveis de proteção para estes conhecimentos, vários estudos (SANTANA, 2005; ALBAGLI, 2005; SANTOS, 1997) orientam a discussão para criação de sistemas *sui generis* de proteção, adoção dos direitos intelectuais coletivos, realização de inventário e registro dos conhecimentos tradicionais, sendo que estes últimos servem para fazer a organização, proteção e o levantamento do patrimônio cultural. Os registros são uma maneira de se pensar e um dos mecanismos que se pode usar (CUNHA, 2003, p. 178).

No entanto, entende-se que a melhor forma de fazê-lo é tomando como referência o próprio *modus vivendi* das populações tradicionais, uma vez que estas evidenciam um potencial organizativo, isto é, são capazes de participar elaborando propostas e decidindo

junto aos órgãos governamentais e ambientais competentes, ONGs entre outros, sobre a melhor forma de proteger e resguardar, sem aprisionar no tempo, sua cultura, pensando, conjuntamente, sobre as formas de proteção adaptadas ao contexto específico de suas comunidades, com estilo de vida tradicional, uma vez que estes, historicamente, têm preservado e mantido conhecimentos, técnicas e práticas milenares no uso e manejo das plantas medicinais.

Desse modo, a partir da trajetória percorrida nesse estudo, em busca de identificar os conhecimentos tradicionais adotados no manejo de plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas de Mucajá e Ebenézer em Maués/AM, para subsidiar a construção de mecanismos de proteção, foi possível, através do esforço analítico, aprender as formas de organização sócio-cultural no manejo das plantas a partir dos conhecimentos, saberes adquiridos e (re)elaborados que os ribeirinhos assimilaram de seus ancestrais, sobretudo das populações indígenas da região, das relações sociais inter e intracomunitárias estabelecidas com base nos códigos coletivos e de ajuda mútua.

Neste sentido, considerando os elementos constituintes na organização sócio-cultural no manejo das plantas medicinais, identificados a partir dos resultados do estudo, objetivando subsidiar a formulação de mecanismos de proteção dos conhecimentos tradicionais a nível local, faz-se indicação de alguns elementos que devem ser considerados, sobretudo, nestas áreas:

- a) relevância das mulheres na difusão e manejo de plantas medicinais;
- b) práticas coletivas no âmbito dos grupos domésticos e comunitários;
- c) caráter de ajuda mútua presente nestas comunidades;
- d) elementos místicos e simbólicos – “sagrado”, “fé” e o “dom”;
- e) diversificadas formas de uso e gestão dos espaços;
- f) caráter dialético dos conhecimentos e práticas;
- g) relações de vizinhança, parentesco e compadrio;
- h) estabelecimento de regras e normas internas de manejo dos espaços e recursos.

Neste cenário, com base nos fundamentos tradicionais de proteção dos conhecimentos identificados nas práticas dos ribeirinhos no manejo de plantas medicinais destas comunidades, faz-se a indicação de um mapeamento para composição de um inventário, neste tempo histórico. Considerando também o caráter dinâmico dos recursos, conhecimentos e práticas destas populações, com devido registro/catalogação destes, a fim de

que sejam resguardados e preservados, bem como a identificação das populações detentoras de tais conhecimentos, não apenas para publicização, mas para estabelecimento de regras de uso e repartição de benefícios com os detentores originários destes conhecimentos associados aos recursos da biodiversidade.

No decorrer do desenvolvimento deste estudo, foi ressaltada a importância de se resguardar e proteger os saberes destas populações, o que não significa “isolar” ou não contatar, acessar esses saberes, mas dar visibilidade conjuntamente com seus protagonistas, inserindo-os nos debates como sujeitos de suas próprias histórias, atentando para suas opiniões e propostas sobre o tema em pauta, assegurando a participação destes em todo processo de discussão e usufruto dos ganhos e benefícios provenientes da utilização dos seus conhecimentos.

Neste sentido, a partir da pesquisa de tese desenvolvida, apresenta-se a proposta da construção de uma *Biblioteca de Conhecimentos Tradicionais da Amazônia*, a fim de que sejam resguardados e protegidos os conhecimentos das populações tradicionais que historicamente formam e constituem a Amazônia. Sendo esta formada a partir do *mapeamento das populações e conhecimentos tradicionais* existentes na região, para posterior consulta pública, por empresas concedente de patentes, ONGs ou instituições de pesquisa, objetivando como resultado para as comunidades a devida repartição de benefícios. No dizer de Cunha (*apud* CHAVES, 2001, p. 10) “[...] é preciso, de um lado, conhecer as formas tradicionais de apropriação e utilização do espaço e dos recursos naturais, resgatando toda a sabedoria que as comunidades tradicionais detêm no trato com a natureza [...]”.

Um resultado que se destaca para além dos objetivos propostos no projeto de tese, refere-se à metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista sua particularidade com bases na Pesquisa-Ação, a qual possibilitou, de forma satisfatória, a apreensão das formas de organização sócio-cultural e o mapeamento dos conhecimentos e mecanismos de proteção tradicionais desenvolvidos nas formas de uso e manejo de plantas medicinais pelas comunidades ribeirinhas de Mucajá e Ebenézer em Maués/AM, a partir de suas práticas sócio-culturais. Desse modo, esta pode ser, com as devidas adaptações, uma metodologia indicada para um possível mapeamento dos conhecimentos e práticas sócio-culturais tradicionais na Amazônia, bem como em outras regiões com populações tradicionais, observando as particularidades de cada área ou região.

O desenvolvimento deste estudo de caso possibilitou, ainda, articulação complexa entre as áreas do saber científico e do saber popular tradicional, possibilitando diálogo profícuo entre as diferentes formas de conhecimento. Entende-se, no entanto, que o

conhecimento sobre o modo de ser e viver das comunidades amazônicas precisa ser ampliado por parte dos técnicos e pesquisadores envolvidos nas questões sócio-ambientais, uma vez que o desconhecimento ou uma visão limitada destas questões implica, muitas vezes, em uma atuação inadequada e incompatível com os interesses e necessidades dessas populações.

Neste estudo, em que pesem seus limites, buscou-se, acima de tudo, identificar os mecanismos de proteção tradicionais existentes nas formas de organização sócio-cultural dos ribeirinhos, buscando dar visibilidade aos conhecimentos tradicionais dos mesmos, com o objetivo de propor mecanismos de proteção, tomando como referência a própria realidade dos ribeirinhos, a fim de que estes venham a se inserir no debate e contribuir no processo de luta e efetivação de seus direitos.

A pesquisa evidenciou, entre outros fatores, que a biodiversidade e a sócio - diversidade existentes na dinâmica das relações das populações tradicionais destas comunidades com a natureza denotam a existência de saberes e habilidades pouco valorizados e pouco conhecidos. Daí a importância na produção de novos conhecimentos sobre esses segmentos sociais, de modo que permita estabelecer conexão entre os saberes técnico-científicos aos saberes tradicionais, valorizando-os e reconhecendo sua relevância. Entende-se que esta aliança pode significar a abertura de novos horizontes na construção de conhecimentos na região, permitindo: a) instrumentalizar estes ribeirinhos para contribuir no processo de discussão e superação dos problemas enfrentados pela comunidade em seus diversos aspectos (social, ambiental, entre outros); bem como b) subsidiar a formulação de políticas públicas.

Vale enfatizar, ainda, que a pesquisa objetivou lançar luz sobre a necessidade de construção de mecanismos de proteção dos conhecimentos tradicionais adaptados à realidade local, abordando uma das dimensões do modo de vida dos grupos sociais amazônicos, sem desconsiderar a extensão e amplitude da discussão conferida ao tema, não tendo a pretensão de esgotar o assunto, mas contribuir no avanço do pensamento acadêmico – científico, ao mesmo tempo em que aponta para necessidade de realização de outros trabalhos sobre a temática e a realidade local.

Sobre o tema em pauta, os ribeirinhos protagonistas deste estudo ensinam e demonstram, através de seus depoimentos e práticas, que seus *conhecimentos* têm sido preservados pela manutenção de seu *modo de vida*, construído com base nos valores sócio-culturais e repassados por diversas gerações.

# REFERÊNCIAS

---

ALBAGLI, Sarita. **Interesse Global no Saber Local: A Geopolítica da biodiversidade**. In: In. BELAS, Carla Arouca (org.). Anais do Seminário Saber Local / Interesse Global: Propriedade Intelectual, Biodiversidade e Conhecimento Tradicional na Amazônia, Belém/PA, 2005. p. 17 – 27.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. 13°. ed. São Paulo : Brasiliense, 1990.

ALVES, G.S. A **Biotechnologia dos transgênicos**. Preocupação é a Palavra de Ordem. HOLOS. Ano 20, outubro/2004 pdf.

ASSAD Ana Lucia Delgado. **Gestão em Biotecnologia**. Manaus, UFAM, junho de 2004. Aula expositiva no Doutorado em Biotecnologia.

\_\_\_\_\_. **Biosecurança: alguns aspectos da organização legal no Brasil**. In. EMERICK, Maria Celeste (org.). Gestão Biotecnológica: alguns tópicos. Rio de Janeiro: Interciência, 1999. p. 71 – 80.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: UFCS, 1994.

BARBOSA, Denis Borges. **Biodiversidade, Patrimônio Genético e Propriedade Intelectual**. Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual-IBPI, 2002. Disponível em [www.inforjur.cc.ufcs.br/artigo.asp](http://www.inforjur.cc.ufcs.br/artigo.asp). Acesso em: 24 novembro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Uma Introdução à Propriedade Intelectual**, 2a. Ed. Lumen Juris, 2003.

BASE, Abrahim. **Índios da Amazônia: uma raça em extinção**, 2003. Disponível em <<http://www.portalamazonia.globo.com/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2008.

BATISTA, Vandick da Silva et all. **Caracterização socioeconômica da atividade pesqueira e da estrutura de comercialização do pescado na calha Solimões-Amazonas**. In. O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Manaus: Ibama, Pró Várzea, 2007.

BELAS, Carla Arouca (org). **Saber local/interesse global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia**. Belém: CEJUPA, 2005.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/municipios.htm>> Acesso em: 13 novembro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Convenção de Diversidade Biológica – CDB (1992)**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/>, 2007. Acesso em: 22 de novembro de 2007

\_\_\_\_\_. **Instituto Nacional de Propriedade Industrial**. Convenção de Paris – CUP. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>. Acesso em: 22 novembro de 2007.

CAMPOS, Anelise Rondon. Análise da atuação da mulher ribeirinha no âmbito sócio-comunitário e familiar na comunidade ribeirinha de Santo Antonio de Mucajá no município de Maués. Relatório Parcial do PIBIC. Manaus, 2008.

CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. In. PINTON, Florence (org). Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 1997. p.221 – 242.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas**. 3ª. Ed., Moderna, 1982.

CHAVES, M<sup>a</sup>. P. Socorro Rodrigues Chaves. **Relatório Social do Estudo Caracterização socioeconômica da atividade pesqueira e da estrutura de comercialização do pescado na calha Solimões-Amazonas (Pará e Amazonas – municípios de Belém, Manaus, Tabatinga, Tefé, S. P. de Olivença, Santarém)**, Manaus, 2004. Relatório. UFAM: Manaus, 2003.

\_\_\_\_\_. et all. **Políticas públicas e viabilização da pesca**. In. O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Manaus: Ibama, Pró Várzea, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e Recursos Hídricos – Curso de Especialização em Planejamento e Gerenciamento de Águas**. Unicamp/CIREC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIREC, Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Sustentável**. Manaus, UFAM, junho de 2004. Aula expositiva no Doutorado em Biotecnologia.

\_\_\_\_\_. In. **Uma Experiência de Gestão Participativa de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o Assentamento Iporá**. UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. **De "Cativo" a "Liberto": o processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas**. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades, Universidade da Paraíba, Campina Grande.

\_\_\_\_\_. In. **Estudo das condições de vida das populações e das formas de manejo dos recursos naturais no Parque Nacional do Jaú**. Relatório Final do Projeto Janelas para Biodiversidade – Área Sócio-Ambiental. Fundação Vitória Amazônica, Manaus/AM, 2001.

\_\_\_\_\_. et all. **Estudo das Condições de Vida e Uso dos Recursos Locais pelas Populações Ribeirinhas nos Municípios de Coari e Carauari - AM**. Departamento de Serviço Social. Grupo de Pesquisa Inter-Ação – Universidade Federal do Amazonas/UFAM. **Relatório**. Manaus/AM, 2004.

\_\_\_\_\_. et all. **As condições de vida e de uso dos recursos pelos moradores do Parque Nacional do Jaú**. In. BORGES, Sérgio Henrique et al. Janelas para biodiversidade no Parque

Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, 2004. p. 62 – 82.

\_\_\_\_\_. **Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: a modalidade sócio-cultural a partir da História de Vida.** Relatório Técnico Grupo Inter-Ação. Manaus, AM, 2006.

\_\_\_\_\_ et all. **Recursos naturais, biotecnologia e conhecimentos tradicionais: questões sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia.** In. Revista Perspectiva – Ciências Biológicas e Ciências da Saúde, Nº 117, V. 32 março de 2008.

\_\_\_\_\_ et all. **Manejo de recursos naturais na Amazônia: o estudo das comunidades São Pedro de Vila Lira e Esperança I no município de Coari/AM.** In. Revista Somalu, PPGSCA, UFAM, 2007 (Prelo).

\_\_\_\_\_ et all. **Pesca artesanal na Amazônia: subsídios para formulação de políticas públicas para o desenvolvimento regional.** In. Serviço Social e meio ambiente: experiências de pesquisa e extensão na Amazônia. Vol. II CD de artigos do Grupo Inter-Ação, 2007.

\_\_\_\_\_ et all. **Relatório Técnico Expedição Mariuá-Jauaperi - Socioeconomia.** Grupo Inter-Ação. WWF/UFAM, Manaus/AM, 2008.

\_\_\_\_\_ & RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo.** Revista Internacional de Desenvolvimento local – Interações. V. 8, p. 99-106, 2006.

\_\_\_\_\_ et all. **Recursos naturais, biotecnologia e conhecimentos tradicionais: questões sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia.** Revista Perspectiva - Ciências Biológicas e Ciências da Saúde, Nº 117, V. 32 março de 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 5. ed. São Paulo : Cortez, 2001.

CORDI, C. et.all. **Para Filosofar.** São Paulo: Ed. Spipione, 1995. Pp. 87-101.

CUNHA, M. C. da. Et all. **Populações Tradicionais e Conservação Ambiental.** In. Biodiversidade na Amazônia Brasileira – Avaliações e ações prioritárias pra a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. Instituto Sócio-Ambiental - Estação Liberdade, 1989.

CUNHA, M. C. & MANCHINERI, S. **Mecanismos existentes e alternativas sobre consentimento prévio e informado e repartição de benefícios.** In: Quem cala consente?: subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais. André Lima (Org). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Metodologia da Ciência.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras.** In. Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. CASTRO, Edna; PINTON, Florence (orgs). Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 1997. p. 315 - 347

\_\_\_\_\_. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade, 4).

DRUCKER, P. **Post-capitalist society.** New York: Harper-Collins Publishers Inc., 1993.

FARACO, Raphael. **Maués: terra, gente e memórias.** Manaus: Valer, 2006.

FERREIRA, Maria Auxiliadora Barbosa. **Farmácia da Floresta: Uma Alternativa Às Necessidades de Saúde em Uma Comunidade Ribeirinha na Floresta Estadual de Maués/AM,** Dissertação Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais – UFAM, MANAUS, 2006.

FERREIRA, Simone Nunes. **Propriedade Intelectual e acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios: uma conciliação possível?** Dissertação Mestrado PPG Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília, 2006.

FIBGE. (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Geografia do Brasil.** Rio de Janeiro: FIBGE, 1990.

FOUREZ, Gerard. **A construção das Ciências: introdução à filosofia e a ética das ciências.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

FRAXE, Therezinha J. P. **Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas.** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Ceará, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade.** São Paulo: Annablume, 2004.

FREITAS, Marcílio de. **Amazônia e Desenvolvimento Sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2004.

FRITZEN, Silvino José. **Relações Humanas Interpessoais: nas convivências grupais e comunitárias.** 5ª ed. Vozes. Petrópolis/RJ, 1996.

\_\_\_\_\_. **Jogos dirigidos: para grupos, recreação e aulas de educação física.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Traços de uma comunidade pesqueira do litoral amazônico: relato sobre organização em comunidade haliêutica.** In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; QUARESMA, Helena Doris A. Barbosa (Org.). **Gente e Ambiente no Mundo da Pesca Artesanal.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. p. 23-56 (Coleção Eduardo Galvão).

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

\_\_\_\_\_. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis: Vozes, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

\_\_\_\_\_. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 3º. ed. São Paulo : Atlas, 1991.

GODARD, Olivier. **O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual.** In Faces do trópico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente / Edna Castro, Florence Pinton (orgs). – Belém : Cejup : UFPA-NAEA, 1997.

\_\_\_\_\_. **A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação.** In Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para pesquisa ambiental. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2002.

GODELIER, M. **A racionalidade dos sistemas econômicos.** In: Carvalho E. (org). *Godelier – Antropologia.* Coleção Grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1981.

Governo do Estado do Amazonas. **Floresta Estadual de Maués: Relatório Técnico. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), 2003.**

\_\_\_\_\_. **Floresta Estadual de Maués: Relatório Técnico. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), 2004.**

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HENRY. **Biodiversidade e Direitos Indígenas.** Novion Instituto Socioambiental – ISA, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB – Encontro Regional organizado pela FEPI em 2008 na UEA, Manaus/AM.

HESSELGRAVE, David. **Comunicação Verbal e Não Verbal: um estudo para Antropologia Cultural.** Disponível em <http://www.antropos.com.br>. Consulta em 19/11/2008, 2006.

IPHAN. **Patrimônio imaterial.** Disponível em: <<http://www.unesco.gov.br>>. Acesso em 16 de novembro de 2007.

KAINGÁNG, Lucia Fernanda Jófej. **Proteção de conhecimentos tradicionais indígenas.** 2006. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais) UNB, Brasília.

KAMEYMA. Nabuco. **Metodologia: uma questão em questão.** Cadernos ABESS n. 03. A Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1989.

LANE, S. & CODO, War (org.). **Psicologia Social: o homem em movimento.** 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LAPASSEDE, George. **Grupos, Organizações e Instituições.** Francisco Alves, 1977.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2002.

LIMA, André. **Quem cala consente?: subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais**. – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. ( Série Documentos do ISA; 8)

LIMA, A.R. **Quadro comparativo entre os Projetos de Lei nº 306-95 da Senadora Marina Silva (Subst. do Sen. Osmar Dias), nº 4.579/98 do Deputado Federal Jaques Wagner e nº 4.751/98 do Poder Executivo** - Instituto Socioambiental, 1998.

LIMA, Marly dos Santos. **Análise das condições de acesso aos Programas de Previdência Social em Maués/AM**. 2008. Monografia (Departamento de Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM.

LIRA, Talita de Melo. **Análise das condições de acesso aos Programas de Assistência Social pelas comunidades de Mucajá e Ebenezer em Maués/AM**. 2008. Monografia (Departamento de Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM.

LORENZ, Sônia da Silva. **Sateré Mawé**, 2008. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2008.

MACEDO, Maria Fernanda. **Patentes, Pesquisa & Desenvolvimento: um manual de propriedade industrial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

\_\_\_\_\_. **Propriedade intelectual em biotecnologia**. In: Material didático I da disciplina de propriedade intelectual em biotecnologia do Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas, 2003 (mimeo).

MALAGRICI, Marcos. **Introdução à Propriedade Intelectual**. Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Propriedade Intelectual e a Globalização**. Curso de Pós-Graduação, MBA. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Instituto de Economia, RJ, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Marina de Andrade Marconi. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostragens e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de dados**. 2º. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. **Trabalhadeiras e camaradas: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica**. Belém: centro de filosofia e Ciências Humanas/UFPA, 1993.

MAUÉS. Disponível em <<http://www.citybrazil.com.br/am/maues.htm>> Acesso em: 20 setembro 2007.

MAYERHOFF, Zea Duque Vieira Luna (et all.). **Estudo Comparativo dos Critérios de Patentabilidade para Invenções Biotecnológicas em Diferentes Países**. Grupo de Trabalho Especial em Biotecnologia do INPI. RJ, Julho 2007.

MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. – Petrópolis, RJ : Vozes, 1994, 2002.

MINICUCCI, Agostinho. **Dinâmica de Grupo: teorias e sistemas**. São Paulo: Atlas, 1982.

\_\_\_\_\_. **Técnicas do trabalho de grupo: condução de reuniões, entrevista e estudo dirigido, mesa-redonda e estudo de casos, simpósio e conferência, organização de congressos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica de grupo: teorias e sistemas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MIRANDA, Simão de. **Oficina de Dinâmicas de grupos para empresa, escolas e grupos comunitários** / Campinas, SP: Papyrus, 1996.

MORÁN, Emilio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

MOREIRA, Eliane. **Conhecimento tradicional e a proteção**. T&C Amazônia, Ano V, Número 11, Junho de 2007. Revista eletrônica, acesso em 15 de dezembro de 2008. [https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/005\\_rev011](https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/005_rev011).

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 3º. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MUSEU EMILIO GOELDI. **TRIPS - Acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio**. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/institucional>. Acesso em: 14 novembro de 2007.

NOGUEIRA, Marinez Gil. **Biotecnologia, uso sustentável da biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: visão dos agentes acadêmico-científicos de biotecnologia no Amazonas**. 2007. Tese (Programa Multi-Institucional de Pós- Graduação em Biotecnologia-PPGBIOTEC). Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM.

OLIVEIRA, Paulo Sales de (org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. Editora Hucitec: São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Trilhas e Atalhos: as cidades Amazônicas no final do século XX. In. Formação dos espaços amazônicos e relações fronteiriças**. Seminário do Curso de Especialização em Relações Fronteiriças do Centro de Ciências Sociais e Geociências. Boa Vista: UFRR, 1997.

PEREIRA, William César Castilho. **Dinâmica de Grupos Populares**. 12º. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

PIMENTEL, Luiz Otávio. **Propriedade intelectual e universidade: aspectos legais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

**Populações indígenas no Brasil (2005)**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em 17 de dezembro de 2008.

POSEY, D. **Manejo de Floresta secundário: capoeiras, campos e cerrados (Kayapo)**. In: Ribeiro B. (Org). *Suma etnológica brasileiro*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1987.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo, CERU FFLCH/USP, 1983. (Col. Textos, 4).

RIFKIN, Jeremy. **O séculos de biotecnologia: a valorização dos genes e a reconstrução dos mundo**. Tradução de Ricardo A. Rosenbush. São Paulo: Makron, 1999.

RODRIGUES, Débora C. B. **A Relação homem-natureza nas formas de uso e propriedade da terra na Amazônia: um estudo baseado nas comunidades do Assentamento Iporá**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura no Amazonas) – Instituto de Ciências Humanas e Letras / ICHL, UFAM, Manaus.

\_\_\_\_\_. **Conhecimentos tradicionais e práticas sócio-culturais no manejo de recursos naturais: um debate contemporâneo**. Artigo apresentado ao Programa de Pós Graduação em Direito Ambiental/UEA. Manaus/AM, 2007.

ROUÉ, Marie. **Novas Perspectivas em Etnoecologia: “Saberes tradicionais” e a Gestão dos Recursos Naturais**. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (orgs). *Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup, 1997. p. 187 – 200.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil**. In: VIEIRA, Paulo Freire (org). *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTANA, Luciano Rocha. **O patrimônio cultural imaterial das populações tradicionais e sua tutela pelo Direito Ambiental**. 2005. Disponível em: <http://jus2.com.br/doutrina/texto>. Acesso em: 22 de novembro de 2007.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

SANTOS, Antonio Maria de Souza (et all.). **Medicinas tradicionais no Vale do Rio Negro (Amazonas, Brasil). Observações sobre etnofarmacologia e o uso de plantas Saracura-Mirá (Ampelozizyphus amazonicus): Atividade Farmacológica e/ou eficácia simbólica**. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, 2005. Belém: MPEG. V. 1 n. 1, p. 256.

SANTOS, Garcia Laymert dos. **A biodiversidade e a questão dos direitos intelectuais**. In: *Ambiente e Sociedade*. Ano I, N. 01, 2ª. NEPAM - Unicamp Semestre de 1997. p. 135 – 141.

SANTOS, Patrícia Melo dos; Jr. SOUZA, Manoel Teixeira. **Desenvolvimento de Plantas Transgênicas**. In: VALLE, Silvio; TELLES, José Luiz (orgs). Rio de Janeiro: Interciência, 2003.

SANTLLI, Juliana. **Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção**. In: *Quem cala consente?: subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais*. André Lima (Org). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

SHIRAICHI NETO, Joaquim. **Pareceres Jurídicos: Direito dos Povos e Comunidades tradicionais**. Manaus: UEA, 2007. (Coleção Documentos de Bolso).

SILVA, Socorro. Mulheres da Várzea Amazônica: sustentabilidade e Participação no espaço social. In: FABRÉ, Nidia Noemi et al (org.). Sociobiodiversidade e Conservação da Várzea amazônica. Manaus: PYRÁ, 2007.

SIMONIAN, Ligia T. L. **Pesquisa em Ciências Humanas e Desenvolvimento entre as Populações Tradicionais Amazônicas.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Série. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 119-134, maio - ago. 2005.

\_\_\_\_\_. **Saber local, biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial.** In. Saber local / Interesse Global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia. Anais. Belém-Pará: CESUPA : MPEG, 2005.

SIMONETTI, Susy Rodrigues. **A dinâmica sócio-ambiental das comunidades ribeirinhas do rio parauari em maués: um estudo de caso das comunidades vila Darcy e Açãoera.** Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2004.

SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia.** 2ª ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SOUZA, Marcos. **Protegendo os Conhecimentos e as Expressões Culturais Tradicionais.** Coordenação-Geral de Direito Autoral da Secretaria de Políticas Culturais Ministério da Cultura. In. **Oficina de Conhecimentos tradicionais associados à Biodiversidade e Propriedade Intelectual.** Seminário de Formação e Conhecimentos Tradicionais. Org. FEPI/UEA/SDS, Manaus/AM, Junho de 2008.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As Três Metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TORRES. Iraildes Caldas. Mulher Trabalha ou Ajuda? Relações de gênero no sistema de produção na comunidade de São Francisco do Paroá, na Costa do Canabuoca, Manacapuru/AM. 2007.

VARELLA, Marcel Dias (org.). **Diversidade Biológica e Conhecimentos Tradicionais.** – Belo Horizonte: Del Rey, 2004. (Coleção Direito Ambiental 2)

VIEIRA Paulo Freire e Jacques Weber (orgs). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental:** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VIGEVANI, Tullo. **Meio ambiente e relações internacionais: a questão dos financiamentos.** In. Ambiente e Sociedade. Ano I, N. 01, 2ª. NEPAM - Unicamp Semestre de 1997. p. 27 – 62.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos.** 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

WEIL, Pierre. **Relações Humanas na família e no trabalho.** 47ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural Questões Metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel (org.). **Para Abrir as Ciências Sociais** - Comissão Gulbenkian para Reestruturação das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1996.

**WORLD Intellectual Property Organization** – WIPO. Disponível em: <http://www.wipo.int/about-ip>. Acesso em 22 novembro de 2007

# APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**PROGRAMA MULTI-INSTITUCIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA**  
**PROJETO – Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos saberes das populações tradicionais na Amazônia**

**FORMULÁRIO DE PESQUISA**

ID: \_\_\_\_\_

Pesquisador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Município/UF: \_\_\_\_\_

**I. IDENTIFICAÇÃO**

Nome/Apelido: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_

**1.1. Sexo:** 1.( )M 2.( )F **1.2. Est. Civil:** 1.( ) Solteiro(a) 2.( )Casado(a) 3.( ) União Consensual 4.( )Separado 5.( )Divorciado 6.( )Outros: \_\_\_\_\_

**1.3. Idade:** 1.( )15-20 2.( ) 21-25 3.( ) 26-30 4.( )31-35 5.( ) 36-40 6.( ) 41-45 7.( ) 46-50 8.( ) 51-55 9.( )56-60 10.( )Acima de 60 anos

**1.4. Escolaridade:** 1.( )Sabe ler 2.( )Não sabe ler 3.( ) Alfabetizado 4.( ) 1ª a 4ª 5.( )5ª a 8ª 6.( ) 1º ao 3º ano

1.4.1. Tem vontade de estudar? 1.( )Sim 2.( )Não.

1.4.2. Por quê? \_\_\_\_\_

**1.5. Onde nasceu?** 1.( )No interior do estado do Amazonas 2.( ) Na sede do município do trabalho em questão 3.( ) Em outros estados 4.( ) No interior de outros estados 5.( )Outros: \_\_\_\_\_

1.5.1 Onde se criou? \_\_\_\_\_ Estado/País: \_\_\_\_\_

**1.6. Caso seja oriundo de outra região, há quantos anos vive na região/local?**

1.( )há 01 ano 2.( )de 2 a 4 anos 3.( ) 5 a 7 4.( ) de 7 a 10 anos 5.( ) acima de 10 anos

1.6.1. Qual foi o **último local** que o Sr(a) morou antes de vim para cá? \_\_\_\_\_

**1.7. Você se considera:** 1.( ) Índio 2.( ) Negro 3.( ) Branco 4.( ) Mestiço 5.( ) Nenhuma das alternativas

1.12.1. Por quê? \_\_\_\_\_

**1.8. Qual a sua profissão?** 1.( )Agricultor 2.( )Pescador 3.( )Agricultor/Pescador

**1.9. Tem outra atividade econômica para o sustento da família?** 1.( ) Não 2.( ) Sim 3.( ) As Vezes

1.9.1 Qual(ais)? \_\_\_\_\_ 1.8.2 Onde: \_\_\_\_\_

1.9.2 Em que época? 1.( )seca 2.( ) vazante 3.( )cheia 4.( )Outra: \_\_\_\_\_

1.9.3 Quanto rende? R\$: \_\_\_\_\_

**1.10. Qual atividade dá mais renda mensal?:** 1.( )Pesca 2.( ) Agricultura 3.( )Outra: \_\_\_\_\_

**1.11. Qual a atividade principal para sustento da família?** 1.( ) Pesca 2.( ) Agricultura

3.( )Outra: \_\_\_\_\_

1.11.1. Há quanto tempo desenvolve esta atividade? 1.( )há 01 ano 2.( )de 2 a 4 anos 3.( ) 5 a 7

4.( ) de 7 a 10 anos 5.( ) acima de 10 anos

**1.12. Vocês realizam atividades juntos?** 1.( )Sim 2.( ) Não

1.12.1. Quais? 1.( )Roça 2.( ) Festa religiosa 3.( ) Pescaria 4.( )Outro: \_\_\_\_\_

1.12.2. Como elas são realizadas?

**1.13. Dos que moram na casa, quais pessoas trabalham?**

Parentesco	Atividade	Período (meses)	Renda do período (R\$)
<b>Renda Total da Família:</b>			

## II. ESTRUTURA FAMILIAR

**2.1 N° dependentes:** 1.( ) 01 2.( ) de 1 a 2 3.( ) de 3 a 4 4.( ) de 5 a 6 5.( ) Acima de 6

**2.2. Quem mora na sua casa?**

Nome	Idade	Sexo	Grau de Parentesco

**2.3. O Sr. tem filhos em idade escolar?** (Até 14 Anos) 1.( ) Não 2.( ) Sim.

2.3.1. Quantos? \_\_\_\_\_

**2.4. Se estiver em idade escolar, frequenta atualmente a escola?** 1.( ) Não 2.( ) Sim.

2.4.1. Se sim, quantos estão na escola? \_\_\_\_\_

**2.5. Quantas crianças (de idade entre 06 e 14 anos) estão fora da escola?** \_\_\_\_\_

2.5.1. Relacionar as razões para estarem fora da escola.

## III. CONDIÇÕES DE MORADIA

**3.1. A sua casa é própria?** ( ) Sim ( ) Não

**3.2. N° de cômodos de sua moradia?**

1.( ) 01 2.( ) de 1 a 2 3.( ) de 3 a 4 4.( ) de 5 a 6 5.( ) Acima de 6

**3.3. Qual o tamanho da propriedade?** 1.( ) até 1 ha 2.( ) de 1 a 5ha 3.( ) de 6 a 12ha 4.( ) de 13 a 20ha

5.( ) Acima de 20ha

**3.3.1. Tem documento da propriedade?** (Título Definitivo) 1.( ) Sim 2.( ) Não

**3.4. De que material a casa é feita?** 1.( ) Madeira 2.( ) Alvenaria 3.( ) Barro 4.( ) Mista 5.( ) Palha 6.( )

Outro: \_\_\_\_\_

<b>3.5. SUA CASA TEM:</b>	a) Fossa sanitária?	1. Sim ( )	2. Não ( )
	b) Energia elétrica?	1. Sim ( )	2. Não ( )
	e) Onde o senhor busca água para uso em casa?	1. ( ) Rio 3. ( ) Cacimba	2. ( ) Poço artesiano

**3.6. Você gosta do local que você mora?** 1.( )Sim 2.( ) Não

**3.7. Por que?**1.( )Tranquilo 2.( ) Está perto da família 3.( )Outro: \_\_\_\_\_

**3.8 Você gosta dos moradores da comunidade?** 1.( )Sim 2.( ) Não

Por quê? \_\_\_\_\_

#### IV. ORGANIZAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA

**4.1. O Sr. (a) pertence a alguma associação?:** 1.( )Sim 2.( )Não

**4.2. Qual?** 1.( ) Clube 2 ( )cooperativa 3.( ) Associação 3.( ) Partido político 5.( ) Sindicato

6.( ) outra associação \_\_\_\_\_ Qual?: \_\_\_\_\_

#### Quadro de Descrição da Associação

4.3.Nome da Associação	4.4.Como surgiu?	4.5. Objetivo	4.6. Atividade Desenvolvida

**4.7. Já foi associado anteriormente:** 1.( )Sim 2.( )Não

**4.8. Já teve cargo na Associação?** 1.( )Sim 2.( )Não

Qual? 1.( )Presidente 2.( )Vice-Presidente 3.( )Secretário 4.( )Tesoureiro 5.( )Outros \_\_\_\_\_

**4.9. Para o Sr. (a) o que é associação?**

1.( ) Forma de organização 2.( ) Agrupamento de pessoas para melhorar trabalho 3.( ) Lugar de união para melhorar renda 4.( ) Outros \_\_\_\_\_

**4.10. Tempo de associado** 1.( ) 1 ano 2.( ) 2 anos 3.( ) 3 anos



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**PROGRAMA MULTI-INSTITUCIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA**  
**PROJETO - Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos saberes das populações tradicionais na Amazônia**

**FORMULÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA DAS COMUNIDADES**

N<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

PESQUISADOR: \_\_\_\_\_ Data: \_\_/\_\_/\_\_

**IDENTIFICAÇÃO**

1. Nome do Informante (não obrigatório)	2. Idade	3. Comunidade		4. Função na comunidade				
		3.1. Santo Antônio de Mucajá	3.2. Ebenezer	4.1. Líder da Comunidade	4.2. Professor	4.3. Agente de saúde	4.4. Presidente das Associações	4.5. Outro

**ESTRUTURA FAMILIAR**

- 5. Quantas famílias moram na comunidade?  
\_\_\_\_\_
- 6. Qual é o total de moradores da comunidade?  
\_\_\_\_\_
- 7. Quantas crianças moram na comunidade?  
\_\_\_\_\_
- 8. Quantos jovens e adolescentes moram na comunidade?  
\_\_\_\_\_
- 9. Quantas mulheres moram na comunidade?  
\_\_\_\_\_
- 10. Quantos homens moram na comunidade?  
\_\_\_\_\_

## ESCOLA

**11. Quantas escolas existem na comunidade?**

\_\_\_\_\_

**12. Qual é o número de professores da escola?**

\_\_\_\_\_

**13. Qual é o nível de escolaridade desses professores?** 1. ( ) Ensino fundamental incompleto 2. ( ) Ensino fundamental completo 3. ( ) Ensino médio incompleto 4. ( ) Ensino médio completo 5. ( ) Ensino superior incompleto 6. ( ) Ensino superior completo.

**14. Na comunidade há:** 1. ( ) Nível fundamental 2. ( ) Nível Médio 3. ( ) EJA

4. ( ) Reescrevendo o Futura 5. ( ) Multi-seriado

**15. Na comunidade existe transporte escolar?** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não

**SE POSITIVO**

**16. Qual o transporte utilizado?** 1. ( ) barco 2. ( ) voadeira 3. ( ) canoa

4. ( ) outro \_\_\_\_\_

**17. Quantas crianças estão na escola?**

\_\_\_\_\_

**18. Quantas jovens e adolescentes estão na escola?**

\_\_\_\_\_

**19. Quantos adultos estão na escola?**

\_\_\_\_\_

**20. Quantos idosos estão na escola?**

\_\_\_\_\_

## MORADIA

**21. As casas na comunidade são feitas de:** 1. ( ) Madeira 2. ( ) Alvenaria 3. ( ) Barro 4. ( ) Mista 5. ( ) Palha 6. Outro: \_\_\_\_\_

**22. N° total de casas na comunidade?**

\_\_\_\_\_

**23. As casas da comunidade possuem fossa sanitária?** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não

**SE POSITIVO**

**24. Estas fossas são:** 1. ( ) Abertas 2. ( ) Fechadas

**25. As casas da comunidade possuem energia elétrica?** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não

**SE POSITIVO**

**26. A energia é fornecida como?** 1. ( ) Gerador 2. ( ) Pannel 3. ( ) Outro

**27. Existe abastecimento de água na comunidade?** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não

**SE POSITIVO**

**28. A água é fornecida como? 1. ( ) Direto do Rio 2. ( ) Poço 3. ( ) Outro**

**SAÚDE**

**29. Existe Posto de Saúde na comunidade? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não**

**30. Qual o número de agentes de saúde na comunidade?**

**31. A comunidade dispõe de farmácia de plantas medicinais comunitária?**

**1. ( ) Sim 2. ( ) Não**

**RELIGIÃO**

**32. Quantas igrejas a comunidade possui?**

**33. Quais as denominações estão presentes na comunidade? 1. ( ) Católica 2. Presbiteriana**

**3. Assembléia de Deus 4. ( ) Batista 5. ( ) Outro**

**PRODUÇÃO**

**34. Quais os tipos de produção da comunidade?**

**35. Existe alguma assistência técnica para a produção? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não**

**36. Existe algum financiamento/crédito para a produção? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não**

**37. Quantas associações existem na comunidade?**

**38. Existe motor de cevar na comunidade? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não**

**39. Existem equipamentos para a atividade produtiva comunitário? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não**

**SE POSITIVO**

**40. Quais os equipamentos?**

**41. Existe casa de farinha comunitária 1. ( ) Sim 2. ( ) Não**

## ELETRODOMÉSTICOS

### NA COMUNIDADE TEM:

42. **Televisão** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
43. **Telefone** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
44. **Rádio** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
45. **Geladeira** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
46. **Freezer** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
47. **Fogão a gás** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
48. **Fogão a lenha** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
49. **Parabólica** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
50. **Outro:** \_\_\_\_\_

## ESPORTE

51. **A comunidade pratica alguma atividade esportiva?** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
52. **A comunidade possui campo de futebol?** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
53. **Quantos grupos esportivos têm na comunidade?**
- \_\_\_\_\_

## ESTRUTURA DA COMUNIDADE

54. **A comunidade possui porto comunitário?** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
55. **A comunidade possui transporte coletivo?** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
56. **A comunidade possui centro comunitário?** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**PROGRAMA MULTI-INSTITUCIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA**  
**PPGBIOTEC**

**PROJETO** - Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenezer e Mucajá em Maués/AM

**Roteiro de entrevista**

Pesquisador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_/\_\_/\_\_ Município/UF:

Nome/Apelido: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_

**I. Identificação dos recursos Tradicionais Genéticos Vegetais utilizados pela comunidade**

1. O senhor(a) tem horta?
2. Se sim, o que planta na horta (Quais espécies)?
3. Para que são utilizadas?
4. Como senhor(a) coleta e armazena?
5. Como senhor(a) aprendeu a utilizar estas espécies?

**II. Identificação dos recursos Tradicionais de Plantas Medicinais**

- 1- Quais as espécies de plantas existem na comunidade?
- 2- Sabe o período de reprodução de cada uma delas?
- 3- Em geral estas plantas são utilizados na:  
( ) alimentação  
( ) fins terapêuticos-saúde-beleza  
( ) artesanato – cultural  
( ) comercialização  
( ) outros \_\_\_\_\_
- 4- Como senhor (a) aprendeu sobre estas plantas?
- 5- Como é realizada coleta destas plantas?
- 6- Costuma armazenar? ( ) Sim ( ) Não  
Se sim, como?
- 7- Quais os instrumentos utilizados para coleta?

### **III. Manejo dos recursos naturais associado aos conhecimentos tradicionais**

- 1- Qual a importância das plantas medicinais?
  - 2- Do que você sabe e conhece sobre plantas medicinais, onde aprendeu?
  - 3- O sr.(a) ensina sobre plantas medicinais para as pessoas que vêm na comunidade?  
( ) Sim ( ) Não
  - 4- Se sim, quais pessoas o Sr (a) forneceu informações?
  - 5- O que o Sr.(a) conhece/sabe sobre plantas medicinais, ensina aos filhos?  
( ) Sim ( ) Não
  - 6- Se sim, como ensina?
  - 7- Como a comunidade trabalha para não faltar as plantas medicinais?
- 

### **IV. Mecanismos de proteção de propriedade intelectual.**

1. Existe algum caso na comunidade de conhecimentos que foram repassados para pessoas de fora da comunidade? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, pode citar algum?

Se não. Por quê?

2. Qual apoio a comunidade gostaria de ter do governo?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
PROGRAMA MULTI-INSTITUCIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA PPGBIOTEC  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Nome do Voluntário: \_\_\_\_\_

As informações contidas neste TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) foram fornecidas pelo (a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_ e tem como objetivo esclarecer os representantes de família ou líderes das comunidades Ebenezer e Santo Antonio de Mucajá sobre o projeto de pesquisa que será desenvolvido nas comunidades, ao mesmo tempo pretende firmar um acordo escrito em que o(s) comunitário(s) informante(s) da pesquisa autoriza a sua participação, com pleno conhecimento dos objetivos e procedimentos que serão realizados, com a capacidade de livre arbítrio e sem qualquer obrigação ou constrangimento.

### **1. Título da Pesquisa**

Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenezer e Mucajá em Maués/AM

### **2. Objetivos**

- Conhecer as práticas das comunidades na área da pesca, agricultura, plantas medicinais;
- Conhecer as formas de organização social existentes nas comunidades – associação, cooperativas, grupos de mulheres;
- Contribuir para construção de formas de proteção aos conhecimentos tradicionais.

### **3. Justificativa**

Em muitas sociedades, hoje, se observa uma apropriação indevida dos conhecimentos, técnicas, modos de vida e cultura das populações tradicionais nas suas maneiras de agir e manejar os recursos naturais existentes no meio ambiente, por parte de várias pessoas (agentes externos ou grandes empresas). Assim, este projeto de pesquisa pretende conhecer as diferentes formas de conhecimentos existentes, os saberes produzidos, os modos de apropriação do meio ambiente, e as formas de organização sócio-culturais das populações tradicionais, para contribuir na construção de mecanismos de proteção destes saberes.

### **4. Procedimento Metodológico**

Para melhor desenvolver o trabalho será utilizado um conjunto de técnicas<sup>68</sup> para concretização desta pesquisa, as quais buscam apreender a forma de vida das populações

---

<sup>68</sup> Técnicas a serem utilizadas na pesquisa: Pesquisa de trabalhos desenvolvidos; Levantamento Sócio-Econômico; Visitas Domiciliares; Observação Sistemática, Participante e Individual; Técnicas de abordagem grupal; Memória Coletiva; História Criativa.

ribeirinhas em seus vários aspectos e relações. Antes de iniciar o projeto propriamente dito será apresentado o projeto para lideranças e comunitários, para assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e identificação do interesse das comunidades em participar do projeto. Essas atividades dar-se-ão a partir de reuniões, encontros, com utilização de dinâmicas e trabalhos em grupo. Serão realizadas visitas aos grupos familiares para aplicação de formulários e realização de entrevistas.

#### **5. Informações sobre a participação**

O projeto considera que as populações da Amazônia, entre elas as populações ribeirinhas possuem conhecimentos importantes. Fica assegurado o direito de fazer qualquer pergunta referente aos riscos possíveis ou conhecidos durante a participação neste estudo. Caso o participante da pesquisa se sinta ofendido por algum motivo, fica estabelecido o direito do participante se retirar da pesquisa a qualquer momento.

#### **6. Desconfortos e riscos possíveis**

Sobre a possibilidade de uso não correto das informações, serão tomadas todas as medidas possíveis para que estas não sejam utilizadas de outra forma que não seja objetivo desta pesquisa.

#### **7. Retirada do Consentimento**

A qualquer momento, se assim ele quiser, o ribeirinho pode retirar seu consentimento e deixar de participar do estudo sem que isto possa causar algum problema para ele ou para os pesquisadores.

#### **8. Aspecto Legal**

Este termo foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos, atendendo à Resolução no. 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde – Brasília-DF.

#### **9. Benefícios esperados**

Dentre os benefícios e resultados esperados, destacam-se:

- Elaboração de um mapa dos conhecimentos tradicionais sobre o uso dos recursos naturais do médio Amazonas, de acordo com a visão das populações ribeirinhas;
- Construção de um arquivo de conhecimentos tradicionais identificados com as populações alvos da pesquisa;
- Elaboração de bases para construção de formas de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais na Amazônia.

#### **10. Garantia de sigilo**

As populações ribeirinhas têm a garantia de que as informações coletadas serão utilizadas somente para finalidade da pesquisa que tem como objetivo conhecer as práticas sócio-culturais das populações tradicionais e contribuir na elaboração de políticas públicas de proteção aos seus conhecimentos, assegurando-os segredo (sigilo e privacidade) quanto às informações fornecidas para este estudo.

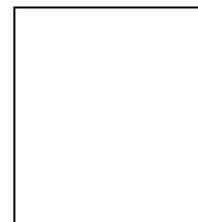
#### **11. Local da Pesquisa**

A pesquisa será realizada nas comunidades ribeirinhas Ebenezer e Santo Antônio de Mucajá no Município de Maués.

## 12. Consentimento

Eu \_\_\_\_\_, após ter lido as informações acima e esclarecido(a) de todos os itens pelo(a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_ estou plenamente de acordo com a realização da pesquisa.

Manaus, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007.



Nome \_\_\_\_\_ (por \_\_\_\_\_ extenso):

Assinatura do voluntário ou responsável legal:

ou IMPRESSÃO DATILOSCÓPICA

Em caso de dúvidas ou para maiores informações o ribeirinho pode entrar em contato com:

**Débora Cristina Bandeira Rodrigues**

Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia – *Grupo Inter-Ação* da Universidade Federal do Amazonas

✉ Rua José Paranaguá, N°200 – Centro ☎ (0xx92) 3232-6930 Ramal 105. 📧 grupopesq\_interacao\_ufam@yahoo.com.br

Endereço da Pesquisadora: ✉ Rua 20, N. 417 – Bairro do Japiim I CEP: 69076-260. (92) 3631-7754 ou (92) 9152-0897 📧 deb.band@gmail.com

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em**  
**Biotecnologia - PPGBIOTEC**



**Estudo para identificação de mecanismos de  
proteção aos conhecimentos das populações  
tradicionais: estudo de caso das comunidades  
Ebenezer e Mucajá em Maués/AM**

**Doutoranda: Débora Cristina Bandeira Rodrigues**

Manaus - 2009

# Dados de Identificação

**Título da Tese:** Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenezer e Mucajá em Maués/AM.

**Autora:** Débora Cristina Bandeira Rodrigues

**Orientadora:** Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

**Financiamento:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

**Programa de Pós-Graduação:** Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia – PPGBIOTEC.

**Instituição:** Universidade Federal do Amazonas.

**Apoio:** Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia – *Grupo Inter-Ação..*



# REGISTRO FOTOGRÁFICO

Pesquisa de campo

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



01

Foto 01: Pesquisadora apresentando o Projeto de Tese para os comunitários em Mucajá.

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto 02 e 03: Pesquisadora realizando contato com as lideranças de Mucajá

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto 04:  
Pesquisadora aplicando entrevista em Mucajá



05



06

Foto 05 e 06: Pesquisadora realizando entrevista em Ebenezer.

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto 07: Pesquisadora aplicando Formulário em Mucajá.



Foto 08 e 09: Pesquisadora aplicando a técnica da VINHETE em Mucajá.

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto 10,11 e 12: Mapas cognitivos desenhados pelos comunitários em Mucajá

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto 13 e 14: Pesquisadoras aplicando a técnica da Memória Coletiva.

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto 15: Pesquisadora acompanhando uma comunitária até o roçado em Mucajá.



Foto 16: Pesquisadora acompanhando o processo da fabricação da farinha em Mucajá.

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto 17 e 18: Pesquisadora visitando a horta de plantas medicinais em Mucajá.



Foto 19: Pesquisadora visitando a horta de plantas medicinais em Ebenezer.

# REGISTRO FOTOGRÁFICO

Foto 20 e 21:  
Pesquisadora  
acompanhando  
comunitário até o roçado  
em Ebenezer.



Foto 22: Pesquisadora  
acompanhando comunitário na  
pescaria em Ebenezer.

# REGISTRO FOTOGRÁFICO

Práticas sócio-culturais  
em Mucajá e Ebenézer.

# REGISTRO FOTOGRÁFICO

## COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DE MUCAJÁ



Foto 23: Ribeirinho tecendo rede para pescar o peixe.



Foto 24: Rede de Pesca estendida para processo de secagem após pescaria.



Foto 25: Instrumento de trabalho: Remo para auxiliar na locomoção da canoa.



Foto 26: Instrumentos: Bóia e Arpão para auxiliar na pesca de Pirarucu.

# REGISTRO FOTOGRÁFICO

## COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DE MUCAJÁ



Foto 27: Comunitário realizando processo de preparação do Guaraná para armazenagem em forma de bastão.

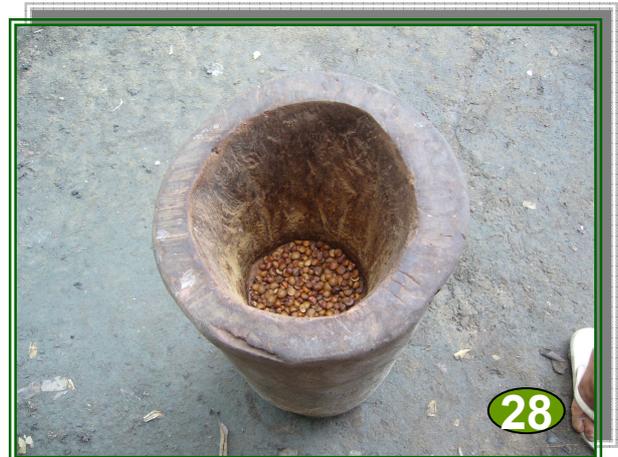


Foto 28: Pilão – instrumento em que se tritura as sementes torradas de Guaraná.



Foto 29: Realização de Puxirum pelos comunitários para descascar mandioca.



Foto 30: Comunitária participando do Puxirum.

# REGISTRO FOTOGRÁFICO

## COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DE MUCAJÁ



Foto 31: Comunitária realizando o processo de peneirar a mandioca.



Foto 32: Realização de cozimento da farinha após peneirar.

## COMUNIDADE EBENEZER



Foto 33: Equipe Inter-Ação realizando acompanhamento das atividades de pesca.

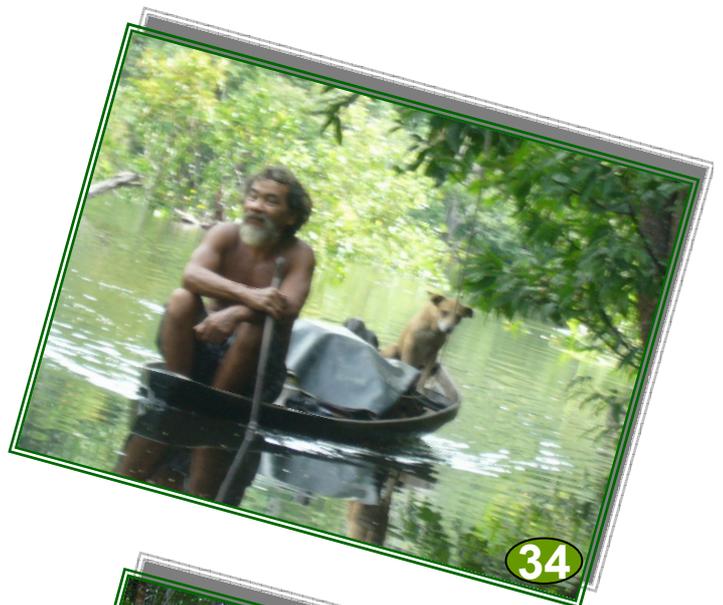


Foto 34 e 35: Ribeirinhos desenvolvendo atividade de pesca num lago próximo à comunidade.

## COMUNIDADE EBENEZER



36

Foto 36: Realização de visita à horta de um comunitário.



37

Foto 37: Comunitário desenvolvendo atividades de colheita na plantação de mandioca.



38



39

Fotos 38 e 39: Visita da horta de plantas medicinais comunitária

## COMUNIDADE EBENEZER



Foto 40, 41, 42 e 43: Produtos artesanais produzidos pelos comunitários a partir de resíduos da floresta.



Foto 44 e 45: Visita à horta comunitária.

# REGISTRO FOTOGRÁFICO

Plantas medicinais  
identificadas na Tese

# REGISTRO FOTOGRÁFICO

M  
a  
s  
t  
r  
u  
z



**Foto 46 e 47: Mastruz**

**Nome científico:**

*Chenopodium ambrosioides*

**Família:**

Chenopodiaceae

**Uso medicinal:**

Verme

**Forma de preparo:**

Xarope



# REGISTRO FOTOGRÁFICO



Capim  
Santo

**Foto: 48 e 49: Capim Santo**

**Nome científico:**

Cymbopogon citratus

**Família:**

Poaceae

**Uso Medicinal:**

**Preparo:**

Chá

Obs: As folhas são retiradas manualmente direto na raiz

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



**Fotos 50 e 51: Jambu**

**Nome científico:**

*Spilanthes acmella*

**Família:**

Asteraceae

**Uso medicinal:**

Ásia, má digestão

As folhas são retiradas manualmente

## Jambu



**UTILIZAÇÃO CULINÁRIA:**

Ingrediente que compõe o tacacá

Jambu, planta rasteira que nasce diretamente no chão

# REGISTRO FOTOGRÁFICO

## Pimenta do Reino



**Fotos 52, 53, 54 e 55:  
Pimenta do Reino**

**Uso medicinal:**

Tosse, e estímulo à dor de parto

**Preparo:**

Chá

**Parte da planta que é utilizada:**

Sementes



As sementes nascem em forma de vargem, e são arrancados manualmente quando ficam maduros. As sementes são escaldadas e em seguida colocadas no sol para secar



D. Joaquina mostrando as sementes de pimenta-do-reino

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



## Gergilim



As sementes do gergilim são retiradas manualmente, e depois é retirado o leite .

**Fotos 56 e 57: Gergilim**

**Nome científico:**

Sesamum

**Família:**

Pedaliaceae

**Uso medicinal:**

Desnutrição

**Preparo:**

Xarope

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



**Fotos 58 e 59: Elixir Parigórico**

**Nome científico:**

Piper callosum

**Família:**

Piperaceae

**Utilização medicinal:**

Dor estômago, diarréia, gases, dor de barriga de criança recém-nascida

**Elixir Parigórico**



D. Meraci mostrando a folha de elixir-parigórico de plantado em sua horta

# REGISTRO FOTOGRÁFICO

## Sara-Tudo

**Fotos 60 e 61: Sara Tudo**

**Nome científico:**

Justicia

**Família:**

Acanthaceae

**Utilização medicinal:**

Fratura



D. Joaquina  
mostrando as  
emendas da  
planta



# REGISTRO FOTOGRÁFICO



**Foto 62: Boldo**

**Nome científico:**

Vernonia condensata

**Família:**

Asteraceae

**Utilização medicinal:**

Dor no fígado

# Boldo

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



# Manjericão

**Foto 63: Manjericão**

**Nome científico:**

Ocimum basilicum

**Família:**

Lamiaceae

**Preparo:**

Chá

# REGISTRO FOTOGRÁFICO



## Mangarataia



**Fotos 64, 65 e 66:**

**Mangatarataia**

**Nome científico:**

Zingiber officinale

**Família:**

Zingiberaceae

**Utilização medicinal:**

Garganta inflamada

**Preparo:**

Chá



# REGISTRO FOTOGRÁFICO



**Foto 67: Cidreira**

**Nome científico:**

Lippia alba

**Família:**

Verbenaceae

**Preparo:**

Chá

# Cidreira